

COLEÇÃO
PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO
[MEMÓRIAS BRASILEIRAS - BIOGRAFIAS]



MARTHA ABREU
CAROLINA DANTAS

MONTEIRO LOPES E EDUARDO DAS NEVES

HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DA
PRIMEIRA REPÚBLICA



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fábio Barboza Passos

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

GESTÃO 2018-2020

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

MONTEIRO LOPES E
EDUARDO DAS NEVES

Copyright © 2020 Martha Abreu e Carolina Dantas

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Editor responsável: Renato Franco

Coordenador de produção: Ricardo Borges

Copidesque e revisão: Sônia de Onofre

Normalização: Camilla Almeida

Capa: Marcio Oliveira

Projeto gráfico e diagramação: Marcio Oliveira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO - CIP

A162 Abreu, Martha.

Monteiro Lopes e Eduardo das Neves : histórias não contadas da primeira república [livro eletrônico] / Martha Abreu e Carolina Dantas. – Niterói : Eduff, 2020. – 1,3Mb ; PDF. – (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 1)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5831-002-0

BISAC BIO002010 BIOGRAPHY & AUTOBIOGRAPHY / Cultural, Ethnic & Regional / African American & Black

1. Brasil – Pós-abolição. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Lopes, Monteiro, 1867-1910. 4. Neves, Eduardo das, 1874-1919. 5. Biografia. I. Dantas, Carolina. II. Título. III. Série.

CDD 923.2

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos (CRB7-4700)

Direitos desta edição reservados à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2020.

Foi feito o depósito legal.

COLEÇÃO
PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO

MEMÓRIAS BRASILEIRAS - BIOGRAFIAS

MARTHA ABREU
CAROLINA DANTAS

MONTEIRO LOPES E
EDUARDO DAS NEVES

HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DA
PRIMEIRA REPÚBLICA



SUMÁRIO

A COLEÇÃO PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO | 9

CARTA A EDUARDO DAS NEVES | 11

CARTA A MONTEIRO LOPES | 13

INTRODUÇÃO:

UM GRANDE ENCONTRO NA FESTA DA ABOLIÇÃO | 15

MONTEIRO LOPES | 29

MONTEIRO LOPES:

A FORMAÇÃO DE UM LÍDER POLÍTICO NEGRO | 31

A dramática vitória nas eleições para
deputado federal de 1909 | 51

Monteiro Lopes sobe a “escadaria branca”
da Câmara dos Deputados | 75

Nas ruas e festas, o combate ao racismo continua | 82

Adoecimento, morte e memória | 89

EDUARDO DAS NEVES | 109

EDUARDO DAS NEVES:

A PRESENÇA DE UM CIDADÃO NEGRO NO MUNDO MUSICAL | 111

A obra musical | 121

Afetos, desafetos e racismo | 127

Em busca de
reconhecimento e da performance da política | 138

Performances antirracistas | 152

CONCLUSÃO: O QUE MUDA NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL
A PARTIR DE MONTEIRO LOPES E EDUARDO DAS NEVES? | 171

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 179

VÍDEOS | 187

FONTES | 189

LISTA DE FIGURAS | 195

CRONOLOGIA – MONTEIRO LOPES | 197

CRONOLOGIA – EDUARDO DAS NEVES | 199

A COLEÇÃO PERSONAGENS DO PÓS-ABOLIÇÃO

Este livro faz parte de uma coleção, sendo fruto de um projeto coletivo: “Personagens do pós-Abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano”, contemplado com o Edital n° 13/2015 da CAPES - “Memórias Brasileiras: Biografias”. Os sete volumes da coleção são acompanhados por um site que disponibiliza diversos materiais - oficinas, vídeos, planos de aula, banco de imagem, em torno de personagens negros biografados (<http://personagensdoposabolicao.uff.br/>).

Apesar de grandes contribuições para a história republicana do Brasil, esses personagens tiveram suas vidas silenciadas, esquecidas ou não reconhecidas. Foram homens e mulheres marcados pela condição racial e de gênero que levantaram bandeiras antirracistas e atuaram na transformação das possibilidades de exercício da cidadania da população negra no Brasil.

As biografias publicadas também trazem uma contribuição importante para o público em geral, para futuros professores e para os alunos da Educação Básica, pois nos permitem conhecer melhor a História do pós-abolição e do racismo no Brasil e, em volume especial, entrar em contato com novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil republicano. Eis os livros da coleção:

Monteiro Lopes e Eduardo das Neves:
histórias não contadas da Primeira República (v. 1)

Carolina Dantas e Martha Abreu

Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira:
história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil (v. 2)

Fernanda Oliveira

Juliano Moreira:
o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira (v. 3)

Ynaê Lopes dos Santos

Paulo Silva: um contraponto nas relações raciais no Brasil (v. 4)

Amilcar Araújo Pereira

Maria de Lourdes Vale Nascimento:
uma intelectual negra do pós-abolição (v. 5)

Giovana Xavier

João Cândido: o mestre sala dos mares (v. 6)

Álvaro Pereira do Nascimento

“A gente só sabe o final quando encerra”: novas formas de ensinar e aprender histórias do Brasil republicano (v. 7)

Giovana Xavier (org.)

CARTA PARA EDUARDO DAS NEVES

Querido Dudu,

Posso te chamar assim, não? Sei que teu nome era Eduardo Sebastião das Neves, mas você assinava artisticamente como *O Crioulo Dudu*. Vou começar te dando uma notícia não muito agradável. Apesar de teu sucesso nos circos, teatros, cafés e discos, entre 1890 e 1919, quase não se ouvia falar de você até há bem pouco tempo. Mas estamos tentando reverter isso. Conheci você um pouco ao acaso e confesso que demorei a descobrir que era um músico negro bonitão, cheio de orgulho da tua história e de muito talento. Fiquei impressionada com a quantidade de livros que você publicou sobre canções populares e com as inúmeras músicas que gravou na nascente indústria fonográfica. Adoro os lundus que você gravou, especialmente os que registram as histórias de como os escravizados e a população negra conseguiam subverter a dominação racial, rindo dos senhores, conquistando sinhás e festejando as conquistas. Hoje

tenho certeza que você fez tudo isso porque também era um grande historiador daquele tempo. Queria deixar para todos nós extraordinários registros sonoros da luta contra o racismo no campo musical. E conseguiu! Muito obrigado!! Tenho uma notícia com que você vai ficar muito feliz: hoje podemos ouvir as canções que você gravou nos modernos aparelhos sonoros!! E a *Canoa Virada* está lá! Chegou até nós a gravação do hino da Abolição. Quando ouço, sinto toda a emoção, irreverência e protesto que você fez questão de registrar. Deu certo!! Aliás, adoraria saber como você conseguiu gravar essa canção. Apenas mais uma pergunta: posso te convidar para ser meu parceiro na escrita da história da música negra no Atlântico? Ou você prefere que eu te coloque como coautor dos meus textos?

Abração,

Martha Abreu, uma fã.

CARTA PARA MONTEIRO LOPES

“Meu deputado”,

A leitura de muitos jornais do início do século XX para acompanhar cada um dos seus passos em reuniões, comícios, festas, campanhas eleitorais, brigas, igrejas, funerais, julgamentos nos tribunais e viagens criou em mim tanta admiração por você que te chamo carinhosamente de “meu deputado”.

“Como, pois, sermos oprimidos e envergonharmo-nos de nós mesmos?”; “Negros, instrui-vos, glorificai a República e amai a liberdade!” foram algumas das suas frases lacradoras muito aplaudidas, quase sempre por uma maioria de pessoas negras. Hoje em dia, essas suas frases ainda conseguem emocionar muitas pessoas, que ficam impressionadas com a mobilização que se espalhou por várias cidades do Brasil (e até em Buenos Aires e Montevideú!) para que você não fosse “degolado” da Câmara após ser eleito deputado, em 1909, pelo Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro); ficam mais impressionadas ao saber que, na época,

corriam notícias nos jornais, de que você estava trabalhando para fundar um partido político negro. Isso em 1910...

Entrar “pela porta da frente”, como você mesmo dizia, na Câmara dos Deputados foi dureza, né? Se já não era fácil para você entrar em alguns bares e hotéis, imagina entrar no parlamento no tempo da República oligárquica, dominada por vários ex-senhores que ainda não tinham compreendido, como você dizia, “que a Lei do 13 de maio de 1888 firmou a igualdade dos brasileiros.” Mas você entrou e comemorou com festa pelas ruas do Rio de Janeiro, justamente no dia da Abolição.

Em 2020, ainda não temos muitos deputados e senadores negros no Brasil. Também é comum, aos poucos que estão lá atualmente (e mais especificamente às poucas parlamentares negras), serem barrados por seguranças na entrada da Câmara Legislativa ou em outros espaços públicos, pois permanece naturalizado que aquele é um lugar de homens brancos, de terno e gravata, tal qual na sua época. E, infelizmente, não é só isso: uma vereadora negra do Rio de Janeiro foi brutalmente assassinada em 2018! Mas você abriu caminhos, não tenho dúvida. Rompeu barreiras e mostrou que era possível lutar e seguir em frente, contra a maré.

Salve o Deputado Negro!

Carolina Dantas

INTRODUÇÃO

UM GRANDE ENCONTRO NA FESTA DA ABOLIÇÃO

No dia 13 de maio de 1909, como em anos anteriores, comemorava-se na cidade do Rio, então capital da República, mais um aniversário da Abolição da escravidão, realizada em 1888. O ano de 1909, contudo, parecia especial, pois também se festejava a entrada na Câmara dos Deputados do primeiro político que assumia, em público e com orgulho, ser negro: Manoel da Motta Monteiro Lopes (PE, 1867 – RJ, 1910). Por sua vez, Eduardo das Neves (RJ, 1874 – RJ, 1919), que se autoproclamava, com ousadia, o “Crioulo Dudu”, também havia participado das comemorações com suas músicas e versos.

Monteiro Lopes e seus companheiros organizaram atividades nas áreas centrais da cidade, conseguindo a colaboração de muitas pessoas, comerciantes e entidades. A partir do *Jornal do Brasil* de 14 de maio daquele ano, localizamos uma descrição completa de como foi a festa. O ministro da

Marinha disponibilizou bandas de música para o evento, assim como os Bombeiros e o Exército; a *Light* cedeu bondes gratuitamente e os edifícios públicos foram iluminados especialmente para a data. Os comandantes dos navios de guerra leram aos seus subordinados (entre os quais, havia muitos negros) “patrióticas ordens, comemorando a lei que [...] igualou todos os brasileiros”. Nos cinemas do Centro e dos subúrbios da cidade do Rio foram exibidas fitas “de apoteose à grande data, apresentando diversos retratos de heróis abolicionistas”. No parque da Praça da República festas escolares homenagearam a Lei Áurea. Em várias igrejas, principalmente, naquelas que abrigavam irmandades negras, rezaram-se missas pelos abolicionistas mortos e “pelo feliz resultado” da eleição de Monteiro Lopes. Na Câmara aconteceu uma sessão solene e o orador oficial do evento disse em seu discurso: “[...] que a entrada de Monteiro Lopes para o parlamento brasileiro era uma afirmação de que o preto, através do desenvolvimento do Brasil, aparecia sempre como elemento de força e de civismo em todos os poderes da pátria”.

Esse tipo de celebração – acompanhada de bandas, iluminação e decoração nos prédios, discursos acalorados e missas – era comum nas festas públicas e cívicas realizadas na cidade. O que surpreende é o fato de essas celebrações terem ocorrido em comemorações pelos 21 anos da Abolição e pela posse de um

deputado negro, nas quais também houve espaço para denúncias de discriminação racial e para a afirmação da importância de mulheres e homens negros na História, na cultura, na República e na nação.

Por muito tempo nos acostumamos a enxergar a Primeira República (1889-1930) como um período negativo – por isso ficou conhecida como República Velha – no que diz respeito ao exercício da cidadania da população, seja em termos da participação política eleitoral ou do direito a expressões culturais próprias e distantes dos valores europeus. Estamos habituados a versões históricas sobre a Primeira República – ainda presentes nos livros didáticos – que defendem o domínio quase absoluto de políticas voltadas para a europeização dos costumes e para a repressão aos movimentos políticos, sociais e culturais dos setores populares e negros. Se, de fato, essas políticas foram reais e marcantes, elas não foram a única história desse período.

Pesquisas recentes têm ajudado a dar visibilidade a diferentes experiências, no campo político e cultural, demonstrando a existência de muitas histórias de afirmação cultural, política e racial e de luta antirracista, silenciadas e não contadas, como as que iremos apresentar neste livro. Neste sentido, começa a ser possível entender por que, até há pouco tempo, desconhecíamos as dimensões das histórias de Monteiro Lopes

e Eduardo das Neves. Junto com muitos outros personagens negros, eles foram esquecidos por historiadores que se dedicaram ao estudo da Primeira República nos campos da política e da música popular no Brasil. Nosso esforço é exatamente buscar romper com essas lacunas e silenciamentos.

Aquela festa do 13 maio de 1909 teve mesmo um caráter especial. Ainda sob a supervisão de Monteiro Lopes, organizou-se uma romaria ao túmulo de José do Patrocínio no Cemitério do Caju. A *Gazeta de Notícias*, no dia seguinte ao evento, registrou a presença de muitos trabalhadores, sindicatos, irmandades negras, abolicionistas e republicanos históricos, entre outros simpatizantes. Lá chegando, o sr. Israel dos Santos, segundo o jornal “o decano dos abolicionistas”, deu a palavra a Monteiro Lopes. Em seguida, “fez-se um profundo silêncio entre os romeiros e o dr. Monteiro Lopes começou a falar”.

Diante do túmulo de José do Patrocínio – que além de jornalista, fundador da Academia Brasileira de Letras, também foi vereador na cidade do Rio – exaltou o “herói do 13 de maio” e jurou defender sua “[...] raça fraca e oprimida diante dos insubmissos que ainda não compreenderam que a lei do 13 de maio de 1888 firmou a igualdade dos brasileiros”. Destacou ainda o fato de ter enfrentado como adversário, nas eleições de

1909, o conselheiro Andrade Figueiredo, o “maior escravagista, que nem ao menos, momentos antes da passagem da lei de 13 de maio, se converteu ao credo abolicionista”. E, assim, declarou “a suprema glória” que sentia de por “mais uma vez [...] ter dado combate ao último reduto do escravagismo”. Interrompido diversas vezes por aplausos, terminou seu discurso defendendo a construção de uma estátua de bronze em homenagem a Patrocínio e dando vivas à República, que, segundo ele, buscou o seu próprio “nascimento no ocaso do sol de 13 de maio!”

Em seguida, ouviu-se o discurso de Lopes Trovão – branco, abolicionista, líder histórico republicano e militante em vários movimentos populares. Para ele, José do Patrocínio certamente estaria decepcionado com os rumos que a República havia tomado ao “perseguir o povo e confiscar os seus direitos”. Aquela não seria a República defendida por eles dois em seus “comícios populares” durante a Campanha Republicana: “[...] a república ainda não está feita”, ratificou. Em tom, ao mesmo tempo, pessimista e combativo, Lopes Trovão lembrou ao

[...] povo que não é somente a entrada do Dr. Monteiro Lopes na Câmara dos Deputados pelo voto unânime dos seus concidadãos [...] que traduz fielmente os princípios democráticos apregoados por mim e José do Patrocínio [...] muita coisa resta a fazer, porque a lei de 13 de maio igualou os direitos dos brasileiros, a

república assegurou as garantias constitucionais, o que até hoje não se tem feito nem mesmo há esperanças de fazer. O que está aí não é república [...].

Ainda de acordo com a *Gazeta de Notícias*, Lopes Trovão foi “delirantemente aplaudido”. Depois foi a vez do professor Rego Medeiros, sobre o qual temos poucas informações. Apelando para o simbolismo abolicionista, levou consigo uma palma de samambaia e camélias brancas e lembrou que a eleição de Monteiro Lopes “era um dos maiores triunfos conquistados pela lei de 13 de maio [...]”. Por isso, não se podia aceitar que, depois da Abolição, a República viesse a estabelecer distinção “de classe e de cores” e impedisse que Monteiro Lopes – “o tipo clássico do negro nacional” – entrasse no parlamento. Afinal, segundo Medeiros, todos os brasileiros teriam “sangue africano” nas veias e, por isso, louvava José do Patrocínio e sua “obra política”, que teriam aberto o caminho para a entrada de um homem como Monteiro Lopes na Câmara dos Deputados. As comemorações prosseguiram por todo o dia.

Como indicou a historiadora Ângela de Castro Gomes, a Abolição e a República tornaram realidade o princípio da equidade política no Brasil. E ainda que não tenham proporcionado conquistas amplas, a garantia formal da igualdade civil foi um marco importante no processo de conquista dos direitos

de cidadania no Brasil. Nem a restrição do voto aos alfabetizados, as fraudes nas eleições, as práticas políticas coronelísticas e oligárquicas impediram, como veremos, as lutas em busca de ampliação dos espaços de expressão, afirmação e participação da população negra.

Se partirmos de um olhar que busca resgatar a imprevisibilidade da História, é possível identificar que para os artistas, intelectuais, políticos e trabalhadores negros citados neste livro, a República não era uma batalha perdida, fadada ao fracasso. Havia expectativas quanto às possibilidades de inclusão e foi esse o caminho que buscaram trilhar nos palcos, na imprensa, nos comícios em praça pública, nas gravadoras de discos, nos clubes recreativos, nas associações e irmandades negras, nos terreiros, nas festas e folias, e no parlamento.

Assim, paralelamente à festa organizada por Monteiro Lopes em 1909, a Liga de Educação Cívica da cidade do Rio de Janeiro também promoveu alguns eventos em homenagem à Abolição. A convite da Liga, o músico negro Eduardo das Neves apresentou-se no bairro do Méier, no subúrbio, onde executou suas canções e modinhas ao violão e ao piano. Por que um músico negro estaria apresentando-se em uma celebração pela Abolição organizada por um grupo preocupado com a educação cívica da cidade-capital?

Conhecido como “crioulo Dudu”, posto que ele próprio assim se chamava, Eduardo das Neves fazia presença onde chegava. Já bastante conhecido, deve ter ajudado a atrair muita gente aos eventos cívicos e festivos no Méier. Possuía uma voz tão poderosa que havia sido contratado pela Casa Edison para as gravações de músicas populares, lundus, cançonetas e hinos patrióticos, num período em que a indústria fonográfica, tecnicamente, só conseguia gravar vozes especiais. Com tantos atributos vocais, deve ter sido impactante ouvi-lo no evento de maio declamando Castro Alves, poeta que combateu a escravidão e criou versos cheios de emoção, ótimos para serem declamados.

A poesia “Lúcia, a escrava” foi escrita em 1868 e publicada em 1881. Mas, em 1909, ainda era lembrada nos eventos cívicos republicanos de celebração de mais um ano da Abolição. Com tintas românticas muito fortes, a poesia mostrava um dos aspectos mais dramáticos da escravidão. Lúcia, a escrava cativante de Castro Alves, passou pela dura experiência de ser vendida para longe, de não ser livre para viver o amor e de não ser dona do seu próprio destino. Intencionalmente, os sofrimentos da escravidão, personificados numa mulher escravizada, e os heróis da luta pela Abolição eram trazidos à tona para marcar – e não esquecer – a luta pela igualdade numa República que havia perpetuado diversas formas de desigualdade e discriminação racial.

[...]

Pela última vez ela chorando
Veio sentar-se ao banco do terreiro...
Pobre criança! que conversas tristes
Tu conversaste então co'a natureza.

“Adeus! pra sempre, adeus, ó meus amigos,
[...]

Perdoai-me que eu parto para sempre!
Venderam para longe a pobre Lúcia!...”

[...]

Muitos anos correram depois disto...
Um dia nos sertões eu caminhava
Por uma estrada agreste e solitária,
Diante de mim ua mulher seguia,
– Co' o cântaro à cabeça – pés descalços,
Co'os ombros nus, mas pálidos e magros...

Ela cantava, com uma voz extinta,
Uma cantiga triste e compassada...
E eu que a escutava procurava, embalde,
Uma lembrança juvenil e alegre
Do tempo em que aprendera aqueles versos...
De repente, lembrei-me... “Lúcia! Lúcia!”

Recitar o drama romântico de Lúcia no dia da festa nacional pela Abolição poderia significar, naquele momento, o compartilhamento de um passado comum que era para ser lembrado, tanto em função do martírio da escravidão, quanto

em torno da atualização do marco da conquista da liberdade naquele momento, inclusive no campo das escolhas amorosas. A presença de Eduardo das Neves como intérprete era oportuna. Dudu, além dos dotes artísticos, era especialista em canções que falavam de amor; tornou-se conhecido pela divulgação de versos irreverentes que impressionavam positivamente moças de todas as cores e origens sociais. O exercício da liberdade também se relacionava com as livres escolhas amorosas.

Não conseguimos descobrir se Monteiro Lopes e Dudu mantinham laços de amizade para além da participação, se bem que em locais distantes, das festividades pelo 21º ano da Abolição. Mas, certamente um deve ter ouvido falar do outro, já que eram muito bem conhecidos por grande parte da população carioca e negra. Eram homens públicos e intelectuais com muita atividade: formularam projetos políticos e culturais, gerenciaram redes de interlocução e souberam divulgar suas ideias, movimentos, ações, livros, canções e performances antirracistas. Não por acaso eram figuras assíduas em vários jornais e revistas. Além disso, viveram a mesma República, apoiaram os mesmos heróis, possuíam amigos comuns e frequentavam os mesmos locais. Por mais que tenham construído trajetórias profissionais e lutas políticas não muito próximas, revelando as diferenças socioeconômicas e intelectuais que estabeleciam clivagens entre a própria população

negra (Monteiro Lopes era bacharel em Direito e Eduardo das Neves não deve ter terminado o primário), enfrentaram o mesmo racismo, divulgado de forma poderosa em bases científicas após a Abolição da escravidão. Nessa experiência, no parlamento ou nos ambientes musicais, mostraram possuir muitas afinidades ao centrarem esforços na valorização da população negra na sociedade brasileira, sua história e indiscutível presença. Monteiro Lopes e Eduardo das Neves tinham sido abolicionistas, eram republicanos e não queriam esquecer os direitos obtidos, nem as conquistas, mesmo que ainda pequenas, pelo fim da escravidão.

Os atos públicos protagonizados por Monteiro Lopes e Dudu – promovidos em sua maioria por descendentes de africanos – tinham um sentido político estratégico. Seguramente, uma das intenções (ou desejo) de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves era questionar as desigualdades raciais e afirmar publicamente (e musicalmente no caso de Dudu) a igualdade de direitos estabelecida com a Abolição e a República. Igualdade formal que deveria ser transformada em realidade.

Essas comemorações também evidenciam que o passado em comum de lutas pela liberdade, vigorosamente expostas em público e nas ruas durante a campanha abolicionista na década de 1880, era ainda um elemento presente nas formas de fazer cultura e política na cidade do Rio de Janeiro no início do

século XX. Afinal, um dos principais desdobramentos da campanha abolicionista foi a entrada na cena política de escravizados, libertos e homens livres pobres, ocupando as ruas e os espaços públicos das cidades, como demonstrou a historiadora Maria Helena Machado. E, se considerarmos que registrar o passado em festas, músicas, homenagens e estátuas é estabelecer lugares de memória e avaliar as conquistas, Monteiro Lopes e Eduardo das Neves tinham mesmo muito em comum. Ambos se dedicaram a dar visibilidade à população negra na esfera pública, no âmbito da política e da cultura.

Em diálogo com outros movimentos políticos e culturais da cidade, como protestos, festas cívicas e carnavalescas, os descendentes de africanos estavam nas ruas – especialmente nas da capital da República: manifestavam-se contra o aumento de preços e a carestia, os baixos salários, as extenuantes jornadas de trabalho, as reformas urbanas e sanitárias, e contra o que, em geral, consideraram como arbitrariedades do governo e dos patrões; lutavam por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia. Também marcavam presença nas folias carnavalescas e nas festas populares, como as da Penha. As pesquisas de Cecília Velasco Cruz, Marcelo Badaró, Flavio Gomes, Maria Clementina Pereira Cunha e Eric Brasil são ricas nesse sentido.

Para além da repressão policial, dos arranjos oligárquicos das elites, dos condicionantes racistas que estavam por toda a parte, podemos afirmar que, na Primeira República, mulheres e homens negros criaram espaços que ofereciam possibilidades de expressão, de participação política e até mesmo de representação na política formal; caminhos de valorização de sua história e cultura como brasileiras; e instrumentos de autoestima e de solidariedade racial. Compreender o que significavam esses espaços, entretanto, exige o alargamento do conceito de participação política, estendendo sua definição às atitudes, comportamentos e estratégias para além do exercício do voto ou dos resultados das eleições. Lutar por essas questões significava reafirmar direitos e interesses, redefinidos depois da Abolição (1888) e da Proclamação da República (1889).

Desse modo, as trajetórias de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves lançam luz e dão voz aos esforços de indivíduos e grupos negros em negociar as possibilidades e os limites de sua cidadania. Em meio à diversidade da experiência de descendentes de africanos no período, centraremos a atenção em alguns aspectos de suas trajetórias, que trazem à tona importantes lutas políticas e culturais no Brasil do pós-Abolição. Na coluna “Gazeta Teatral”, do jornal a *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro* de 8 de maio de 1915, após a volta de uma das excursões de Das

Neves pelo Brasil, a aproximação entre eles teria sido celebrada: “Eduardo das Neves é um crioulo genial, o Monteiro Lopes do violão, o Cruz e Souza do palco, o Othello da modinha”.¹

Monteiro Lopes era advogado e político. Protagonizou campanhas eleitorais na capital da República apoiado pelo meio negro; Das Neves, através de sua música, um efetivo canal político, reafirmou a presença dos negros na jovem República: discutia as relações raciais e não parecia querer esquecer o 13 de maio de 1888. Inclusive, Dudu gravou pela Casa Edison/Odeon, por volta de 1909, a canção *Canoa virada*, um hino à liberdade sob a forma de lundu, que discutiremos mais adiante.

1 Cruz e Souza foi um importante poeta negro brasileiro do final do século XIX, autor do célebre poema antirracista “Emparedado”; Othello, personagem negro do teatro de William Shakespeare.

MONTEIRO LOPES

MONTEIRO LOPES: A FORMAÇÃO DE UM LÍDER POLÍTICO NEGRO

Manuel da Motta Monteiro Lopes nasceu livre no mês de dezembro de 1867, em Recife, Pernambuco. Era filho de Jerônimo da Motta Monteiro Lopes e de Maria Francisca Egypciaca de Paula, que, segundo o memorialista Alberto Deodato, eram africanos. O casal ainda teve mais quatro filhos: José Elias Monteiro Lopes e João Clodoaldo Monteiro Lopes, advogados; Maria Julia e Taciana Monteiro Lopes, ambas professoras.¹

Jerônimo era africano (provavelmente liberto) e alfaiate, segundo publicou o jornal *Diário de Pernambuco*, na ocasião de sua morte em 26 de agosto de 1885. Era proprietário da casa em que vivia com sua família na Rua São José, n. 15, no bairro de mesmo nome no Recife. Era membro da Irmandade

¹ Há mais dois filhos do casal Monteiro Lopes citados em jornais, mas sobre os quais sabemos pouco: uma criança identificada como o "pardo" Estevão Monteiro Lopes, "filho legítimo" do casal e batizado por eles em 12 de agosto de 1862 na Igreja matriz de Santo Antonio, no Recife, conforme publicado no *Diário de Pernambuco* em 4 de setembro desse mesmo ano; e Afonso Monteiro Lopes, que aparece nos convites para missas em homenagem à Maria Francisca, na ocasião de sua morte, em 1907, no *Jornal do Recife* de 7 de agosto.

de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Boa Vista, tendo sido tesoureiro da instituição.

Já sobre Maria Francisca não encontrei informações mais específicas que corroborassem com a afirmação de Alberto Deodato. Pelas notas que saíram sobre ela no *Diário de Pernambuco* é possível inferir que era uma mulher de posses consideráveis: tinha mais de um imóvel e uma pequena fortuna em dinheiro.

Uma última pista que ajuda a confirmar a origem africana da família Monteiro Lopes e seu trânsito pela comunidade africana do Recife é o fato de João Clodoaldo, seu irmão, ter se casado com Luciana Felisarda Rodrigues d'Almeida, filha e principal herdeira de um dos africanos libertos mais ricos da cidade do Recife na época, o mina Alexandre Rodrigues d'Almeida. Além disso, Luciana também era membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santo Antonio, como indicou Valéria Gomes Costa em sua pesquisa.

Monteiro Lopes fez seus primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 com o diploma de bacharel em Humanidades. No mesmo ano, matriculou-se na prestigiada Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Não era fácil concluir o curso de Direito nessa instituição, que na época tinha um grande prestígio entre a elite branca do país. Entretanto, assim como Monteiro Lopes, alguns outros homens negros con-

seguiram se formar nela, o que evidencia que era difícil, mas não impossível quebrar algumas barreiras sociorraciais. Mas, certamente, a condição social conquistada pelos seus genitores foi fundamental para a mobilidade social alcançada por Monteiro Lopes, ainda que não tenha se revertido em riqueza material.

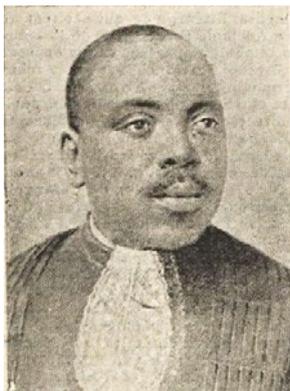


Figura 1 – Monteiro Lopes em trajes de advogado
Fonte: *O Malho* (25 jul. 1903)



Figura 2 – Monteiro Lopes em trajes de advogado
Fonte: *O Paiz* (14 dez. 1910)

No final o século XIX, quando fervia nas ruas e nos jornais a campanha pelo fim da escravidão, Monteiro Lopes foi um militante combativo no movimento abolicionista e na campanha republicana, tendo atuado na Confederação Abolicionista – uma associação criada por José do Patrocínio e André Rebouças, em 1883, que defendia a abolição imediata e irrestrita da escravidão, sem indenização para os senhores de escravos.

Em 1891, Monteiro Lopes aventurou-se pela primeira vez na política, concorrendo ao cargo de vereador no Recife. De acordo com o que o historiador Juarez Silva Júnior apurou, Monteiro Lopes teria recebido apenas um voto, assim como vários outros candidatos, fruto possivelmente dos arranjos fraudulentos praticados pelas oligarquias estaduais, como era comum em todo o Brasil na época. Entre 1891 e 1893, esteve pelo norte do país, no Pará e Amazonas e pelo Rio de Janeiro. Buscando estabelecer-se como advogado, chegou a ocupar o cargo de promotor público em Manaus, mas acabou não criando raízes na região.

Monteiro Lopes era casado com Anna Zulmira Gomes da Silva, natural do estado do Rio de Janeiro. Com ela teve seu único filho, Aristides, nascido na cidade do Rio em 1894. Aristides morreu em 1918, durante a epidemia de gripe espanhola que assolou as grandes cidades no Brasil. Sobre

Anna Zulmira, sabemos apenas que esteve presente junto com o marido ou sozinha em alguns eventos públicos e associações.

Não consegui descobrir exatamente quando Monteiro Lopes passou a viver no Rio de Janeiro. Mas, em 1892, ele já estava residindo na cidade e já estava com seu escritório de advocacia montado. Uma evidência disso é uma carta que escreveu em 9 de março de 1892 para o então presidente da República, Floriano Peixoto, de quem era grande admirador, pedindo um emprego para um amigo. A carta foi escrita em papel timbrado, no qual consta o endereço do escritório de Monteiro Lopes no Rio de Janeiro e suas credenciais como advogado. Também encontramos vários pedidos de *habeas corpus* impetrados por Monteiro Lopes no Superior Tribunal Federal a partir do ano de 1896.

No Rio, Monteiro Lopes morou primeiro no Centro da cidade, mudando-se para o subúrbio depois, mas sempre manteve seu escritório no Centro, nos arredores da Praça Tiradentes. Era um advogado bem atuante, sendo possível localizar nos jornais vários julgamentos dos quais participou e anúncios em que oferecia seus serviços como advogado a associações, irmandades e operários. Ele se autodefinia, segundo os memorialistas que o mencionaram, como republicano, socialista não revolucionário, defensor dos trabalhadores e um crítico do coronelismo e

da chamada política do café com leite. Foi descrito pelos mesmos memorialistas, geralmente, de modo positivo, mas sempre com algum adjetivo racial. “Negro retinto”; “homem de cor”; homem público “[...] afamado pela inteligência [...]”; “[...] líder dos negros. Bem falante, trajando com esmero e desfrutando de certo prestígio político [...]”; “líder da raça negra, suando reivindicações, a falar sempre, muito alto”; “bom negro”; “[...] histórico republicano, que tinha trovoadas na voz e perdigotos nas palavras [...] de estatura regular, gordo e de cor preta desbotada, beirando a mulato, brincalhão e simpático [...]”.

Monteiro Lopes investiu bastante em sua carreira como político e líder negro, e parece que teve bons resultados, pois realmente tornou-se uma figura conhecida na capital do país e conseguiu eleger-se vereador e deputado federal, apesar das dificuldades. No Distrito Federal, não era impossível homens fazerem carreira política, ao contrário de outras regiões do país, sem possuírem laços de parentesco com famílias ricas e tradicionais, segundo a historiadora Surama Pinto. Mas, sem dúvida, a formação superior, em Direito, Medicina ou Engenharia, era um requisito importante. Também fazia parte da obtenção de uma vitória eleitoral, buscar estratégias para conquistar o eleitor carioca e outros apoios políticos, investindo pesado no cultivo da sua simpatia, oferecendo serviços à população, participando de

associações de vários tipos, mantendo contato com trabalhadores, e suas demandas, e com a imprensa, participando de comícios e eventos cívicos, dando palestras e conferências. Monteiro Lopes, com sua profissão e atuação, seguiu todos esses passos.

Fez parte do Partido Nacional Republicano do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX; conseguiu, na Justiça, *habeas corpus* para trabalhadores impedidos de exercer seu ofício, como os pescadores da Ilha do Governador, em janeiro de 1904; participou de comícios do operariado e do Club Republicano Radical, ao lado de muitos trabalhadores e de Lopes Trovão; proferiu uma “conferência popular” sobre o “operariado e a República”, promovida pelo Clube Republicano Radical no Teatro São José, em agosto de 1910; era um grande admirador de lideranças populares, como José do Patrocínio e Floriano Peixoto, tendo feito várias homenagens aos dois (aliás, como veremos mais à frente, Eduardo das Neves também se mostrou admirador do Marechal em suas canções).²

Sabemos também que Monteiro Lopes fez parte de algumas associações compostas majoritariamente por pessoas negras. Participava das atividades da Sociedade União dos

2 Como explicou Elio Chaves Flores, o apoio a Floriano era uma tendência política forte nas primeiras décadas republicanas entre as camadas populares, em função das suas medidas, quando presidente, contra os monopólios, a especulação e os altos lucros dos empresários, num contexto de aumento cada vez maior do custo de vida na cidade do Rio.

Homens de Cor do Rio de Janeiro, era membro ativo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, assim como o seu pai. Manteve contato com associações negras de fora do Rio de Janeiro, como a Federação Paulista dos Homens de Cor, o Colégio São Benedito e com lideranças negras e operárias, como Rodolpho Xavier, de Pelotas, e Benedito Florêncio, de Campinas.

Além disso, Monteiro Lopes mantinha boas relações com alguns políticos, advogados, professores, jornalistas, com membros de várias associações de auxílio mútuo e órgãos de imprensa no Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã* e *O Século*. Em retribuição a sua atuação, recebeu homenagens públicas e presentes de várias associações de trabalhadores, eleitores, apoiadores e amigos, como beca de seda, caneta de prata, broches, escrivaninha, e até um carro, quando estava triste e de luto pela morte da sua mãe, conforme inúmeras notícias publicadas nos jornais *O Paiz*, *O século* e *Correio da Manhã*, entre 1903 e 1910. Sua rede de relações permite realmente entender as suas vitórias eleitorais e sua transformação em uma liderança política negra, ainda que seja difícil determinar com exatidão o perfil do eleitor de Monteiro Lopes. É possível inferir que nem todos os seus apoiadores negros tivessem direito ao voto por não serem alfabetizados, e que nem a totalidade dos seus eleitores fosse negra.

É bastante provável que uma parcela dos trabalhadores negros que apoiava Monteiro Lopes – como os estivadores, por exemplo – não tivesse acesso ao direito de votar, mas, mesmo assim, se identificasse com ele e estivesse presente nas ruas, nos comícios, nas campanhas eleitorais e nos dias de eleição, nas reuniões em sindicatos e associações e nas festas protagonizadas pelo deputado negro. Do mesmo modo, seu eleitorado não era exclusivamente composto de negros. Muito embora, possivelmente, uma boa parcela dos votos recebidos por Monteiro Lopes devesse vir de funcionários públicos municipais, muitos dos quais eram negros e pertencentes a setores médios alfabetizados, como era o caso de Germano Lopes da Silva, que será apresentado alguns parágrafos adiante.

Anualmente, Monteiro Lopes participava das comemorações do dia da Abolição. Em 1902, por exemplo, o jornal *A cidade do Rio*, deu detalhes de um desses eventos, realizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, com direito à mesa de doces e a muitos discursos, incluindo um de José do Patrocínio e outro do próprio Monteiro Lopes, que, segundo o jornal, foi muito aplaudido com as seguintes palavras: “A escravidão passou; a tempestade acabou, é certo, mas ao cativo sobreviveu o preconceito de cor [...]” que “[...] aí está ainda a fechar-lhe o caminho da igualdade.”

Assim, a partir das entidades que participaram da mobilização em prol da sua posse como deputado federal, em 1909, e das homenagens prestadas na ocasião do seu falecimento, em 1910, é possível identificar os grupos de trabalhadores com os quais Monteiro Lopes se relacionava mais diretamente: Sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiches e café; Sociedade de resistência dos trabalhadores dos trapiches e carvão; militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da Fábrica de Cartuchos de Realengo; bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários do Engenho de Dentro; operários da Imprensa Nacional; trabalhadores do Serviço de Prevenção à Febre Amarela; trabalhadores “[...] das fábricas e humildes servidores da municipalidade”, como relatou o advogado e político branco, Maurício de Lacerda; trabalhadores das capatazias da Alfândega e “associações onde o elemento preto superabunda”, como observou um jornalista em *A tribuna*, de 4 de maio de 1909.

Essas pistas permitem afirmar que eleitores e apoiadores se identificavam com Monteiro Lopes em função da defesa de valores republicanos de igualdade civil e democracia e de direitos trabalhistas, bem como em razão de afinidades raciais, tecidas na experiência comum em torno da luta pela Abolição e contra o racismo.

Um bom exemplo do que pode ter possibilitado essa identificação racial são as situações de discriminação pelas quais Monteiro Lopes passou e/ou denunciou. O memorialista carioca Luiz Edmundo, no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, registrou uma dessas situações. Ele contou que Monteiro Lopes e sua esposa, Anna Zulmira, foram impedidos de entrar no luxuoso bar do Pavilhão de Regatas, no bairro de Botafogo, zona sul da cidade, pelo próprio dono do estabelecimento. Uma mulher branca chamada Maria de Bragança e Melo teria visto toda a cena e ido, imediatamente, para o bairro da Saúde, na zona portuária do Rio de Janeiro, onde trabalhavam muitos dos apoiadores de Monteiro Lopes. Em pouco tempo, ela teria retornado ao bar trazendo alguns deles: “[...] dentro de vários veículos, robustos estivadores, todos homens de cor preta, cerca de trinta, que invadem, logo, o bar, sem que o seu arrendatário possa ter tempo de articular uma só palavra de protesto”. Ao dono do bar, uma lição sobre discriminação racial foi dada.

Ao que tudo indica, o próprio Monteiro Lopes não teria reagido na hora ao gesto discriminatório do dono do bar, mas foi defendido pelos seus aliados políticos em seguida. Embora não seja possível determinar com certeza a data do episódio ocorrido, podemos afirmar que não foi antes de 1905, quando o Pavilhão foi inaugurado.

Há registro ainda de outra situação semelhante: o caso se deu na cidade de Pelotas, em 1909, na ocasião de uma visita para agradecer o apoio de lideranças e associações negras ao seu mandato como deputado federal pelo Rio. Para isso, Monteiro Lopes reservou uma acomodação no Hotel Grindlh e, quando chegou lá, foi informado de que só poderia hospedar-se ali se fosse num quarto junto à cozinha, como era comum fazer com os escravos domésticos no tempo da escravidão. Monteiro Lopes então teria se dirigido a outro estabelecimento, o Hotel Brasil, onde, ao que tudo indica, foi recebido adequadamente, segundo contou no jornal *A Alvorada*, de Pelotas, o militante negro Rodolpho Xavier.



Figura 3 – Em sua chegada à cidade de Pelotas, Monteiro Lopes agradeceu a recepção da sacada do hotel / Fonte: *O Malho* (23 abr. 1910)

Nas duas situações relatadas, Monteiro Lopes já era um homem público que exercia cargos legislativos. Logo, ser advogado, vereador ou deputado não impediu que ele fosse barreado em determinados estabelecimentos, mas certamente potencializou o seu papel como uma liderança no meio negro carioca e suas iniciativas de intervenção nessas situações.

Uma dessas interferências foi registrada no caso de uma mulher negra retirada de um navio do Lloyd Brasileiro em Recife, no meio da viagem. Ao ficar sabendo desse episódio, Monteiro Lopes imediatamente telegrafou ao Lloyd solicitando explicações. O jornal *A Província*, de Recife, foi um dos que publicaram as justificativas do comandante do navio após a denúncia. Ele explicou que uma “senhora preta” que embarcou no Recife teria jantado no salão principal com trajes, que segundo ele, eram típicos de uma “criada”. Que a tal senhora pôde terminar de jantar no salão e que, depois disso, ele a informou que vestida daquele jeito não poderia voltar ao local, conforme regulamento da companhia, mas que poderia ser servida em seu camarote com todo o conforto. A passageira, receosa de nova “desfeita”, teria preferido desembarcar por sua “livre vontade” e passageiros nada teriam a ver com o caso. O valor da passagem lhe teria sido integralmente restituído. Essa mulher, que estava viajando sozinha na primeira classe, se chamava Ignez Accioly Silva.

Após a denúncia do caso e da explicação do comandante ser publicada na imprensa, Ignez procurou o mesmo jornal para contar sua versão. Segundo ela, ao sentar-se em uma mesa para jantar, passageiros norte-americanos e brasileiros levantaram-se “em sinal de protesto”. O comandante, então, teria solicitado que ela se retirasse do local para ser servida em seu camarote. E que, após o ocorrido, “foi expulsa violentamente e grosseiramente do navio; que sentiu hostilidade tanto dos passageiros americanos quanto dos próprios brasileiros”. Informou ainda que iria ao ministro da Viação relatar seu caso, “muito humilhante para a nossa nacionalidade” e, que, como teve grandes prejuízos com a interrupção da viagem, iria solicitar na Justiça “a indenização de que tem direito”.

Embora não tenhamos encontrado mais informações sobre essa corajosa mulher nem sobre sua relação com Monteiro Lopes, descobrimos que ele e seus aliados convocaram, pelos jornais, “homens de cor” para uma “reunião de protesto” no Rio de Janeiro contra esse ato de discriminação. Segundo o jornal *Gutenberg*, de 6 de novembro de 1910, um “grande número de homens de cor” compareceu à reunião e resolveram encaminhar pessoalmente uma “representação” contra o Lloyd ao então presidente da República, Nilo Peçanha.

Após essa mobilização, um jornal do Rio, o *Diário Ilustrado* de 9 de novembro de 1910, desdenhou dos protestos, afirmando “que o caso da preta do Lloyd não deu em nada”. Podemos pensar, porém, que naquela época, levar casos desse tipo a público e pressionar para que houvesse explicação pública dos envolvidos não era pouca coisa. Por um lado, demonstrava que as relações entre brancos e negros não eram assim tão cordiais como se acreditava até muito recentemente no Brasil. Ações de solidariedade e protesto raciais desse tipo causavam incômodo nas rodas dos grandes figurões da República e em parte da imprensa no Rio de Janeiro. Por outro lado, num momento em que as teorias racistas defendidas por uma (pseudo) ciência eram divulgadas, tais manifestações de denúncia e protesto mostravam que era possível resistir e afirmar no espaço público a igualdade prevista na Constituição republicana. Mais interessante ainda é constatar que esse caso chegou até o meio negro do sul do país: na mesma semana, uma nota publicada no *Jornal do Brasil* informava que o Club Monteiro Lopes de Porto Alegre tinha expedido um telegrama “em solidariedade” a Monteiro Lopes por ele ter solicitado explicações ao Lloyd sobre o caso da “mulher de cor preta”. Monteiro Lopes estabelecia assim laços com indivíduos, grupos e lideranças negras de dentro e de fora do Rio de Janeiro.

Não era nada fácil para um filho de africanos ocupar esse lugar de liderança política nos espaços públicos na capital do país naquela época. Para isso, Monteiro Lopes utilizou várias estratégias, coletivas e individuais. Entre as individuais, estava o modo como ele escolheu se projetar publicamente na forma de se vestir e de falar.

Monteiro Lopes vestia-se de maneira formal e sóbria: de casaca em tecido pesado e de cor escura, buscando projetar uma aparência de seriedade e altivez. Chegou a ser apelidado na revista *Careta* de “sobrecasacado”. Essa projeção pública de si que ele se esforçava para impor foi percebida por alguns na época como exagerada ou inadequada, sobretudo no que diz respeito ao seu falar e ao seu vestir. Uma marchinha de carnaval recolhida pela folclorista Mariza Lira ajuda a elucidar quanto um negro como um filho de africanos poderia ser visto como alguém “fora de lugar”. A letra debochava do seu suposto comportamento de querer parecer um membro da elite branca utilizando-se do falar incorreto atribuído aos descendentes de escravizados e marcado por palavras que não se completam no final: “Monteiro Lopi/De colete branco/Tomou a barca/Foi pra Petropi”. Essa forma estereotipada e pejorativa de representar a fala dos negros – chamada de “língua de preto” – era usada na época como recurso cômico nos teatros. Segundo a linguista Tania Alkmim, seu uso buscava

demarcar a distância da população negra do universo letrado e, muitas vezes, provocar o riso de plateias ou de leitores. Exatamente por ser um homem letrado que se afirmava como negro publicamente e de modo positivo, é que Monteiro Lopes era ridicularizado pela imprensa como um negro que falava errado e que queria se branquear. Ele estaria fora de seu lugar social e racial. Foi nesse sentido que a revista *Careta* publicou, em 16 de janeiro de 1910, uma nota fictícia informando sobre o lançamento de um livro escrito por ele, cujo título seria *A arte de pôr o pé de arroz*.

Como é possível observar nas fotografias publicadas na imprensa, Monteiro Lopes parecia ter muito orgulho do seu diploma de advogado, pois aparece em várias delas, feitas em estúdio, com trajes de bacharel em Direito. Já nas fotografias em que aparece em lugares públicos, está vestido de modo mais formal do que os outros homens (negros e brancos) em torno de si, seja pela casaca comprida de tecido pesado ou pelo uso de luvas em ocasião solene.

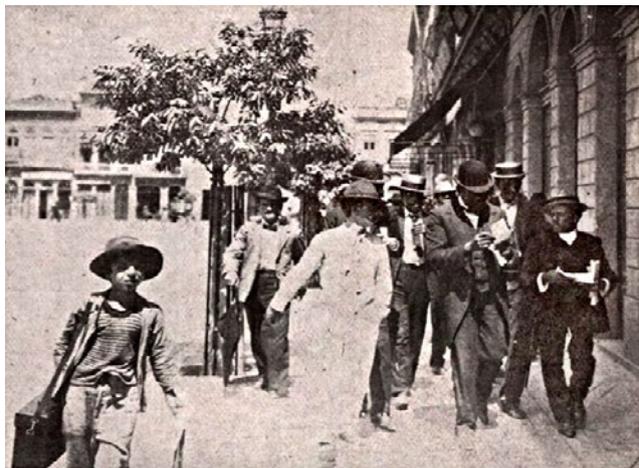


Figura 4 – Monteiro Lopes fazendo campanha eleitoral pelas ruas do Rio
Fonte: *Fon-Fon* (13 abr. 1907)



Figura 5 – Monteiro Lopes fazendo campanha eleitoral pelas ruas do Rio
Fonte: *Fon-Fon* (13 abr. 1907)



Figura 6 – Monteiro Lopes conversando com alguns políticos no cais Pharoux, no Rio de Janeiro / Fonte: *Careta* (10 abr. 1909)



Figura 7 – Monteiro Lopes dirigindo-se ao funeral do presidente da República Affonso Pena
Fonte: *O Malho* (16 jun. 1909)

No funeral do presidente Affonso Pena, por exemplo, somente Monteiro Lopes aparece usando luvas, ao contrário dos políticos brancos, que eram, de fato, os grandes mandachuvas da República. Embora o uso de luvas tenha declinado ao longo do século XX, ainda representavam, de acordo com o historiador Eric Hobsbawm, uma espécie de emblema da condição social das classes média e alta. A questão é que no contexto dessa cerimônia, a própria classe dominante branca já não utilizava essa estratégia para reafirmar o seu status.

Contudo, não se pode deixar de considerar a importância do vestir e do falar de acordo com altos padrões como estratégia de mulheres e homens negros no pós-Abolição para projetar no espaço público uma imagem de altivez e respeitabilidade. Para Monteiro Lopes, vestir-se de modo bem elegante parece ter sido uma estratégia de afirmação, uma forma de se fazer acintosamente presente no espaço público, diante da rejeição que recebia. Assim, é importante compreender seu esforço em mostrar que dominava os códigos linguísticos eruditos e a elegância no vestir dentro da perspectiva das negociações da população negra com os padrões dominantes e europeizados e com o próprio racismo, como propôs a historiadora Giovana Xavier. Como se portar em público para se impor e ser respeitado como um líder político negro em uma sociedade racista?

Era essa a questão que Monteiro Lopes enfrentava e precisamos contextualizá-la para poder compreender as suas respostas. Esse olhar que considera esse agenciamento da população negra nos traz a possibilidade de entendermos a história das relações raciais no Brasil de modo mais complexo. A forma como Monteiro Lopes se apresentava publicamente deve ser entendida como uma das estratégias utilizadas por pessoas negras no enfrentamento individual do racismo e na resistência a ele, e não como um simples desejo de ser ou de parecer branco.

A despeito desses obstáculos, Monteiro Lopes conseguiu conquistar reconhecimento público. Depois de exercer a advocacia por cerca de dez anos, em 1903, foi eleito e reconhecido como vereador pelo então Distrito Federal. Ou seja, antes de sua candidatura a deputado federal, em 1909 – quando adquiriu visibilidade nacional –, Monteiro Lopes já circulava com desembaraço pelos tribunais, no meio negro e no ambiente político-parlamentar da capital do país.

A DRAMÁTICA VITÓRIA NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL DE 1909

Monteiro Lopes acreditou nos valores republicanos de igualdade de todos perante a lei e de soberania popular e

em possibilidades de ampliação da cidadania para os negros, dirigindo parte dos seus esforços para lutas políticas dentro do parlamento, ainda que esse campo fosse muito restrito durante a Primeira República. Colocou-se, tanto como vereador quanto como deputado, em posições de confronto com as elites brancas no poder, destacando-se pela defesa de benefícios e direitos para os trabalhadores.

Ao término do seu primeiro mandato (1903-1904) no Conselho Municipal (atual Câmara de Vereadores), candidatou-se ao mesmo cargo, novamente de modo avulso, isto é, sem associação a nenhum partido político. Embora, segundo a imprensa, tenha conseguido uma expressiva votação, não foi reconhecido nem diplomado. Acabou sendo “degolado”³ da legislatura seguinte.

Em seguida, em 1905, Monteiro Lopes viveu episódio semelhante. Ao pleitear uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal – como de costume, de modo independente – foi eleito, mas não diplomado. O próprio admitiu em uma entrevista, publicada em 31 de janeiro de 1909, no jornal *A*

3 Durante a Primeira República, não havia Justiça eleitoral independente como hoje, e as fraudes eleitorais eram comuns. Era possível se candidatar de modo avulso, sem vinculação a partidos políticos e só os alfabetizados poderiam votar. Quando um candidato era eleito para o parlamento, era o próprio parlamento o responsável por contar os votos, conferir a votação, divulgar o resultado das eleições e diplomar o candidato. Isso era feito por comissões formadas por políticos da legislatura anterior. O termo “degola” se refere aos candidatos que haviam recebido votos e sido eleitos mas não diplomados. Isso facilitava que as oligarquias estaduais continuassem no poder e que as minorias não conseguissem representação política, dificultando a renovação dos políticos no poder.

Opinião Pública – editado pela comunidade negra de Pelotas – que, nessas duas ocasiões, ao ser eleito e não reconhecido, teve seus direitos desrespeitados. Contudo, no ano de 1906, Monteiro Lopes se candidatou novamente a uma vaga no Conselho Municipal do Distrito Federal, conforme registros publicados no *Correio da Manhã* ao longo do mês de janeiro de 1906. Foi eleito para a legislatura de 1907 e teve sua atuação marcada pela proximidade com o operariado reformista e com a inspeção em escolas públicas. Segundo Monteiro Lopes, para dar continuidade a sua carreira política diante desses impedimentos, teve que mudar de estratégia: em 1909 apresentou-se novamente como candidato a deputado na capital federal, só que agora vinculado a um partido político: o Partido Republicano Democrata. Isso, em tese, poderia facilitar a negociação política de sua entrada no parlamento após a votação e evitar mais uma “degola”.

Segundo um dos seus dirigentes, esse partido seria uma organização aberta a diversas tendências políticas e a livres pensadores, tendo como peças centrais do seu programa a ampliação da instrução pública e o sufrágio popular, conforme várias matérias que saíram na imprensa na época, seja nos jornais *A Tribuna* e *O Século* ou na revista *Careta*. Buscavam, dessa forma, fazer parte daquele jogo político-parlamentar instituído e posicionar-se contra seus vícios, como “as lutas e rivalidades pes-

soais, as ambições do mando e o despotismo”. Propunham, nos seus programas divulgados nos jornais, renovar a política partidária; despertar o povo para as eleições; fazer do voto um “direito sagrado e não simplesmente um direito à mercê dos corrinhos políticos”; trazer “a fiscalização dos pleitos, o respeito ao voto popular e a moralidade das indicações dos candidatos com programas certos de sua função política”; melhoria das condições de vida do operariado por meio “da proteção social”, dos transportes, da higiene e assistência públicas, fomento para a formação de pecúlios entre os trabalhadores. Somente dessa forma seria possível “consagrar a República como o governo do Povo, para o Povo e pelo Povo [...] e fazer do Brasil uma perfeita democracia [...]”. Se consideramos o perfil do seu eleitorado e dos seus apoiadores e a sua atuação como vereador e deputado, notamos que essas eram pautas com as quais Monteiro Lopes já se identificava, o que confere coerência a sua filiação político-partidária.

Monteiro Lopes trabalhou muito na divulgação de sua candidatura a deputado. O memorialista José Vieira, em seu livro *A cadeia velha*, mencionou, inclusive, que comentavam pela cidade do Rio na época que Monteiro Lopes passou por graves dificuldades financeiras em função dos gastos com a campanha, o que demonstra seu investimento pessoal para voltar a ocupar um cargo político.

Em janeiro de 1909 a campanha estava a todo vapor, afinal as eleições estavam marcadas para o dia 30 daquele mês. *A Tribuna*, com suas reportagens do dia 5 de janeiro, nos dá uma boa descrição dessa movimentação. As mesas do escritório de Monteiro Lopes “[...] estavam cobertas de papéis, requerimentos, certidões, nomes anotados à pressa, lembretes com recados, caixas repletas de cédulas eleitorais [...]”. Homens entravam e saíam “[...] trazendo recados, levando cédulas [...]”. Com esse ritmo de trabalho, incluindo noites em claro e falta de tempo para as refeições, Monteiro Lopes entrava na “[...] luta pela vitória das urnas”.

Mas a caminhada até lá não seria fácil. A revista ilustrada *Careta* foi um dos periódicos que mais fizeram oposição à candidatura de Monteiro Lopes ao longo da campanha eleitoral em 1909, associando-o a aspectos negativos, que iam da feiura à compra de votos, passando pela burrice e bajulação. Em sua pregação contra os “maus políticos”, publicou várias notas racistas em tom cômico sobre Monteiro Lopes, como uma que saiu em 9 de janeiro: “Não foi possível publicar o retrato do provector Monteiro Lopes, porque o nosso fotógrafo teve a infeliz ideia de procurá-lo à noite. Bateu toda a cidade e o Dr. Não foi visto”.

Já em uma entrevista fictícia publicada na semana seguinte pelo mesmo jornal, suas respostas foram satirizadas,

como se Monteiro Lopes não conseguisse compreender as perguntas, sempre respondendo a elas ao pé da letra: - “E sobre a sucessão presidencial? - Entendo que deve continuar como está de 4 em 4 anos”. Nesse mesmo estilo, e já depois das eleições, a revista *Fon-Fon*, em 20 de março, também publicou outra entrevista fictícia com Monteiro Lopes. Perguntado sobre seu programa, disse que não tinha um, mas que ia fazer muita coisa. O primeiro ato seria pedir à Mesa Diretora da Câmara que mandasse abrir mais as janelas do recinto para ver “tudo claro”. Depois, exigiria o fim dos votos em branco, entre outras medidas. Todas as pretensões apresentadas, na verdade, são troças racistas que fazem jogos semânticos com os binômios claro/escuro, preto/branco. Suas principais bandeiras de luta em prol dos operários e do funcionalismo público foram ridicularizadas, de forma que seu programa político foi citado do seguinte modo: reduzir a jornada de trabalho para 4 horas por dia com dois intervalos, um para o almoço e outro para o jantar; dobrar os vencimentos do funcionalismo público, promovê-los, aposentá-los e conceder pensão a todas as suas famílias indiscriminadamente.

As revistas de variedades e de humor seguiram, durante toda a campanha eleitoral, publicando textos com trocadilhos desse tipo, associando Monteiro Lopes a aspectos cul-

turais do continente africano, inferiorizados e desvalorizados na época. Também o aproximavam de outra personalidade negra de destaque, o professor da Escola Normal, Hemetério dos Santos, um intelectual, que assim como Monteiro Lopes, assumia publicamente e com orgulho sua identidade racial como homem negro letrado e se posicionava contra o “preconceito de cor”. Em 9 de janeiro de 1909, por exemplo, a revista *Fon-Fon* saudou os leitores que teriam enviado felicitações de ano novo à revista, destacando que recebera “dois cartões em branco dos doutores Hemetério dos Santos e Monteiro Lopes [...]”. No mesmo dia também publicou outro pequeno texto fazendo uso do mesmo recurso: “Dr. Monteiro Lopes [Rio] - Infelizmente, não podemos atender o seu delicado pedido; nas próximas eleições pretendemos votar em branco”.

As menções a Monteiro Lopes na imprensa quase sempre vinham acompanhadas de algum qualificativo racial, geralmente com carga pejorativa, cômica, satírica ou grotesca, de modo a destacar que homens negros não deveriam ultrapassar certas fronteiras e ocupar lugares identificados com os brancos. Esse jogo de palavras que associava a cor da população negra a características negativas era muito comum no início do século XX. Na imprensa, esse tipo de associação tinha o objetivo de colocar em evidência a relação de mulheres e homens negros

com o passado escravista e reafirmar hierarquias e estigmas. A cor acionava um conjunto de atributos considerados na época como naturais da população negra, tais como incapazes, não confiáveis, libidinosos, infantis, avessos ao trabalho e desordeiros. Essa era uma das características do racismo brasileiro naquele momento.

Vale destacar, entretanto, que o termo negro era usado nos discursos de Monteiro Lopes, assim como nos textos de Hemetério dos Santos, em sentido positivo, ainda que no imediato pós-Abolição tal expressão ainda permanecesse, no senso comum, carregada de estigmas pejorativos ligados à escravidão.

Porém, a despeito das injúrias racistas, a campanha de Monteiro Lopes seguiu em frente e, no dia 30 de janeiro, deu-se a votação. Vários jornais noticiaram que, desde cedo, Monteiro Lopes e seus aliados percorreram os locais de votação para evitar que houvesse fraudes. Logo após a votação, a imprensa carioca publicou, como de costume, uma boca de urna das eleições, nas quais políticos tradicionais na cidade do Rio haviam sido derrotados. Já Monteiro Lopes teria saído vitorioso, embora a revista *Careta*, por exemplo, questionasse o bom número de votos recebidos por ele. Não é possível apurar se realmente houve fraude nessa votação. O que é interessante destacar aqui é a forma como sua eleição trouxe o racismo e os debates em torno dele à tona.

A *Fon-Fon*, entre os meses de fevereiro e maio, no período da luta pela efetivação da sua eleição, também fez várias piadas com a vitória de Monteiro Lopes nas urnas. Em uma nota colocou em dúvida seu reconhecimento, mencionando indiretamente seu eleitorado e seus apoiadores e sua posição como liderança negra: “Se o Dr. Monteiro Lopes for eleito deputado, um dos seus primeiros cuidados será tratar da revisão do contrato da iluminação pública. S.S. excelência vê a cidade muito escura”.

Outra nota indicava que seu programa na Câmara seria “tornar as coisas claras quando estiverem pretas”. Entre outras, uma das mais elaboradas saiu com o título “Uma questão de preposições” e dizia: “Se o Sr. Monteiro Lopes for reconhecido e diplomado não será um representante da nação, mas, um representante de nação”, numa alusão às nações africanas, comumente associadas aos nomes dos escravizados, e a sua própria origem.

A reação à possível “degola” de Monteiro Lopes por ser negro não demorou a aparecer na imprensa e nas ruas. Segundo o próprio Monteiro Lopes, em entrevista ao jornal *O Commercio de Campinas*, em 6 de fevereiro de 1909, o barão do Rio Branco seria um dos “primeiros perseguidores” da sua eleição, conforme poderia se concluir a partir de charges publicadas na revista *O Malho*. Na mesma data, o jornal *A Imprensa* publicou um artigo intitulado “Será verdade?”, no qual se refere à suposta fala de

que o barão do Rio Branco estaria particularmente empenhado em impedir o reconhecimento de Monteiro Lopes como deputado. O texto também citou a suposta intromissão de Afonso Pena na eleição com o objetivo de defender suspeitas “conveniências políticas” e impedir que Monteiro Lopes vencesse sua chapa preferida naquela eleição, pois necessitava de outro político eleito para “resolver” questões do orçamento federal. Além disso, o então presidente da República, Afonso Pena, e o seu ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, teriam dito que ter um deputado negro na Câmara seria uma vergonha para o país.

Reforçando a suspeita sobre essas ameaças, no dia 6 de fevereiro, a capa da revista *O Malho* trouxe um desenho de Monteiro Lopes posicionado entre Rio Branco e Afonso Pena. Monteiro Lopes e seus seguidores e outros órgãos da imprensa deram crédito a esses rumores, e foi, a partir deles que a mobilização em prol da sua diplomação como deputado começou a acontecer e se espalhou para fora do Rio de Janeiro.

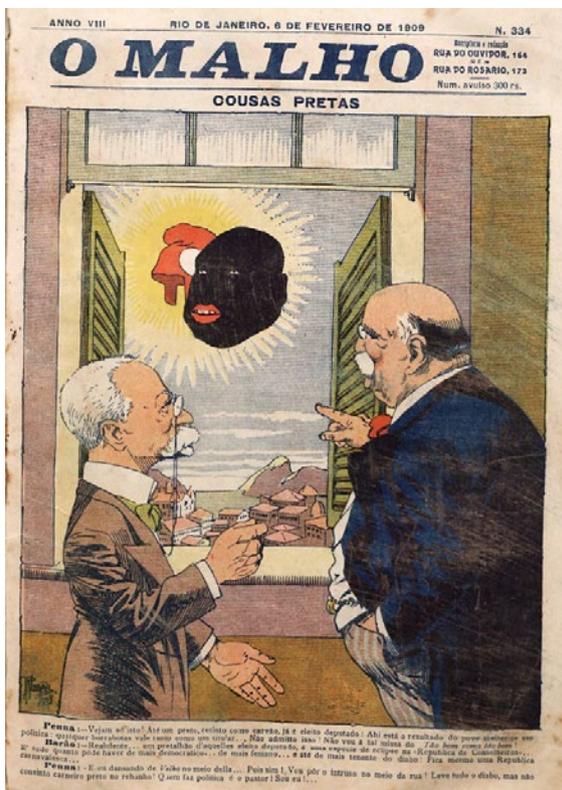


Figura 8 – Capa da revista *O Malho*.
Fonte: *O Malho* (06 fev. 1909)

A eleição de Monteiro Lopes em 1909 e a tentativa de impedir sua posse ao longo dos meses seguintes motivaram muitas mobilizações e intensos debates que ajudam a compreensão do racismo então existente e das estratégias de luta antirracista naquela época.

Em 15 de fevereiro, diante desses rumores, Monteiro Lopes fez uma grande reunião com “homens de cor” no Centro Internacional Operário do Rio de Janeiro para tratar de sua possível exclusão da Câmara. Nessa reunião foi criada a Comissão Permanente Contra a Exclusão de Monteiro Lopes. O prazo era curto, pouco mais de três meses entre a votação e a diplomação. Por isso, a intenção era agir rápido.

Na reunião foram deliberadas várias medidas e estratégias de ação: pedir apoio às corporações, aos sindicatos, à imprensa e às organizações compostas de homens negros na cidade e em todo o país; enviar um “memorial” a Rui Barbosa, solicitando que ele, como representante do estado da Bahia, “onde a maioria é gente de cor”, aconselhasse a bancada baiana a não deixar que Monteiro Lopes, “eleito pelo povo”, fosse excluído da “representação nacional” por ser negro; “dirigir uma mensagem ao presidente da província de Minas Gerais, Wenceslau Brás, para que aconselhasse a bancada do seu estado a praticar os preceitos republicanos” pregados pelo “inesquecível estadista João Pinheiro”;⁴ fazer uma manifestação pública e solene à “imprensa livre e independente”, que junto com o povo, “[...]”

4 João Pinheiro era mineiro, nascido em 1860 e falecido em 1908. Em 1906, foi eleito presidente do Estado de Minas Gerais pelo Partido Republicano Mineiro. Em seu governo tornou a Justiça gratuita e acessível e estabeleceu a educação laica nas escolas públicas. Era admirado por muitos republicanos insatisfeitos com o domínio das elites oligárquicas no país. Conforme registro nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 24 de outubro de 1910, Monteiro Lopes propôs a suspensão da sessão na Câmara em homenagem ao 2º aniversário de morte do político mineiro. A proposta foi rejeitada.

têm combatido o atentado que maus brasileiros projetam, como seja, excluir da representação nacional o Dr. Monteiro Lopes, julgando incompatível sua cor para fazer parte da Câmara dos Deputados, apesar de legalmente eleito”; convocar “um grande comício popular, no qual será, dentro da lei e da ordem, lida uma enérgica mensagem contra o odioso sistema que se pretende implantar no regime republicano, fazendo-se distinção de raças e de castas, criando-se privilégios de cor, cindindo-se estupidamente a família brasileira.”

A ata da reunião publicada no jornal *Correio da Manhã* de 16 de fevereiro de 1909 também dava notícia da expedição de telegrama para a redação do *Diário da Bahia*, pedindo adesão ao movimento contra a exclusão de Monteiro Lopes, supostamente chefiada pelo Centro Industrial, por fazendeiros ex-negociantes de escravos, cujo porta-voz seria Alcindo Guanabara, “antigo jornalista dos escravocratas”. Telegramas do mesmo tipo foram enviados a Pernambuco e outros estados. O Centro Internacional Operário também providenciou o encaminhamento de uma ação judicial em defesa do deputado. Ao término da reunião, esses “homens de cor” fizeram questão de registrar que deram vivas à República, à imprensa livre e à memória de João Pinheiro. Com o grito “Viva a República sem o preconceito de cor!”, todos se dispersaram na “melhor ordem”. A intenção era denunciar e

combater o suposto plano de exclusão e expor publicamente a discriminação racial a que estaria sendo submetido o “líder dos pretos” e, desse modo, tentar mobilizar indivíduos e associações negras por todo o Brasil, através da ocupação de espaços públicos, de manifestos, cartas e telegramas enviados à imprensa e a políticos; comícios, reuniões, festas e visitas a políticos.

Após essa reunião, os primeiros a manifestarem publicamente seu apoio à posse de Monteiro Lopes foram os “cidadãos negros” da cidade de Pelotas, conforme noticiou o jornal pelotense *A Opinião Pública* de 1º de março de 1909. Mencionou ainda que, a exemplo do que vinha acontecendo no Rio de Janeiro, em Pelotas estava programada “[...] uma grande reunião de homens de cor para tratar da projetada exclusão da Câmara dos Deputados, que por ser negro, se prepara contra Manuel da Motta Monteiro Lopes, [...]”. Dois dias depois, o mesmo jornal publicou um convite para essa mobilização:

Em vista do que tem se passado no Rio de Janeiro com referência ao ilustrado Dr. Manuel da Motta Monteiro Lopes, resolve a Raça Etiópica desta cidade convidar a todas as associações descendentes desta raça bem assim a todos os homens que se prezam serem de cor para sábado, 6 do corrente, as 8h da noite, reunirem-se na sede da Sociedade Flores do Paraíso [...] a fim de tratar-se do esbulho que se nos quer fazer, atentatório de

todos os direitos sociais e da justiça que nos assiste como parte integrante da Família Brasileira.

Pelotas, 3 de março de 1909.

Nesse convite, os negros pelotenses assumiram a luta pela diplomação de Monteiro Lopes como uma causa comum a todos os negros do país.

No dia 8 de março, o mesmo jornal noticiou as deliberações da reunião: telegrafar ao presidente da República, a Monteiro Lopes e ao Centro Internacional Operário, anunciando o apoio dos “cidadãos de cor” de Pelotas à causa; promover um comício popular com o objetivo de apelar ao deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Cassiano do Nascimento, para que cooperasse com a diplomação de Monteiro Lopes, que não poderia ser excluído do parlamento pelo fato de ter “a epiderme negra”; solicitar por telegrama que o presidente Afonso Pena garantisse a manutenção dos direitos constitucionais; e fundar o Centro Etiópico Monteiro Lopes, cujo presidente seria o militante negro Rodolpho Xavier.

Dois desses telegramas foram publicados na imprensa e reproduzidos em outros jornais. O primeiro endereçado à própria imprensa, dizia: “Raça etiópica reunida hoje fundou o Centro Etiópico Monteiro Lopes como protesto solene à monstruosa depuração que projetam fazer do título que legitimamente

lhe foi expedido, afirmando franca solidariedade. Pelotas, 7 de março de 1909”. Já o segundo tinha como destinatário Monteiro Lopes: “Apesar do ridículo tentam fazer recair sobre vossa individualidade, efusivamente vos felicita em nome de vossos irmãos, pela Pátria, pela raça, o Centro Etiópico Monteiro Lopes. José da Silva Santos (pres.) e Rodolpho Xavier (secr.)”. Outros telegramas semelhantes de outras associações e cidades também saíram nos jornais dos seus locais de origem e do Rio de Janeiro. O clima parecia tenso.

Poucos dias depois, houve outra reunião em Pelotas, deliberando-se não mais realizar o comício popular. A mesma decisão foi tomada pela Comissão Permanente contra a Exclusão de Monteiro Lopes do Rio de Janeiro. Estaria Monteiro Lopes com receio das ruas? É possível que tenham avaliado que esses comícios pudessem ser vistos como revanchismo racial, como ameaça às hierarquias sociorraciais já estabelecidas, ou mesmo, que tivessem algum receio de radicalizações e conflitos.

De todo modo, nessa mesma reunião realizada em Pelotas, também foi lida, sob aplausos, uma carta enviada por Monteiro Lopes em agradecimento ao telegrama que recebeu do Centro Etiópico daquela cidade: “Recebi com a mais íntima satisfação o vosso telegrama noticiando a fundação do Centro Etiópico Monteiro Lopes e o grande interesse pela minha causa,

que é a causa de todos nós.” Também afirmava que os amigos e companheiros do Rio exultaram diante do apoio ao “combate ao vil preconceito” que ameaçava sua posse.

O passo a passo dessa mobilização foi publicado em vários jornais do país ao longo do mês de março de 1909. Os laços de identificação que foram afirmados ao longo dessa mobilização são indícios do compartilhamento de uma identidade racial. Mesmo que tal mobilização não tenha gerado uma entidade negra de abrangência nacional – como seria, posteriormente, a Frente Negra Brasileira, na década de 1930 – o medo branco de uma organização política racializada dos negros apareceu de modo recorrente na grande imprensa da época. Como as entidades do meio negro do sul do país, outras organizações formadas por negros na cidade do Rio, em Campinas e arredores, na Bahia e em Pernambuco também demonstraram apoio à diplomação de Monteiro Lopes, na imprensa, em cartas, manifestos, telegramas etc.

Além dos indivíduos e coletividades negras já citadas, Monteiro Lopes também recebeu apoio em artigos publicados em jornais da grande imprensa do país, dirigidos por brancos. A *Gazeta de Notícias*, de 2 de fevereiro de 1910, por exemplo, alegou que no regime republicano os princípios constitucionais deveriam ser respeitados e que os cargos parlamen-

tares são “delegações da nação” e, nesse sentido, comprovada legalmente a eleição, o presidente da República eleito seria tão representante da nação quanto Monteiro Lopes. Veremos mais adiante, porém, que esse jornal também deu voz aos detratores de Monteiro Lopes.

Outro jornal da grande imprensa no qual também houve manifestações a favor de Monteiro Lopes foi o *Correio da Manhã*, em que foi publicado um artigo do advogado negro Evaristo de Moraes, em 14 de fevereiro de 1909. Conhecido por sua posição antirracista e muito próximo de entidades e sindicatos operários, iniciou sua argumentação mencionando que a expressão “cores da política” teria deixado o universo da figuração para entrar no mundo real. Essa mudança teria sido provocada pela “escandalosa depuração” que se planejava contra seu colega dos tribunais, Monteiro Lopes, demonstrando a preferência cromática da “Política” pelas “duas cores patricias – a branca e a parda”. Segundo Moraes, a “politicagem nacional”, que “repelia o negro”, “aceitava o pardo” e “abraçava o branco”, cometeria um dos seus maiores erros ao excluir um parlamentar por “motivo pigmentar”. Se, até agora segundo ele, não havia no Brasil “a calamitosa luta de raças”, como existia nos Estados Unidos, a exclusão de Monteiro Lopes poderia despertar “paixões ruins” e “levantamento de ódios”.

As alegações de Evaristo soavam como um alerta para aquela elite que queria manter o parlamento como lugar de impedimento para negros. Esse tipo de argumento, que chamava a atenção para a necessidade de não impor barreiras rígidas à mobilidade social dos negros na República, a fim de evitar a mobilização e a organização política baseada na raça, foi uma estratégia deliberadamente utilizada por Monteiro Lopes e por Evaristo de Moraes.

Para Moraes, já bastavam “certas prevenções, algumas pouco conhecidas do público”, segundo ele, “com as quais se conformam covardemente nossos homens mais cultos e generosos”. Citou, entre outros, o caso do presidente da República, que mandou retirar “pretos” da guarnição de uma embarcação de luxo. Era preciso, para ele, deixar de “hipocrisias e de mascaradas étnicas”, pôr de lado “a vergonha do estrangeiro quanto à cor mais ou menos confusa de nossos servidores e representantes, sejam marinheiros, sejam deputados” e assumir que o Brasil era uma terra de “mulatos, pardos e mestiços de todas as cores”. Finalizou defendendo que o que deveria preocupar “os próceres e os magnatas da Política” eram a aptidão, a competência, a capacidade intelectual e moral dos eleitos ou diplomados e não a cor da pele: os “donos da Política” deveriam deixar de olhar a cor da pele dos que entravam pelas portas do Congresso para olhar

para as unhas “de alguns que lembram aves de rapina, e cujos mandatos as oligarquias garantem a ferro e fogo [...]”.

Outro texto defendendo Monteiro Lopes foi publicado no jornal carioca *A Tribuna*, em 17 de fevereiro de 1909. Segundo o texto – sem assinatura –, atos arbitrários como a exclusão de Monteiro Lopes eram, “infelizmente”, comuns naquela República, na qual os interesses da política estadual e dos líderes da situação dominavam, com o objetivo de favorecer amigos malsucedidos nas eleições ou refrear a oposição. Mas o caso de Monteiro Lopes seria diferente, porque não impunha sérios obstáculos ao governo e fazia parte de uma minoria política. Sua depuração estaria abertamente ligada à sua cor, que não lhe permitiria “disfarçar a raça”. A vergonha do estrangeiro teria motivado a tentativa de excluí-lo da Câmara, que, por sua vez, teria gerado um “amplo movimento de protesto” que iria “abrir o Brasil republicano ao conflito odioso que a monarquia soube inteligente e democraticamente evitar [...]”. E, para piorar a situação, “[...] a incompatibilidade de cor não estava prevista na Constituição Federal.”

Para o autor, a exclusão de Monteiro Lopes, por ser negro, despertaria divisões vergonhosas na sociedade e levantaria contra a República “uma massa compacta de antipatias e ódios”. Para evitar uma onda de impopularidade, os republicanos não

deveriam se associar a “prevenções de raça”. Além disso, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, na época já teria dado o exemplo, demonstrando que repugnava o “preconceito de raça” ao sentar-se à mesa, na Casa Branca, com o negro Booker T. Washington. Afonso Pena não precisaria chegar a tanto e fazer o mesmo, convidando Monteiro Lopes para jantar em Petrópolis, mas sim garantir o cumprimento da lei e o respeito à vontade soberana dos que elegeram o advogado negro, em nome da harmonia social e da dignidade do regime republicano. Na República, concluiu o autor, os direitos deveriam ser iguais para todos.

Ainda sobre esse debate, no dia 14 de março de 1909, foi publicada no *Jornal do Brasil* uma carta do jornalista branco Carlos de Laet, cujo objetivo seria, segundo o próprio, colaborar para a “boa gestão da República”. Apontou que a eleição de Monteiro Lopes poderia ter surpreendido a todos, mas não a ele, que acompanhara a crescente popularidade do deputado recém-eleito. Teria ouvido por toda a cidade “na alma encantadora das ruas [...] os ecos da boa fama” de Monteiro Lopes. Mas, os “centros etiópicos” fundados para defender a sua diplomação deveriam ser silenciados para que não impusessem “dificuldades aos brancos” e provocassem o mesmo tipo de mobilização, isto é, a criação de “centros caucásicos” nos quais negros não pudessem ingressar. Isto é, diante das tensões raciais expostas em espaços

públicos, não impor uma linha de cor ou barreiras raciais rígidas, incluir os negros em alguns espaços sob o controle das elites brancas, bem como silenciar sobre o racismo foram estratégias defendidas na imprensa como forma de garantir a ordem, a harmonia social no regime republicano. Para o autor, “O melhor é não falar em tal” e continuar como estava.

Assim, de janeiro – quando ocorreu a votação – a abril de 1909 – quando aconteceu a posse de Monteiro Lopes – viveu-se de forma dramática o racismo brasileiro: por um lado, o fantasma do revanchismo racial amedrontava a elite política daquela República. Por outro, as lideranças negras precisavam fazer-se visíveis e agir rapidamente para a defesa de seus direitos. Tudo isso numa República, que já em seus primeiros anos, deu várias demonstrações de que não iria poupar esforços para reprimir protestos, revoltas e mobilizações políticas, ainda mais se vindos da população negra.

Mas Monteiro Lopes não era uma unanimidade. A revista *Careta* continuou implacável nas críticas a Monteiro Lopes antes, durante e depois das eleições. Em função dos protestos em favor da efetivação do seu mandato como deputado, a *Careta* passou a acusar os próprios negros de estarem criando a discriminação racial no país. Foi assim que um cronista dessa revista, em 3 de abril de 1909, imaginou o Brasil invertido, como

uma sociedade segregada, só que com os negros ocupando o lugar dominante dos brancos e se vingando da escravização. Ironizando a ascensão de um negro ao parlamento e a possibilidade de conjugarem identificação racial e participação política, o cronista explicitou seus incômodos diante da inversão das hierarquias que poderia então acontecer:

Agora os brancos vão ver o que é perseguição: bondes à parte, restaurantes à parte, teatros à parte, e por qualquer crimezinho, um linchamento de todas as regras. Porque os negros perderam a paciência e querem o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muita coisa entre as quais que o que hoje nós chamamos de cabelo ruim vai ser chamado agora de cabelo bom. Porque, enfim, isso não passa de uma simples convenção. [...] desde que se estabeleça que a cabeleira crespa ou torcida seja a boa, a que for lisa merecerá sem dúvida o nome de má cabeleira. Logo, fiquem sabendo os de cabelo chamado bom atualmente, que este mesmo cabelo brevemente vai ser chamado de ruim e será um estigma aviltante.

Além disso, as críticas a Monteiro Lopes não vieram apenas de jornalistas e caricaturistas brancos. Embora tenha recebido apoio de várias associações, lideranças e indivíduos do meio negro, Monteiro Lopes também enfrentou oposição de outros grupos negros. No jornal *A Voz do Trabalhador*, da Confederação Operária Brasileira, um operário que se identificava

como negro e assinava o seu texto com o pseudônimo P. R., em 17 de fevereiro, acusou Monteiro Lopes de oportunista: “Como operário militante e como negro, protesto energicamente contra a exploração política que o Sr. Monteiro Lopes está fazendo com os homens de sua raça e com o operariado do Brasil.” Exploração porque teria usado essas duas classes para promover sua ambição: uma cadeira na Câmara, “[...] hoje cáldo ninho de parasitismo oficial”. Ironicamente, o anarquista negro destacou que Monteiro Lopes tinha o mesmo direito que “vermelhos, amarelos, brancos e incolores” de ocupar uma cadeira no parlamento, como o povo também teria o direito de colocá-los para fora da Câmara quando não cumprissem com decoro o papel para o qual foram eleitos. P. R. ainda usou contra Monteiro Lopes o mesmo argumento que alguns dos seus opositores brancos: acusou-o recriar um preconceito “quase extinto” no país. Segundo o operário, “os negros conscientes” não deram importância ao chamado de Monteiro Lopes – “político burguês” –, pois o que lhes interessava era a extinção do governo e do parlamento. Não queriam as migalhas do Estado que Monteiro Lopes lhes prometia. A prova maior de quem o deputado seria, na verdade, era o fato de ter matriculado seu único filho no Colégio Militar, para que ali aprendesse “a forma mais aperfeiçoada de assassinar seus semelhantes, principalmente os operários quando vieram para rua reclamar os seus

direitos...”. Se, por um lado, essa crítica torna claro que o tipo de prática sindical reformista na qual Monteiro Lopes estava engajado era incompatível com a posição anarquista de P.R., por outro, evidencia as diferentes opções políticas e de lutas que estabeleciam diferenças entre a população negra.

Mas, mesmo com as forças contrárias e os dissensos, Monteiro Lopes conseguiu finalmente ser diplomado como deputado federal.

MONTEIRO LOPES SOBE A “ESCADARIA BRANCA” DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia 30 de abril de 1909, a Junta Apuradora da Câmara dos Deputados finalmente reconheceu e diplomou os cinco candidatos mais votados do 1º distrito da Capital Federal. Monteiro Lopes ficou em quarto lugar com 2.164 votos.



Figura 9 – Monteiro Lopes, único negro no recinto, acompanha de perto os trabalhos de apuração das atas eleitorais / Fonte: *O Malho* (13 mar. 1909)

No dia 1º de maio de 1909, Monteiro Lopes foi empossado! Os jornais noticiaram que as galerias da Câmara estavam cheias, que Monteiro Lopes foi muito abraçado e comemorou com seus admiradores, em sua maioria negros. Também recebeu muitos telegramas oriundos de várias cidades do país enviados pelas associações que o apoiaram. Deve ter sido realmente um dia feliz para Monteiro Lopes e seus companheiros. Havia muito o que comemorar!

O *Jornal Commercio* de Campinas, justamente em 13 de maio de 1909, publicou um artigo do jornalista negro Benedito Florêncio, que comemorou o fato de que, 21 anos depois da Abolição, o primeiro negro entrava triunfante “pela porta larga da democracia republicana” para a “representação nacional”. Para Florêncio, Monteiro Lopes, ao subir a “escadaria branca” da Câmara, teria conquistado uma “brilhante posição política”, transformando-se em um digno representante “da raça redimida”. Libertos da violência da escravidão, para ele, os negros começaram a buscar a “educação social” e a “civilizar-se a passos de gigante, em vez de aumentarem as estatísticas criminais [...] e se acotovelam nos bancos das escolas”. Mais uma vez, fica evidente o esforço dessas lideranças negras em distanciar-se dos estereótipos negativos comumente associados aos descendentes de escravizados naquele momento. Buscam disseminar também

uma visão otimista do futuro do país, com sua majoritária população negra.

Em agradecimento ao apoio recebido, Monteiro Lopes visitou órgãos da imprensa no Rio e divulgou que visitaria cada cidade de onde recebeu apoio. Porém, alguns jornalistas demonstraram incômodo com a sua posse. Na *Gazeta da Tarde* de 14 de maio de 1909, um autor anônimo afirmou que ninguém levava a sério aquele que não passava de um “negro insolente”, um “pretinho audaz” que merecia o chicote. Já ao analisar a eleição de Monteiro Lopes, um jornalista do *Correio da Manhã*, em 4 de março de 1909, afirmou que a aglutinação de “todas as classes de homens de cor” em torno do mandato de Monteiro Lopes não era novidade e foi possível porque esse era um movimento que já vinha ocorrendo há muito tempo no Brasil. Prova disso seriam alguns representantes ilustres dos “homens de cor” presentes naquele momento no campo das ciências, das letras, das artes, do magistério, da medicina, do direito, da literatura e do comércio. Faltava apenas um lugar a ser desbravado: o Congresso Nacional. Por isso é que, em 1909, de norte a sul da República haveria ligas, clubes e associações em que indivíduos negros se reuniam regularmente, fazendo convergir “esforços para a formação de um forte partido político, chefiado pelo deputado negro, e por ele terçando as armas.”

Esses textos – e os vários outros – sobre a eleição de Monteiro Lopes publicados na imprensa são bons exemplos de quanto grupos compostos de negros naquele momento estavam empenhados em mostrar que o debate sobre a representação política formal lhes dizia respeito. Essas demonstrações públicas de coesão foram importantes para os processos de conquista de visibilidade, expressão e participação política.

Empossado como deputado federal, as propostas e projetos apresentados na Câmara por Monteiro Lopes priorizaram a luta por direitos trabalhistas. Adepto do sindicalismo reformista, suas principais intervenções relacionavam-se aos problemas derivados da exploração do operariado; à falta de legislação sobre o trabalho no Brasil; à necessidade de criação de um ministério do trabalho; ao absurdo da exploração do trabalho de menores de idade e crianças; à situação precária em que ficavam as famílias de operários acidentados ou mortos; à concessão de aposentadorias e aumento de vencimentos para alguns trabalhadores individualmente e para algumas categorias profissionais. Era preciso, argumentava Monteiro Lopes, que fossem assegurados aos operários os direitos garantidos na Constituição Republicana, pois para ele era óbvio que a República não deveria ser por princípio “[...] o regime da impunidade, da injustiça, dos privilégios e da desigualdade [...]”, como consta em um dos seus

discursos registrados nos Anais da Câmara dos Deputados de 1910. Quase todos os seus projetos foram recusados.

Os mesmos órgãos de imprensa que criticavam sua candidatura e diplomação com viés racista continuaram no mesmo tom ao avaliar sua presença e desempenho na Câmara. Na grande imprensa, insistiam em afirmar que Monteiro Lopes era apenas mais um entre os tantos políticos aproveitadores daquela República oligárquica. Na edição de *O Malho* de 3 de setembro de 1910, Monteiro Lopes, mais uma vez, apareceu em uma capa de revista, como apenas mais um daqueles políticos oportunistas que só queriam benefícios próprios, desqualificando-o.

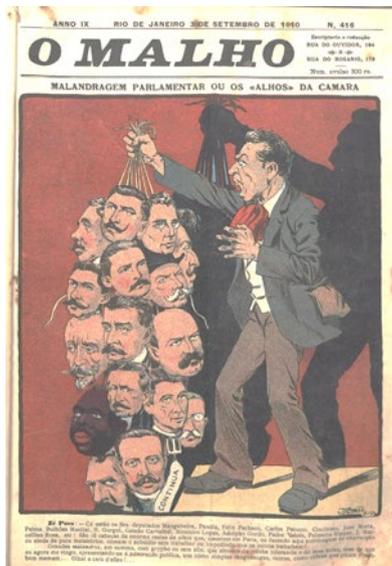


Figura 10 – Capa da revista *O Malho*
Fonte: *O Malho* (03 set. 1910)

Sobre a atuação de Monteiro Lopes na Câmara, cabe ainda chamar a atenção para dois aspectos. O primeiro deles é a ausência de menções ao racismo e à discriminação racial em seus discursos e posicionamentos, seja em geral ou em relação a si próprio. Só em seu primeiro discurso como deputado – reproduzido pelo jornal carioca *O Século* de 19 de julho de 1909 – é que ele tocou no tema. Mesmo assim, de modo bem sutil:

Sábado, pouco desejo de trabalhar, [...] a ausência de muitos deputados em excursão no interior e no exterior [...] foram poucos os discursos proferidos, mas quase todos para cadeiras vazias. Um porém conseguiu despertar a atenção: foi o de estreia do sr. Monteiro Lopes [...] que muito discretamente deu o seu recado [...]: “Permitam-me V. Ex. e meus ilustres colegas que as minhas primeiras palavras interpretem com a maior fidelidade os mais solenes protestos de gratidão e de carinho a parte do eleitorado independente e incorruptível que desde 1903 vem sufragando o meu humilde nome nas urnas livres e republicanas da capital da minha pátria; e que a gratidão se estenda à imprensa de norte a sul do país, que no pleito eleitoral do dia 30 de janeiro corrente ano esposou a minha causa, defendendo a legitimidade de meus direitos, quando vociferava lá fora que a circunstância do *meu nascimento* era uma condição que impossibilitava a minha entrada nesta casa do Congresso [...] (grifos meus).

O tom desse discurso é indicativo do quanto esse era um tema sensível e o ambiente, desfavorável. Parece que esse era um tema delicado para ele, uma espécie de tabu naquele espaço. A própria atuação posterior de Monteiro Lopes no plenário demonstra que tinha dificuldade em fazer valer sua voz. Por vezes, como registram os Anais da Câmara dos Deputados de 1910, seus discursos foram interrompidos por apartes, alguns evidentemente racistas. Um exemplo foi quando Monteiro Lopes se opôs à aprovação de um tratado entre Brasil e Uruguai e o deputado branco Germano Hasslocher fez um aparte que nada tinha a ver diretamente com o assunto tratado, associando Monteiro Lopes, pejorativamente, a assuntos específicos sobre o continente africano. No plenário da Câmara, sentindo-se ofendido por essa fala, Monteiro Lopes respondeu ao seu colega Hasslocher, sem, contudo, tocar explicitamente na questão da discriminação racial:

Devo dizer ao nobre deputado, que acaba de me apartar, que não será com o ridículo que me fará afastar da tribuna. Estou no exercício de um direito garantido pelo Regimento da casa. Ao ridículo em que V. Ex. procura envolver-me permita que eu oponha a respeitabilidade de um assunto que a Câmara vai decidir. Estamos em uma assembleia, onde o respeito e a compostura devem presidir às nossas discussões.

Diga-se, de passagem, que a mesma estratégia de trazer a África para o debate foi utilizada pela revista *Careta*, de 10 de abril de 1909, quando publicou um telegrama fictício enviado de Londres, informando que o não reconhecimento do “deputado etíope Monteiro Lopes” era caso de guerra para a República da Libéria e que “negus Menelik”, imperador da Etiópia, teria prometido apoio. Era o tipo de ironia que colocava em evidência a sua origem africana, desvalorizada socialmente, a fim de inferiorizá-lo.

Afinal, essa era a palavra de um negro que não projetou sobre a população negra uma imagem passiva, irracional ou inferiorizada e, que, por diversas vezes, foi acusado por seus adversários de disseminar o preconceito de cor no Brasil, ao racializar os debates e embates em torno de sua posse, além de ser apoiado por “[...] nigérrimos asseclas”, conforme a *Careta* estampou em suas páginas em 13 de fevereiro de 1909.

NAS RUAS E FESTAS, O COMBATE AO RACISMO CONTINUA

Se Monteiro Lopes não abordou a questão racial em seus discursos na Câmara, é possível acompanhar suas ideias sobre o tema através de jornais, nos quais foram transcritos alguns de seus discursos feitos em eventos públicos e entrevistas.

Um desses pronunciamentos públicos foi feito em Porto Alegre, na ocasião em que foi agradecer as manifestações de apoio de lá recebidas. Ao chegar na cidade, no dia 21 de janeiro de 1910, foi “insistentemente aclamado” e fez um discurso no qual declarou ser “homem de trabalho, acostumado às lutas políticas, confiando sempre na vitória dos princípios republicanos” e, por isso mesmo, sempre teria acreditado que a “Câmara Republicana” jamais desrespeitaria “o mandato que lhe fora outorgado por um eleitorado livre e independente”. Repetiu que havia sido eleito pelo voto daqueles que reconheciam seus méritos e os serviços que prestou à República. Foi veemente em dizer que não estava subordinado aos jogos políticos oligárquicos, mas a sua consciência. Disse ainda, à pequena multidão, que acreditava “que o negro não deve envergonhar-se de ser negro e que o mulato deve estar sempre ao lado deste.” Afinal, argumentou, no Brasil não deveria haver “preconceito de cor” pelo motivo de haver aqui uma “vasta mestiçagem”. A principal estratégia dos negros contra a discriminação deveria ser “instruir e educar seus filhos porque necessariamente eles ocuparão as mais altas posições no Brasil, pois a Constituição em seu artigo 72, mantém a igualdade perante a lei.” Defendendo o cumprimento das prerrogativas constitucionais, o deputado entendia que nas escolas públicas os professores não poderiam excluir “o menino pela cor”.

Ainda no mesmo discurso, Monteiro Lopes frisou que a função do professor deveria ser educar e não estabelecer “no ânimo da criança brasileira o ódio e a distinção de raças.” Chegou a dizer que um professor que agisse assim deveria ser considerado um “criminoso”, pois autor de um “atentado maldito”, de um “abuso”. Atitudes desse tipo, defendeu, deveriam ser censuradas pela imprensa, pelo parlamento e em comícios populares. Afinal, disse ele, quando a pátria estava em perigo, ninguém se importava com a cor do soldado; o que se esperava dele eram bravura e altivez na defesa da integridade do país.

Com discursos como esse, Monteiro Lopes incentivava que negros tivessem orgulho do papel dos escravizados na produção da riqueza nacional e exaltassem personagens históricos negros de destaque, como Henrique Dias, Marcílio Dias, Padre José Maurício e José do Patrocínio. Destacava a dignidade, a civilidade e o amor à pátria desses homens, defendendo o reconhecimento do papel dos negros na história que se construía como nacional naquele momento. Então, Monteiro Lopes perguntou aos seus ouvintes de Porto Alegre: “Como, pois, sermos oprimidos e envergonharmo-nos de nós mesmos?” Mais uma vez, pediu que o Rio Grande do Sul abrisse suas escolas “aos negros”. Antes de ser interrompido por ovações e aplausos, ratificou: “Negros, instrui-vos, glorificai a República e amai a

liberdade!” Segundo os jornais, uma prolongada salva de palmas soou. Esses discursos foram publicados nos jornais *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e *A Opinião Pública*, de Pelotas, entre 22 e 25 de janeiro de 1910.

Assim, além da grande festa realizada em 13 de maio de 1909 para comemorar os 21 anos da Abolição e a sua diplomação como deputado federal, Monteiro Lopes investiu pesado em mais comemorações em espaços públicos em várias cidades do país, como Recife, Vitória, Campinas, Pelotas, Porto Alegre, e ultrapassando as fronteiras nacionais, em Montevidéu e Buenos Aires.

Nas recepções a Monteiro Lopes, organizadas em Campinas, Porto Alegre e Pelotas, há um padrão que se repete, o que indica que esses grupos de negros organizados em torno de entidades e associações compartilhavam alguns valores e comportamentos, trocavam ideias e experiências. Havia muitas bandas de música, presença de várias associações e lideranças negras locais. Os jornais locais também enfatizaram a grande quantidade de negros presentes nessas ocasiões (“bastante povo”; “compacta massa popular”; “pequena multidão”; “grande reunião popular”) e a maneira calorosa com que o deputado negro era recebido (“muito vivado”; “vivas e aclamações”, “extraordinária ovação”).

É de se notar que também foi comum nessas recepções a comoção dos negros ao festejarem a entrada de um negro no parlamento, associando tal fato à conquista definitiva da liberdade, concebendo a sua eleição como desdobramento das lutas pela Abolição e como prova da capacidade dos negros. Em Campinas, um jornal local registrou, em 27 de julho de 1909, que “Muitas pessoas de cor preta, principalmente, velhas e velhos e alguns abolicionistas choraram ao abraçar Monteiro Lopes [...]”

Em discurso publicado no *Commercio de Campinas* em 27 de janeiro de 1909, um aluno negro do ginásio do Colégio São Benedito se dirigiu a Monteiro Lopes em nome da Federação Paulista dos Homens de Cor, e disse que teria sido a escravidão o que manteve o “povo negro” na “barbaria, na ignorância, na idolatria, na infâmia e na miséria” e que a liberdade deu ao Brasil “impulsos de civilização”. Os “homens de cor” estariam “[...] acompanhando de perto o progredir rápido do país”, caminhando “ao lado do mundo científico e em busca da civilização”. [...] Porque um povo que sofreu, guerreou e se sacrificou para o engrandecimento desta pátria tradicional não podia ficar no olvido e no abandono. A eleição do Dr. Monteiro Lopes fez pensar que a capacidade do homem negro existe.”

Presentes vistosos para o visitante homenageado (como alfinetes de ouro e diamantes), bailes, banquetes, mesas

de doces, jantares com comida farta e bebidas sofisticadas foram sempre destacados de modo a associar esses grupos à civilização e ao que era considerado como elegante e civilizado. Outra prática comum nesses eventos era a presença de jovens e crianças discursando e recitando poemas, reforçando a ideia defendida por Monteiro Lopes de que os negros deveriam buscar instruir seus filhos matriculando-os nas escolas, para que no futuro pudessem ocupar cargos e funções importantes. Nessas cidades pelas quais passou Monteiro Lopes, fazendo uso da prerrogativa de ser um deputado federal, visitava autoridades locais e pedia a elas que abrissem as portas das escolas aos negros e que trabalhassem contra o “ódio e a distinção de raças” com os quais, segundo ele, as crianças negras sofriam quando conseguiam entrar na escola.

Além dos momentos propriamente festivos, as recepções a Monteiro Lopes também tiveram um caráter cívico. Havia préstitos com carros de praça, discursos de Monteiro Lopes e lideranças negras em praças públicas, sacadas de hotel, estações de trem, banquetes, jantares, associações negras, sindicatos e teatros. Em Campinas, por exemplo, o deputado negro foi recebido por famílias negras formadas em alas e falou para mais de mil pessoas. Seus roteiros de visita ainda incluíam a entrada em alguma igreja para rezar e visitas a pessoas do local. Embora não se restringisse apenas a personalidades, associações, sindicatos e

irmandades negras, esses foram seus alvos. Foi com essa intenção que em Campinas visitou, por exemplo, o engenheiro negro José Pereira Rebouças, filho do advogado Antônio Pereira Rebouças e irmão do também engenheiro, André Rebouças.

Essas manifestações dão a medida de quanto fazer parte daquela jovem República era de fato uma expectativa e uma demanda desses grupos formados por negros. Eles apostaram na República como um regime no qual poderiam ampliar seus espaços de participação e seus direitos de cidadania, ainda que reconhecessem e denunciasses os limites cotidianos da igualdade civil estabelecida pela Constituição de 1891.

Assim, mesmo em meio a todas as limitações em relação ao acesso aos direitos civis e políticos no início do século XX no Brasil, como a exigência de ser alfabetizado, por exemplo, não podemos menosprezar toda essa experiência relacionada ao voto e às eleições, como nos chamou a atenção a historiadora Ângela de Castro Gomes. Essa experiência existiu e nos permite conhecer um conjunto de lutas por direitos protagonizadas por negros na História do Brasil.

ADOCIMENTO, MORTE E MEMÓRIA

Monteiro Lopes morreu aos 40 anos, em 13 de dezembro de 1910, vitimado por uma falência dos rins antes de completar seu mandato, conquistado a duras penas, como vimos. A grande imprensa do Rio de Janeiro destacou que o corpo de Monteiro Lopes foi enterrado com a beca de doutor em Direito e em caixão de primeira classe, comprado por seus amigos e admiradores.

Em junho de 1910, Monteiro Lopes já relatava estar adoecido e mencionou que também vinha sofrendo muito com a perda de alguns parentes próximos, como sua mãe (em 1907), seu irmão mais velho (João Clodoaldo, em 1908) e, especialmente naquele ano, uma de suas irmãs, Taciana Alexandrina. Segundo entrevista dada pelo deputado ao *Jornal do Commercio* do Amazonas, em 1º de junho de 1910, Taciana teria sido muito importante em sua educação, pois o teria auxiliado “[...] com o maior carinho possível [...]”, assim como aos seus irmãos nos estudos.

No início do mês de dezembro de 1910, Monteiro Lopes estava doente em função de uma diabetes, que gerou a falência renal, levando-o à morte. Os jornais noticiaram que os amigos, ao visitá-lo, mesmo adoecido, o viram trabalhando nas

provas dos seus discursos. Segundo o jornal carioca *O Século*, de 14 de dezembro,

Compenetrado da responsabilidade que lhe dera o seu mandato de deputado, o dr. Monteiro Lopes entendeu estudar a fundo várias questões sujeitas ao exame da Câmara, permanecendo até 2 e 3 horas da madrugada entregue a esses estudos. O seu organismo, embora dos mais fortes, não pôde suportar esse regime e o representante carioca adoeceu tão gravemente que em poucos dias era cadáver.

A própria família do falecido, nesse mesmo jornal, acreditava que a piora da doença se devia ao excesso de trabalho, derivado da grande responsabilidade que o próprio Monteiro Lopes atribuía ao seu mandato como deputado federal. O próprio, ainda em vida, em uma carta enviada a Rodolpho Xavier em 2 de maio de 1910, confessou que ainda não havia se recuperado dos impedimentos e da recusa em ser empossado deputado federal por ser negro. Mas enfim, para um homem negro antirracista com projeção pública, estar, ao mesmo tempo, dentro e fora daquela sociedade não devia ser fácil. A carta foi publicada no jornal *Alvorada*, editado por militantes e intelectuais negros do sul do Brasil.

Podemos então afirmar que o racismo matou Monteiro Lopes? Se não é possível comprovar inteiramente essa sus-

peita, é certo – e os documentos históricos indicam isso – que o processo de discriminação racial e rejeição vivido ao longo de sua carreira contribuiu para seu adoecimento. Lutar e resistir da forma como fez também lhe trouxe ônus pessoal que não pode ser esquecido. Um obituário publicado em *O Paiz* dois dias após sua morte, por um autor que assinou F. V., destacou ser notória a

[...] resistência [...] que ainda encontra a raça negra, em qualquer centro culto, para se impor, para vencer, para galgar qualquer posto mais alto. As sugestões da escravidão perdurarão por muito tempo ainda...A cor do pigmento, quando é muito carregada, tem na vida uma importância decisiva. [...]. O negro que tem sonhos, ambições, e anseios elevados sofre ironias e sarcasmos torturantes. Para atingir a certa altura, para poder cantar vitória, é preciso que possua uma energia inflexível e uma resignação estoica, inigualável. [...]. De sorte que, por todas essas considerações, e por todas essas circunstâncias, Monteiro Lopes deve ser considerado um homem de valor incontestável. Foi um herói, foi um trabalhador infatigável, e terminou vencendo, embora para, extenuado, resistir por pouco tempo a essa vitória.

Naquele contexto, um líder político negro, formalmente letrado, crítico do sistema político que garantia o domínio às poderosas oligarquias regionais, defensor de direitos para os trabalhadores, reconhecido publicamente e orgulhoso da sua identidade racial, incomodava muito. A quantidade de textos

e caricaturas e o conteúdo virulento dos ataques que sofreu na imprensa (e possivelmente, em outros espaços públicos) nos dão a medida desse incômodo.

Contudo, a projeção pública na Primeira República conquistada por Monteiro Lopes não lhe rendeu grandes ganhos financeiros: diferente da sua mãe, morreu sem deixar bens. Após sua morte, sua família (viúva e um filho com 16 anos, estudante da Escola Militar de Realengo) encontrava-se em estado de “lastimável miséria”, segundo os deputados que visitaram a casa desses seus familiares e tiveram seus relatos publicados nos jornais, como o *Correio Paulistano*, o *Correio da Manhã* e o *Diário de Pernambuco*. A família Monteiro Lopes precisou de doações para sobreviver e para ter de um lugar onde morar. Posteriormente, passaram a receber pensão da Câmara dos Deputados.

Nesses jornais, como o *Jornal do Brasil* de 15 de dezembro de 1910, há a informação de que tanto no velório – feito na própria casa do falecido – quanto no cortejo fúnebre e no enterro no Cemitério São Francisco Xavier “um crescido número de pessoas de todas as classes sociais” tinha ido se despedir do “grande defensor de sua raça”. Conforme nota do *Correio da Manhã*, Monteiro Lopes era “um dos homens que mais se tinha popularizado nesta cidade”. Já o *Jornal do Commercio* e o *Imparcial*, publicados na mesma data, afirmavam que o falecido

despertava “grande simpatia [...] em todos os negros do país” e que sua “[...] vida política na Câmara dos Deputados [...]” era “[...] de toda a população brasileira bastante conhecida”.

A visibilidade que Monteiro Lopes ganhou em vida também pode ser avaliada pela publicação na imprensa de notas de falecimento e obituários, de listas de pessoas presentes nos seus ritos fúnebres, das subscrições para arrecadar fundos para a compra de um caixão luxuoso e para ajudar sua viúva e seu filho. E, mais ainda, pela fundação de agremiações em sua memória, pela realização de missas exéquias e homenagens, especialmente, no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Pelotas. Não podemos esquecer o comparecimento de Hemetério dos Santos, Evaristo de Moraes e Francisco Glicério, homens negros bastante conhecidos na época.

Os obituários também expressam o dilema vivido por Monteiro Lopes de lutar para ser incluído naquela sociedade, mas não ser aceito plenamente por ela em todos os espaços e da forma como escolheu ser negro. Alguns destacaram elogiosamente características pessoais do morto, como sua capacidade intelectual e obstinação para alcançar postos de destaque, sua tenacidade na luta contra os preconceitos. A última característica teve algum destaque: “Lutador, tendo que enfrentar, além dos atritos que surgem no caminho dos homens públicos,

com preconceitos que se desdobravam em ironias e sarcasmos, o Dr. Monteiro Lopes foi um triunfador”; “Filho do seu próprio esforço, lutando contra as maiores privações e até com os preconceitos da época”, conforme registrou o jornal *Correio da Manhã*, de 14 de dezembro. Seu papel como articulador do “meio negro” no país também foi lembrado no jornal *O Paiz* em 15 de dezembro:

Não há de forma alguma, e nem seria admissível intenção de fazer um trocadilho, dizendo que o falecimento do Dr. Monteiro Lopes deixa um claro que unia parte da população de nossa terra – a de cor preta. É uma verdade que a ninguém pode escapar, que ninguém pode contestar. Filho do seu esforço e do seu próprio mérito, esse homem sobrepôs-se em nosso meio, na maneira mais notável, aos da sua cor, aos da sua raça.

Em vários desses obituários publicados na imprensa, os qualificativos associados a Monteiro Lopes deixam escapar que ocupar lugares de destaque era algo extraordinário para um homem negro, filho de africanos. “As suas raras virtudes, o seu talento adamantino, o seu caráter impoluto, rivalizavam ironicamente com a cor do seu tegumento”, destacou o *Jornal do Commercio*, em 17 de dezembro. Ou ainda, de acordo com um obituário publicado no jornal *O Paiz*, no dia 14 do mesmo mês, o deputado

[...] era incontestavelmente uma figura original, e todos se recordam que não foi sem algum trabalho e senão depois de um movimento, que se alastrou pelo país inteiro, que ele conseguiu o reconhecimento do seu direito no seio da representação nacional. Não era, de certo, o Sr. Monteiro Lopes um homem de gênio, mas um estudioso de mérito e possuía um cabedal considerável de conhecimentos, com o qual pode conseguir um lugar de destaque no nosso Parlamento.

Logo após sua morte, houve uma articulação no meio negro em Recife para que um “homem da própria raça” se candidatasse na eleição que definiria quem iria ocupar a vaga deixada por Monteiro Lopes na Câmara. Indicaram, entre outros, o advogado negro Feliciano André Gomes, que chegou a viajar para o Rio de Janeiro com esse intuito. Mas é bem provável que tenha encontrado resistência entre os herdeiros de Monteiro Lopes que viviam no Rio de Janeiro e ele acabou não se candidatando.

Os herdeiros políticos de Monteiro Lopes no Rio de Janeiro, poucos dias após sua morte, fundaram o Centro Cívico Monteiro Lopes (CCML), com sede estabelecida no Centro da cidade e dirigido por um advogado negro, que tinha o sugestivo nome de José Honório Menelik. Esses herdeiros fizeram questão de destacar na imprensa que essa associação não tinha fins político-partidários e que não iam se meter na eleição para a

vaga do falecido deputado, conforme eles próprios informaram no jornal *O Século* de 28 de novembro de 1911. Seus objetivos eram voltados para a promoção da instrução e da assistência para seus associados. Buscavam assim manter vivo o legado de Monteiro Lopes:

[...] manter um curso noturno gratuito para difundir a instrução entre as pessoas pobres; abrir uma biblioteca para a frequência pública; realizar conferências científicas, literárias e de interesses sociais; estreitar as relações de amizade entre as associações existentes nesta capital e nos estados; conservar uma seção médica para atender a seus associados quando enfermos e uma outra de advogados para defender os interesses gerais do Centro e dos associados; proporcionar ao associado, em caso de moléstia ou estado de vida precário, os meios de auxílios indispensáveis; [...].

Em cerca de 40 dias de existência, o CCML estava com matrículas abertas para seu curso noturno e já contava com mais de 200 associados e com muitas doações de livros, jornais e revistas para sua biblioteca. Em uma semana, a diretoria do Centro comemorava que sua biblioteca teria recebido a visita de 235 pessoas.

Em maio de 1911, integrantes do CCML desfilaram pelas ruas do Rio juntamente com representantes de várias associações operárias e grupos carnavalescos, com o objetivo de mar-

car uma posição diante da possibilidade de interlocução com os operários aberta pelo então presidente da República Hermes da Fonseca. A organização do evento colocou as associações operárias na frente do desfile e os grupos carnavalescos no final, com suas bandas fechando o cortejo. Curiosamente, e, possivelmente, não por coincidência, no desfile, o CCML encerrou a ala das associações operárias com seus alunos e uma banda de música e, logo atrás, veio a Liga Africana, abrindo a ala dos grupos carnavalescos. Segundo Eric Brasil, a Liga Africana era uma associação carnavalesca carioca em atividade entre os anos de 1911 e 1927 e que se destacava por assumir em seu nome uma referência explícita ao continente africano, o que não era comum na época no Rio de Janeiro. Sua sede ficava no mesmo local do famoso candomblé de João Alabá, presidente-fundador da Liga. A casa de Alabá era frequentada por diversas Tias famosas na cidade, como Ciata, Amélia e Perciliana (as duas últimas, mães dos sambistas Donga e João da Baiana, respectivamente). É importante destacar ainda a presença nesse evento de 1911 de um trabalhador da estiva e importante líder operário negro, responsável por fazer o discurso para o presidente Hermes da Fonseca em nome do operariado: Moysés Zacharias da Silva. Este, carnavalesco reconhecido entre seus pares, participou ativamente de uma reunião do Centro Cívico Monteiro Lopes, realizada na Federação

Operária, com o objetivo de decidir sobre as melhores formas de homenagear o falecido deputado e sobre as bases do próprio Centro, conforme notícia publicada pelo jornal *O Paiz*, em 24 de dezembro de 1910.

Outro ponto de contato que ajuda a reconstituir as conexões desse meio político negro carioca é Germano Lopes da Silva, que compareceu às missas realizadas no Rio de Janeiro em homenagem ao irmão mais velho de Monteiro Lopes, João Clodoaldo, que fez carreira no Direito e na política em Recife e também fixou residência na cidade. Como mostrou o historiador Eric Brasil, Germano – um homem negro – era funcionário da Escola Politécnica, eleitor do distrito de Santana e membro do Centro Republicano. Tinha destaque na comunidade negra, era mestre-sala do famoso Rancho Macaco é Outro – organizado pelo grupo da Tia Ciata e dono de impressionante performance antirracista – e ainda circulava na imprensa carnavalesca carioca por suas relações com o jornalista negro Vagalume, do *Jornal do Brasil* (como veremos, muito próximo a Eduardo das Neves). Aliás, no meio dessas conexões que passavam pela região portuária da cidade, está a própria esposa de Monteiro Lopes, Anna Zulmira, que fazia parte, junto com o filho Aristides, de um grupo de reisado, chamado Pastorinha Familiar Pernambucana, que promovia festas no dia de Reis, bailes de ano novo etc., como

os que o *Jornal do Brasil* e *A Imprensa* noticiaram nos dias 8, 9 e 11 de janeiro de 1910. A sede do grupo ficava na Praia Formosa, no cais no Porto.

Apesar das dificuldades de nós historiadores encontrá-los nos documentos, há várias pistas que nos indicam que Moysés e Germano faziam parte de uma vívida rede de lideranças políticas e culturais negras no Rio de Janeiro, da qual fazia parte Monteiro Lopes e Eduardo das Neves, entre tantos outros. A historiografia tem mostrado que política, música, irmandades religiosas, terreiros de candomblé, carnaval e as lutas dos trabalhadores caminharam juntas na história da Primeira República.

Aliás, o CCML, deixando explícitas as conexões de seus apoiadores com associações populares diversas, aproveitou o carnaval de 1911 para fazer contatos e conquistar mais sócios. Durante as festas de momo, recebeu visitas de várias famílias e também de amigos do seu patrono e, por isso, nessa data, já contavam com mais de 600 sócios. O nome de Monteiro Lopes de fato continuava a promover a aglutinação, mesmo após sua morte. Não foi mera coincidência, por exemplo, que um dos primeiros sócios desse Centro Cívico tenha sido o músico negro, filho de escravos libertos, nascido em Pernambuco, Hilário Jovino Ferreira, frequentador da famosa casa da Tia Ciata e ogã

do terreiro de João Alabá, citado acima, além de ser personagem importante na organização de ranchos carnavalescos na região portuária, onde morava. Conhecido como Lalau de Ouro, adotou como estratégia de sobrevivência, proteção e mobilidade social manter contatos com gente influente da sociedade do Rio de Janeiro e com o meio negro dessa cidade, formado por associações de trabalhadores, carnavalescas e religiosas. Também havia sido estivador no cais do porto e pertencido à Guarda Nacional, conforme apurou a historiadora Érika Arantes. Hilário, Zacharias e Germano, citados parágrafos atrás, pareciam mesmo fazer política nos carnavais, e vice-versa.

É possível acompanhar as atividades do CCML pelos jornais. Além das já citadas, destaco: a intervenção na administração da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário e a promoção de uma reunião especial no aniversário da Abolição de 1911. Em tal ocasião, pela manhã, as associações se reuniram no Centro e juntas se dirigiram à Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito para uma cerimônia especial. Mais tarde, aconteceram mais solenidades na sede do Centro, tendo Evaristo de Moraes como orador oficial e a presença da viúva de José do Patrocínio e de seu filho. Na cerimônia um grupo de senhoritas, acompanhadas pela banda do maestro negro Ernani de Figueiredo, ainda cantou o Hino Monteiro Lopes.

O CCML também fez um “grande comício” no dia 1º de maio; deliberou em assembleia geral centrar esforços para defender o marinheiro João Cândido – líder da Revolta da Chibata – na Justiça com seus advogados; solicitou um *habeas corpus* para as “pretas”, “Maria da Silva [...] prestes a dar à luz” e sua irmã Clemência Silva, menor de idade. Ambas estavam presas na Casa de Detenção por ofensa física leve. Achando exagerada e injusta a prisão, trabalharam para que a jovem pudesse ter seu filho em liberdade, como noticiou o *Jornal do Commercio Edição da Tarde*, de 4 de julho de 1911; e promoveu uma sessão no Circo Spinelli com acrobatas, ginastas etc., terminando com a opereta “O diabo entre as freiras”, cuja renda foi revertida para as aulas noturnas do Centro Cívico.

Portanto, a maior parte das ações do CCML que aparecem nos jornais estava relacionada ao meio negro, embora em nenhuma publicação do Centro na imprensa houvesse menção de que essa era uma associação exclusiva para negros. Sabemos, porém, que seus fundadores e dirigentes eram negros. Além do que, os convites para as reuniões do Centro Cívico, bastante divulgados na imprensa, sempre traziam a memória de Monteiro Lopes, como no exemplo a seguir: “São convidados todos os membros do conselho geral para a 10ª sessão, podendo comparecer todos os amigos e admiradores do extinto deputado

Monteiro Lopes.” Esse convite, por exemplo, foi publicado no jornal *O Paiz*, em 21 de fevereiro de 1911. É possível que, na época, esse convite fosse compreendido como um chamamento para a população negra.

Ao mesmo tempo em que o CCML era bastante ativo desde sua criação, em dezembro de 1910, algumas notas publicadas na imprensa a partir do meio do ano de 1911 tratam de disputas internas pelo comando da associação, chegando a ocorrer a invasão de uma assembleia na sede pelo associado sr. coronel Jeronymo de Carvalho com seus “capangas”, com o objetivo de tomar a presidência do Centro. Depois dessa divergência, chegaram a criar uma comissão para a reorganização da associação, havendo relatos de que ela estava dividida em “duas facções”: uma chefiada por Jeronymo de Carvalho e outra, pelo presidente e fundador do Centro, Honório Menelik. A assembleia na qual se realizariam as novas eleições acabou em tumulto, com a sessão encerrada e a polícia esvaziando o Centro Cívico.

Ainda em 1911, uma comissão – que não estava ligada ao CCML – dedicada a prestar homenagens aos abolicionistas já falecidos, liderada por Clodoaldo Monteiro Lopes – sobrinho do falecido deputado –, depositou flores nos túmulos de Monteiro Lopes, José do Patrocínio, marechal Deodoro da Fonseca, visconde do Rio Branco, entre outros. Os herdeiros do

deputado negro buscavam inscrevê-lo, já no ano seguinte à sua morte, no panteão dos abolicionistas do Brasil.

Em 1912, localizamos apenas dois registros sobre o Centro Cívico Monteiro Lopes na imprensa: um no *Jornal do Brasil* em 7 de janeiro de 1912 e outro em *O Paiz* em 10 de janeiro de 1912, o que indica uma interrupção no seu funcionamento e sua dissolução posterior. Contudo, Monteiro Lopes ainda seria lembrado emblematicamente nos jornais, alguns anos depois, numa espécie de memória do racismo e do combate a ele.

A primeira dessas lembranças se refere à ocasião em que um dos filhos do professor Hemetério dos Santos foi recusado pelo Colégio São Vicente de Paulo de Petrópolis por ser negro. Indignado, o professor protestou na imprensa, publicando inclusive a carta que dirigiu ao diretor da instituição. Ao comentar o caso, em 12 de abril de 1917, o jornal carioca *A União*, concordou que havia “preconceito de cor” no Brasil, mas criticou o protesto de Hemetério, pois foi dirigido apenas ao diretor do colégio e à Igreja Católica e não às famílias brancas que, de fato, segundo o artigo anônimo, teriam provocado a recusa do menino negro. Tais famílias é que não quereriam que seus filhos estudassem com “negros, mulatos, escuros, pardos, vermelhos ou os chamados $\frac{3}{4}$ de sangue”, sob pena de os retirarem do colégio,

prejudicando-o financeiramente. O jornal afirmou que, por isso, a reclamação seria injusta

Por que o professor Hemetério dos Santos não ataca esses pais de família, ao invés de insultar a Igreja? É sabido que o Corpo de Bombeiros, do Rio, não aceita gente de cor como superiores. É sabida a campanha jornalística a propósito da entrada do negro dr. Monteiro Lopes para a Câmara. Ouvimos do povo, a cada passo, quando agitado e nervoso, insultar ou pretender insultar o seu empregado mulato, com esta palavra que ele julga causticante, como um ferro em brasa: NEGRO!

O jornal deu pouco destaque à injustiça cometida contra o menino que teve sua matrícula rejeitada por ser negro, mas sim ressaltou a supostamente indevida crítica de seu pai ao Colégio e à Igreja Católica. Entretanto, a notícia nos permite vislumbrar o tipo de racismo cotidiano enfrentado pela população negra no Rio de Janeiro e no Brasil. Nesse contexto, Monteiro Lopes aparece como exemplo para afirmar que o racismo existia na sociedade em geral.

A segunda vez em que Monteiro Lopes foi lembrado foi no jornal *A Lanterna*, do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1918, no longo artigo anônimo intitulado “Mas, teremos mesmo, entre nós, o preconceito da cor?”. Ao buscar respostas

para essa pergunta, o autor afirmou que sim, que havia preconceito de cor no país e relatou vários casos de discriminação racial para comprová-la: a dificuldade em se conseguir uma matrícula para crianças negras em escolas públicas, já que o mesmo não aconteceria com crianças brancas; o caso da recusa do filho de Hemetério dos Santos; o caso ocorrido na Escola Municipal Tiradentes, denunciado à imprensa por Maria da Conceição, pois seu filho vinha sofrendo “vexames [...] por ser preto” [...] já por parte da respectiva diretora, já pela professora D. Anna Rosa, chegando esta ao ponto de expulsar a criança da roda de outras crianças brancas!” Assim, o jornal concluiu que:

Triunfava ali o preconceito da cor, derrubado no Parlamento, quando Monteiro Lopes se apresentava com as credenciais de representante do povo, triunfava na Escola Tiradentes, como em uma sociedade recreativa da Saúde, que expulsou do seu seio todo o elemento preto, com estardalhaço, com esfuziante reclame! E eis porque se admite existir o preconceito da cor. E pode-se dizer que, infelizmente, triunfou ainda no impulso que levou um jovem no covarde assassinato do voluntário Rosendo, no Riachuelo, porque, este, de cor, tinha pretensões de noivado com uma irmã do criminoso. Não vai até aqui o desenvolvimento de tal preconceito. Ele paira em todas as rodas; ele sobressai até no convívio de religiosos [...]

Basta dizer que em algumas das nossas “ordens” não é permitida a entrada social de homem de cor! [...].

Em *A Lanterna*, numa abordagem mais crítica em relação ao racismo, Monteiro Lopes aparece não como vítima do racismo ou como prova de sua existência, mas como aquele que o combateu. Foi colocado como parte de uma memória da exclusão racial e da luta contra ela.

O último registro localizado nos jornais sobre Monteiro Lopes foi no *A Alvorada*, publicado em 5 de maio de 1944. Em texto intitulado “O preconceito de cor”, Rodolpho Xavier, antigo parceiro de lutas ainda vivo, destacou Monteiro Lopes como um legítimo representante “das glórias da raça negra”. Colocado ao lado de Henrique Dias, André Rebouças, Cruz e Souza e Tito Lívio de Castro, devia ser lembrado com “orgulho”.

Há alguns outros registros com o nome de Monteiro Lopes nos jornais, mas se referem a atividades desenvolvidas por associações que levavam seu nome, sobretudo no sul do Brasil, como no caso do S. C. Monteiro Lopes, clube de futebol fundado em 1913, em Pelotas, que permaneceu em atividade até pelo menos 1927, segundo pesquisa de Beatriz Loner. Ou ainda, do Club Recreativo Monteiro Lopes, da mesma cidade, que, em 1918, noticiou no jornal que realizou reunião da sua diretoria

e palestra, estando ainda em atividade em 1919. Em 1918, o Centro Etiópico Monteiro Lopes de Pelotas permanecia aberto.

Monteiro Lopes ainda foi mencionado como político negro e ilustre, ao lado de José do Patrocínio, em um manual didático destinado ao ensino ginasial, publicado no Rio de Janeiro, em 1946 por Tabajara Pedroso. Já Afrânio de Melo Franco, na ocasião da aprovação da lei de sua autoria, em 1950, que incluía entre as contravenções penais a prática de atos de preconceito de raça ou de cor, fez uma homenagem a Monteiro Lopes, destacando-o como “[...] o primeiro e grande deputado negro que inaugurou, em 1909, sua campanha, sua batalha pela libertação econômica e racial dos negros. Monteiro Lopes foi o pioneiro da raça no Brasil, precursor de todas as novas ideias que hoje nos empolgam e arrastam.” Essa homenagem ficou guardada nos Anais da Câmara dos Deputados de 14 de julho de 1950. Depois da década de 1950, excluindo-se publicações de memorialistas já citados, Monteiro Lopes desapareceu dos jornais e livros de História, nos quais, aliás, nunca esteve muito presente.

Os significados da eleição de Monteiro Lopes indicam, sem dúvida, quanto leituras compartilhadas do passado, no caso da Abolição e da República, e do presente, no caso do racismo, puderam canalizar lutas pelo acesso à educação, para

a conquista de direitos, espaços políticos e de expressão, por lugares de memória e na História. Ao levar às ruas e às praças públicas, à imprensa e aos sindicatos, às associações e ao parlamento o problema do racismo, Monteiro Lopes tornou públicos demandas e projetos de sociedade daqueles que estavam mais distantes do sistema político-partidário formal e viviam no cotidiano a experiência do racismo. Ele e seus aliados conseguiram ainda, estabelecer conexões entre política, parlamento, sindicato e carnaval, bem como entre o próprio meio negro carioca e outros “meios negros” pelo Brasil afora.

EDUARDO DAS NEVES

EDUARDO DAS NEVES

A PRESENÇA DE UM CIDADÃO NEGRO NO MUNDO MUSICAL

Eduardo Sebastião das Neves teria nascido na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, em 1874, e falecido nesta mesma cidade, em 1919, com apenas 45 anos (há outras indicações sobre seu nascimento em São Paulo, em 1871). Apesar de minhas buscas, nunca consegui localizar dados mais concretos sobre sua origem familiar, além do nome do pai, Cosme Selestino das Neves e de dois irmãos. Um deles, Sabino Miranda das Neves, teria iniciado Eduardo nas atividades artísticas de circo. De seu primeiro casamento com Marieta nasceu Cândido das Neves, que se tornou operário tipógrafo e, posteriormente, com o nome de “Índio”, um grande cantor de serestas. Do segundo, com Angelina, filha de italianos que conhecera em uma de suas apresentações no interior de São Paulo, teve duas filhas e um filho. Costu-

mava levar todos às apresentações que os blocos carnavalescos faziam aos jornais.

Através das histórias de seus versos e informações dos jornais, é possível supor que, no século XIX, sua vida esteve ligada à experiência das famílias negras livres pobres, mas não muito afastadas do mundo da escravidão. Por reivindicar a autoria de muitas canções e versos, deixou também evidente que teve acesso ao mundo das letras, mesmo que provavelmente não tenha passado muito tempo na escola.

Eduardo das Neves proclamava-se “Trovador da Malandragem” em um de seus livros de 1902, e, com orgulho, “Crioulo” (O Crioulo Dudu das Neves), título de uma de suas canções do mesmo livro. Através da formidável letra de *O Crioulo*, tomamos conhecimento de sua autobiografia, ao menos até o início do século XX, e de sua evidente autoestima. Das Neves declara ter escrito a letra, em 1900, no bairro do Engenho Novo (próximo da Estação do Méier), Rio de Janeiro, onde provavelmente residia. Esse bairro, entre 1890 e 1906, já era razoavelmente habitado, em função da grande procura da população por moradias mais baratas em áreas mais distantes do centro da cidade.

Logo nos primeiros versos declarou que desde “molecote” já tinha “jeitinho para tocar violão”; foi “crescendo”, “aprendendo e se metendo na malandragem”. O sucesso parece ter sido

considerável, pois afirma que, “quando colocava a mão na lira”, “as moreninhas ficavam gostando de ver o crioulo preludiar”. Depois de revelar que trabalhara na Estrada de Ferro e no Corpo de Bombeiros, e de ambos os lugares ter sido afastado por “mau” comportamento, afirmou que não se agastava de ser “crioulo”. Não tinha “mau resultado”. “Crioulo sendo dengoso”, trazia “as mulatas de canto chorado”.

Para reforçar a positiva imagem de “crioulo dengoso” – em contraposição às dificuldades como trabalhador – contava que havia ido a “certo casamento”. Lá, depois de ter “puxado ciência no violão”, a noiva, encantada, teria declarado para a madrinha:

– “Este crioulo é a minha perdição...” “Como se chama?”

– “Sou o crioulo Dudu das Neves.”

Eduardo das Neves realmente fez parte do Corpo de Bombeiros, na 4ª Companhia, como vários outros homens negros de sua condição entre o final de 1892 e o início de 1893. Mas lá não ficou muito tempo, como reconheceu. De fato, conforme registrou Jota Efegê, memorialista da música popular, que teve acesso a seu prontuário, Dudu foi mesmo expulso do Corpo de Bombeiros após prisões sucessivas por frequentar fardado rodas de boêmios e chorões, ridicularizar superiores e fugir algu-

mas vezes para tocar violão. Eduardo das Neves devia ter então 19 anos.

Depois do Corpo de Bombeiros, empregou-se, não descobri por quanto tempo, como guarda-freios, na Estrada de Ferro Central do Brasil, na qual muitos descendentes de escravizados também conseguiam emprego. Na letra de *O Crioulo* declarava ter sido “guarda-freio destemido”, mas, depois “daquela grande greve”, acabou sendo “demitido”. Pela sua própria explicação, havia um “chefe” que o “trazia sempre na pista”, “não gostava da sua ginga” e apontou-o “como grevista”. Apesar de não ter localizado exatamente quando foi essa “grande greve”, a pesquisa de Teresa Meade indica que houve muitas delas na primeira década republicana, principalmente no setor de serviços públicos, como transportes urbanos e ferroviários. Uma das mais poderosas uniões de trabalhadores, justificando tais mobilizações, era exatamente a dos funcionários da Central do Brasil, grande empresa no transporte do café e pessoas no final do século XIX.

Entre o serviço no Corpo de Bombeiros e o trabalho na Central, provavelmente, Eduardo das Neves participou da Guarda Nacional, na qual ganhou o título de capitão, pois teria combatido “valentemente”, na defesa de Floriano Peixoto, então presidente da República, na Revolta da Armada (uma revolta

de setores da marinha contrários aos primeiros regimes republicanos), no período de setembro de 1893 a março de 1894. Pela fotografia publicada por Jota Efege no *O Jornal*, em 3 de julho de 1966, e comentários de memorialistas, Das Neves de vez em quando ostentava seu uniforme de capitão, com muito orgulho, demonstrando conhecer os significados simbólicos e políticos que tal vestimenta trazia: era um homem negro membro de uma corporação que reunia patriotas e cidadãos.



Figura 11 – Eduardo das Neves com uniforme da guarda nacional
Fonte: Acervo IMS

Após sua “demissão” da Estrada de Ferro, Eduardo das Neves parece ter se dedicado integralmente ao mundo musical, especialmente ao circo e ao circo-teatro, com suas atrações ao violão. Em fins de 1897, a divulgação do Circo-Pavilhão Internacional, armado em Botafogo, demonstrava que Eduardo das Neves já fazia sucesso nos picadeiros: “O primeiro palhaço brasileiro fará as delícias da noite com suas magníficas canções e lundus acompanhado com seu choroso violão.” Em 6 de fevereiro de 1899, na *Gazeta de Notícias*, era anunciada a presença do “engraçadíssimo artista” em um espetáculo em benefício da atriz Anna Manarezzi, no Teatro Recreio Dramático.

Nas décadas de 1890 e nas duas primeiras do século XX, encontramos Eduardo das Neves em muitos anúncios de jornais, figurando como “o popular cantor brasileiro”, “o popularíssimo”, o “aplaudido trovador nacional” de “canções brasileiras”. Seu repertório de sucesso era marcado por apresentações – e representações ao violão – de cançonetas, hinos patrióticos, choros, modinhas e lundus, muitas vezes em duetos amorosos e cômicos. Das Neves foi mesmo um famoso cantor em sua própria época e ganhou reconhecimento de públicos muito variados por todo o Brasil, se bem que sempre mais identificado com setores populares pelo que se pode constatar a partir dos espaços culturais de suas apresentações.

Algumas vezes foi identificado nos jornais como palhaço de circo, mas o “aplaudido artista” foi mesmo reconhecido como “cancionetista” e “trovador sem rival”. Além dos circos, fez presença em palcos de cinematógrafos, teatros de variedades, casas de diversões baratas, festas beneficentes, em igrejas e associações de classe, e comemorativas, como a que aconteceu em maio de 1909 pelos 21 anos da Abolição. Em diversos períodos também excursionou pelo Brasil, de norte a sul, da Bahia a Minas e ao Rio Grande do Sul. A partir de sua trajetória artística, descortinamos um fabuloso campo artístico e musical ligado ao mercado das diversões populares e com expressiva presença de músicos negros, como Dudu.

Entre 1908 e 1910, Eduardo das Neves deve ter tido seu grande momento artístico pela recorrência e destaque de seu nome nos anúncios de jornal: nos circos, ao lado de equilibristas, trapezistas, ginastas, saltos da morte, cães e cavalinhos amestrados; nos cinematógrafos, logo após fitas cômicas ou históricas, vistas, cenas dramáticas, comédias, vaudevilles, farsas e duetos. Pelo que os jornais dão a entender, o público sempre o aplaudia e parava para ouvir suas “modinhas e lundus brasileiros”. Em 1910, “o artista brasileiro” arriscou voos mais altos na carreira, ao assinar a direção musical do Circo Guanabara, que se apresentava em Bonsucesso em março, e tornar-se proprietário de

um circo, o Circo Brasil, armado, ao longo dos meses de julho e agosto, na Rua de Santana, nas imediações da Praça Onze, local central dos carnavais e sambas cariocas. A designação do circo – Brasil – combinava muito bem com uma de suas grandes temáticas musicais: a pátria. Segundo o *Correio da Manhã* de 13 de outubro de 1910, o sucesso teria sido grande, pois toda a Cidade Nova havia se curvado perante a bilheteria (o jornal fazia referência a uma das mais famosas canções de Dudu em homenagem a Santos Dumont, quando a “Europa curvou-se ante o Brasil”).

A carreira de empresário não deve ter sido muito bem-sucedida ou decidiu passar um período em excursões pelo Brasil afora, pois foi muito pouco registrada sua presença nos jornais do Rio de Janeiro até 1913. A partir daí, voltamos a encontrar Eduardo das Neves em apresentações de “modinhas e lundus puramente nacionais”, como eram anunciadas, nos circos Colyseo Sul Americano, na Tijuca; no Circo Spinelli, em São Cristovão; no Colyseo Luso Brasileiro, em Copacabana; em festivais do Passeio Público e em festas beneficentes. O artista, ao que tudo indica, havia conseguido recuperar seu prestígio.

Entre 1915 e 1916, as viagens ao Rio Grande do Sul, com apresentações muito bem divulgadas em jornal e associação ligada ao movimento negro, como *O Exemplo*, devem tê-lo animado, ainda mais depois do contrato com um dos maiores

empresários de teatro e diversões na cidade do Rio de Janeiro, Pachoal Segreto. Em agosto de 1915, o *Jornal do Brasil*, em letras de destaque, anunciava para o Teatro São Pedro, uma das empresas de diversões de Segreto, entre as atrações da Revista-Salon Bejos e Rosas, a “estreia do trovador nacional” Eduardo das Neves.

Em 1919 ainda se encontrava ativo. A morte do “cançonetista brasileiro”, em novembro daquele ano, teria acontecido logo após sua apresentação no Pavilhão Fluminense, uma casa de espetáculos com farsas, concertos, fitas cinematográficas e muitas atrações, até mesmo de equilibristas e trapezistas.

Figura 12 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves
Fonte: *Jornal do Brasil* (10 jan. 1910, p. 11)

CIRCO BRASIL

RUA DE SANTANA, esquina da do Alcantara

Empreza Souza & Neves

GRANDE COMPANHIA DE GYMNASTICA E ACROBACIA
da qual faz parte o populoso artista brasileiro

EDUARDO DAS NEVES

HOJE NOVOS TRABALHOS! VARIADO PROGRAMA! HOJE

Panno impermeavel

Haverá espectáculo ainda que chova!

1.ª e 2.ª parte constada de varios novos trabalhos de acrobacia e gymnastica
Finalizara o epectaculo a desta abranse: Tercer fantasia em 2 actos,
orquestra de 19 numero de musica, original de J. GRILLO e infatigada

O FEITICEIRO VERMELHO

DISTRIBUICAO — Atakaka (a Feiticeiro), Eduardo das Neves; Mar-
quez da Praia do Sol, C. Mendes, Pavullo, A. Corra, Tunes, Chiriotrog, Bani-
do Musico, Victorem, Montalvão, J. Grillo, Lobo, Antenor, Marduca, Pinta
Boc, Rafael, Nascimento, Marques, Tavares, Thomé, Avelino, Trancoso, Eucly-
des, Barabê, B. rubi; Anjo da Guarda, B. Arminda; Innocencio, D. J. Ely;
Silo, D. Carolina, Felisbello, D. B. S.

Meos vestidos da prima A. Corréa — Guarda roupa todo novo.
Seminario de A. M. A. — Adecco da comedia casa JOAQUIM COSTA.
O espectáculo començará ás 8 1/2 horas da noite.

PREÇOS — Galeria de 1.ª class e 2.ª class de 2.ª class e 3.ª class, 15000

AMANHÃ — Grande espectáculo — Programma novo.

Figura 13 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves
Fonte: Jornal do Brasil (03 set. 1910, p. 16)

CIRCO SPINELLI

Companhia equestre, acrobatica e de novidades—Bou-
levard de S. Christovam—Director e proprietario
Afonso Spinelli

HOJE Grande e variada função HOJE

PYRAMIDAL PROGRAMMA · SUCCESSO COMPLETO

The 2 Strongs—Niola and Dallia Acrobatas, gymnastas e fu-
nambulos originaes—Estréa.

Eduardo das Neves Applaudido e sem rival trovador brasili-
telro Successo garantido

The Temperani Troupe Notavel familia
acrobata

CARDONA AND CO'CO', unicos no genero em todo o Brasil — TROUPE PE-
RUANA, originaes nos seus variados trabalhos

Terminará a função com a 1.ª representação do vaudeville em um acto e
dous quadros intitulado

Figura 14 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves
Fonte: Jornal do Brasil (11 jul. 1914, p. 16)

HORARIO: 2,15 - 4,15 - 7,30 - 9,30

IS 50 - FRACIA TIRADENTES - 50 Empresa Couto Pereira & C. de "filmes" artisticos - HOJE reconstituição das mais importantes batalhas!	EMPRESA JUAN CANTO Theatro Carlos Gomes CINEMA ALEGRE HOJE HOJE Das 6 horas à meia noite Exibições contínuas DE FILMS ALEGRES Programa sempre variado Freços Ingressos em Lisboa e Portugal - 1000 Lisboa - Theatro S. Pedro - 1000 Amanha - Theatro S. Pedro - 1000 Lisboa e Portugal - 1000	THEATRO S. PEDRO Amanha Revista-Salon DE CANDIDO DE CASTRO R S A S Musica de Christobal e Raul Martins Entrada do Trovador Nacional Eduardo das Neves Escritas e musicadas completamente novas. Deslumbrante montagem. Exspeciões por assentos. Freços de cinema. Logares reservados: 1º, 2º, 3º, Poltronas, 1000. Entrada geral 500/2500
NA A OBRA SAGRADA quando poeta Inglês Italiano Sem Benelli, dividido pela Ambrosio. Maravilhosa reconstrução histo-	AGUERRA lo do animadissimo estremo de equitação e de arti- a italiana com todos os seus misterios especificos	BEIJOS
5 (Diário de um coração afficto) tudo Lourenço Filipe, cinema em Tula, sempre por mal "Bian" - Ao "PAIXES", le chori da public!	HOJE - THEATRO APOLLO - HOJE GRANDIOSO - O MAIOR EXCTO	THEATRO S. JOSE EMPRESA "AMERICA" IMPORTO COMPANHIA GRAMATICA
DIC		CIRCO SPINELLI Grande Companhia Circense portu- guezia com a mais Luzenas Fort e Gatto.

Figura 15 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves
Fonte: Correio da Manhã (21 ago. 1915)

A OBRA MUSICAL

Para quem nunca foi reconhecido como grande escritor, e, por vezes tinha seus versos revisados, Das Neves logo me surpreendeu por ter sido responsável pela organização de 5 livros! Aliás, foi assim que o encontrei pela primeira vez, quando inventariava a significativa produção de folcloristas interessados na “canção popular” do final do século XIX. Com várias edições e anúncios nos jornais, os livros de Eduardo das Neves traziam canções (versos sem partitura), de seu repertório artístico, muitas de sua autoria e várias de domínio público ou cantadas nos teatros de todo o Brasil. Eduardo das Neves, além de cantor e trovador, foi um colecionador de “canções populares” e um divulgador de modinhas e lundus para públicos mais amplos. Por isso, organizou tantos livros.

Pela popular Editora Quaresma do Rio de Janeiro, era anunciado, ao que tudo indica em 1899, o livro *O cantor das modinhas brasileiras*, que também contava com a presença do repertório de outro barítono cancionista negro, Geraldo de Magalhães (a edição localizada é de 1937 e possui 94 páginas,). Em 1902, já era divulgado nos jornais o livro *Trovador da malandragem*, com 125 páginas e canções exclusivas de seu repertório (a edição localizada é a segunda, de 1926). Em 1905, com o subtítulo de “Grandioso e extraordinário repertório de Modinhas Brasileiras por Eduardo das Neves”, era publicado *Mistérios do violão* com 118 páginas.

A editora Quaresma era especializada em livros com temas chamativos, misteriosos e de grande circulação, sendo responsável pelas edições do que denominou de “Biblioteca da Livraria do Povo”. Provavelmente, o sucesso do cantor nos picadeiros, já no final do século XIX, deve ter motivado o editor da Quaresma a publicar seu repertório de sucessos. Por outra editora, mas de mesmo perfil da Quaresma, C. Teixeira, de São Paulo, ainda localizei dois livros ligados a Eduardo das Neves: *O trovador popular moderno* (16ª edição de 1925) e *O cancionista popular moderno* (10ª edição de 1921), com “as últimas modinhas da atualidade e muitas outras do repertório dos populares e festejados trovadores Eduardo das Neves e Bahiano.”

amores, Captiveiro volunário, Ave Maria. Foi engano, Missa do amor, O sonho das flores, A fonte, Santa Estrella e multissimas outras.

Um grosso volume in-8°, de 224 paginas, com luxuosissima capa, impressa a seis cores chromo-lithographia, desenho do insigne artista brasileiro Arthur Lucas. \$3000

O CANTOR DE MODINHAS BRASILEIRAS contendo todas as modinhas de Eduardo das Neves e do LEIRAS barytono emocionista Geraldo de Magalhães; contém este livro, além de milhares de modinhas, as seguintes: O augmento das passagens. Foi um passo lá na Estrada de Ferro, O cinco de Novembro ou a morte do Marechal Bittencourt, Perdão Emilia, A gargalhada, A guerra de Canudos, Margarida vai á fonte, para encher a cantarinha, Ai! Maria!, Sou teu escravo, Se fores ao Porto, etc., etc.

Um volume com uma linda capa, com o retrato de Eduardo das Neves. \$2000

TROVADOR DA MALANDRAGEM grande livro do popularissimo cantor EDUARDO DAS NEVES, contendo centenas de modinhas, entre ellas: Santos Dumout, Augusto Severo, Chateau velho de Guerra, O nome de quem adoro, O sino da tarde, Uma sorte amargurada, Anjo do Barão, Coló sem sorte, Dia seu Nicolão, quer mingão?, O arame, Pelo berço, Pelo portão, Paixão de amor é tormento, Mulher ingrata, Quando meu peilo não gemer mais nunca, Fuzileiro naval, Causadora de meus males, etc., etc.

Um volume com uma esplendida capa do Raul. \$1500

MYSTERIOS DO VIOLÃO grandioso e extraordinario repertorio de modinhas brasileiras, ultimo livro do cantor EDUARDO DAS NEVES, trazendo as suas ultimas produções: O caizote, A roma, No cimo de uma colina, Albertina, Evaolta em gaze vaporosa, O rousinol, Vem longe o dia oh! grande Deus, A vaccina e os ratos, Rato, rato, rato, Minhas candonguinhas, etc., etc.

Um volume. \$1500

Figura 16 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves
Fonte: Jornal do Brasil (04 out. 1906, p. 7)

Na capa do livro *Trovador da malandragem*, faz-se referência ao sucesso da obra anterior, *Cantor de modinhas* e, como forma de legitimar Eduardo das Neves, destacava, no subtítulo, além da “nova coleção de modinhas, lundus, recitativos, monólogos, cançonetas, tremeliques e choros da Cidade Nova”, os “casos passados com os mais célebres e famigerados representantes do invencível povo da Lira.” A “malandragem”, a “cidade nova” e o “povo da lira” (povo da música) certificavam a identificação e a provável inserção de Dudu no grupo social e artístico da boemia e das rodas de samba e festas populares e negras da cidade do Rio de Janeiro.

Em *Mistérios do violão*, livro anunciado como “grandioso e extraordinário repertório de Modinhas Brasileiras” de

Eduardo das Neves, o editor apostava no êxito do empreendimento – o que representaria bom retorno do investimento – e reconhecia que o trovador era um “artista popular” – “com certeza um poeta”:

[...] ninguém lhe pode imitar. Como os artistas populares de Montmartre, Eduardo se apresenta nos circos de cavalinhos, nos cafés-cantantes, no Parque Rio Branco em todas as casas de diversão [...] Suas canções não eram só tocadas pelos violões dos “cafajestes e do Povo da Lira”, mas em “muitas casas de família, nos aristocráticos salões de Petrópolis, Botafogo, Laranjeiras, Tijuca etc..., senhoritas distintíssimas, e virtuosos conhecidos fazem-se ouvir em noites de recepção, nas cançonetas de Eduardo das Neves [...] [se] não será um poeta impecável, um Bilac, um Medeiros de Albuquerque, um Raimundo Correa, um Luiz Delfino, um Artur Azevedo, um Murat, um Figueiredo Pimentel, mas é com certeza um poeta, na legítima acepção do termo, como o público os aprecia, os lê, os decora, e os traz constantemente na imaginação.

Completando o trânsito de Eduardo das Neves em diversos ambientes e veículos de produção e de divulgação cultural modernos, ainda localizei o cantor na moderníssima indústria fonográfica que nascia no Brasil em 1902. Neste mesmo ano, em agosto, já podem ser localizadas na *Gazeta de Notícias* propagandas das gravações de modinhas e lundus do já conhe-

cido “trovador nacional” dos palcos e dos livros. Picadeiros, palcos, livros, fonogramas, um circuito cultural certamente invejável a todos os artistas, e a todos os artistas populares.

Eduardo das Neves foi o primeiro músico negro contratado pela *Casa Edison* para as gravações sonoras de lundu e modinhas no Brasil. Até o final de sua vida fez parte do primeiro grupo de músicos profissionais dessa importante empresa de gravação e venda de discos, embora não fosse o mais bem remunerado. Sua contratação, explicada pelo próprio Dudu no Prefácio do *Trovador da malandragem*, teria acontecido depois de ter feito uma reclamação com Fred Figner, proprietário da Casa Edison, sobre a adulteração de uma de suas modinhas. Ao cantar algumas canções em um dos fonógrafos do estabelecimento comercial de Figner, o empresário o teria contratado para cantar todas as suas produções nos aparelhos que colocava à venda.

Representante da transnacional Talking Machine Odeon, a Casa Edison mantinha parcerias com firmas do ramo sediadas nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha e tornou-se responsável pelo desenvolvimento da indústria fonográfica no Brasil (gravações sonoras e comercialização dos fonogramas e discos de todos os lugares do mundo) em plena *Belle Époque* carioca (termo que define o entusiasmo pelo progresso entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial). A poderosa

invenção de Thomas Edison, em 1877, nos Estados Unidos só ganhou expressão no mercado cultural a partir da década de 1890 com a gravação de óperas, baladas sentimentais e marchas. Mas não abriu mão de divulgar e ter consideráveis lucros com *rags*, *cakewalks*, *spirituals*, *coon songs*, *jazz* e *blues*, gêneros associados com a música e dança produzidas pelos descendentes de africanos nos Estados Unidos.

A indústria fonográfica em breve iria se expandir pelo mundo atlântico, ocupando papel importante na projeção dos músicos negros, como Dudu, Donga, João da Baiana, Sinhô, Patrício Teixeira, Getúlio Marinho, J.B. de Carvalho, e na circulação da chamada música associada com os descendentes de africanos escravizados, como a *rumba* e o *son* em Cuba, o *calypso* no Caribe inglês e os *lundus*, *maxixes* e *sambas* no Brasil. As canções populares e as canções identificadas com a população negra e o passado escravista (chamei-as em outro trabalho de *canções escravas*) pareciam ser um bom negócio no mundo do entretenimento. Eduardo das Neves fez parte desse movimento e dessa verdadeira revolução musical. Seu talento e repertório interessaram muito às novas produções do entretenimento, como as casas de espetáculo, editoras e os modernos fonógrafos.



Figura 17 – Cartão de visita de Eduardo das Neves
Fonte: Francheschi (2002, p. 66)

AFETOS, DESAFETOS E RACISMO

Ao longo de seus quase 20 anos de carreira artística, apesar de Eduardo das Neves ser visto pelos jornais como um “trovador sem rival”, nunca esteve sozinho. Criou uma rede impressionante de contatos, ampliando conhecimentos, relações e apoios. Conviveu e certamente compartilhou experiências com importantes personagens do mundo musical negro, como Quincas Laranjeiras (chorão e tocador de violão), Geraldo Magalhães (chorão e cantor), Anacleto Medeiros (maestro da Banda do

Corpo de Bombeiros), Benjamim de Oliveira (astro do circo), Malaquias (líder do grupo musical Malaquias), membros do grupo Cabocla do Caxangá (formado por Donga, Caninha e Pixinguinha) e João Cândido Fernandes (o futuro De Chocolate, fundador, nos anos 1920, da Companhia de atores negros). Fez também em suas canções homenagens a outros personagens negros da cidade, como Manduca da Praia (capoeirista), Manduca do Catumbi (provavelmente outro capoeirista) e o Arrelia, responsável pelo choro do morro do Pinto.

Os futuros astros do samba dos anos 1920 e 1930, como José Barbosa da Silva, o famoso Sinhô, e João da Baiana (filho de uma das tias baianas da Pequena África, Tia Perciliana), começaram, ainda bem jovens, sua carreira artística, animando as cenas de Das Neves nos circos. Sinhô acompanhou Eduardo das Neves, portando a bandeira brasileira, numa famosa homenagem a Santos Dumont, em 1903, e teve seus primeiros sambas gravados por Eduardo das Neves, então cantor já consagrado da Casa Edison. Inclusive sua última gravação, em 1919, *Só por amizade*, era de Sinhô. Eduardo das Neves, mesmo que pouco lembrado após sua morte, foi inspiração e incentivo para músicos que iniciavam a vida artística.

A vida próxima aos teatros deve ter facilitado sua relação com artistas, atores e cantores de outras origens, como

suas parceiras de duetos Risoleta de Oliveira, Berta Baron e Nina Teixeira, entre muitas outras. Escritores, políticos, juristas, jornalistas e empresários de prestígio também foram importantes em sua carreira. Raul Pederneiras, por exemplo, caricaturista e escritor, teria feito as capas de seus livros. Mello Moraes Filho, folclorista, recebeu uma homenagem em forma de canção. Catulo da Paixão Cearense, autor do Prefácio de seu primeiro livro, em 1895, deve ter sido, de início, um bom contato com esferas mais eruditas. O prestigiado intelectual branco Afonso Arinos redigiu palavras elogiosas sobre o perfil do “bardo do povo”. Com o então jovem maestro Heitor Villa Lobos, em 1903, fez uma serenata para Santos Dumont, a mesma que teve a presença de Sinhô.

Vagalume, o jornalista negro que cobria os carnavais e era peça chave no mundo negro da cidade, deve tê-lo apresentado ao advogado também negro Evaristo de Moraes, que o atendeu num problema financeiro com seu circo. Daí a Monteiro Lopes, que recebeu apoio e homenagens de Evaristo, não deve ter sido nada difícil. Certamente um de seus maiores aliados foi Vagalume, Francisco Guimarães (1877–1947). Repórter de polícia, jornalista dos carnavais e cronista sensível da cidade e de seus habitantes negros, em geral pouco valorizados ou ausentes dos noticiários, Vagalume teria conhecido o “Diamante Negro”

(título que conferiu a Dudu) no início do século XX e o teria recebido algumas vezes na redação nas visitas dos blocos por ocasião dos carnavais. Mesmo que sempre identificado com o lundu, Vagalume conferiu local de destaque para Eduardo das Neves em um livro fundador da história do samba no Brasil, publicado em 1933. Preocupado em definir um local “verdadeiro” e mítico do samba – “A Roda de Samba” –, o cronista foi enfático em afirmar, logo no primeiro capítulo do livro, que o cantor “sempre foi catedrático [no samba], desde os tempos de guarda-freio e daqueles bambas, daqueles que se garantiam e cujas pernas eram respeitadas numa batucada.” Para Vagalume, demonstrando partilhar uma identidade negra com o cantor, Eduardo das Neves havia honrado a “raça” a que se orgulhava de pertencer.

Apesar da variedade de relacionamentos de Eduardo das Neves e de seus sucessos, visíveis pelos adjetivos dos anúncios de suas apresentações nos jornais, o aclamado “trovador nacional” estava longe de ser unanimidade ou mesmo de ser aceito sem muitas ressalvas. Além da hostilidade que deve ter recebido dos inúmeros inimigos de Floriano Peixoto, teve que enfrentar o racismo e, certamente, muitas dificuldades financeiras.

Para começar, as impressões de João do Rio sobre o cantor dão uma boa ideia do que artistas negros poderiam ter que

enfrentar. Badalado intelectual da chamada *Belle Époque* carioca, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), jornalista e cronista da cidade muitas vezes identificado pelo termo mulato, João do Rio (1881–1921) percebeu e registrou, numa crônica da revista *Kosmos*, em agosto de 1905, a importância da chamada música popular para a população pobre da cidade. Segundo o autor, “a musa das ruas” – entendida como a poesia, os versos e a canção popular – tornava-se “o riso e o soluço, a chalaça e o suspiro dos sem-nome e humildes; era “a voz” e a “encantadora alma da cidade”; a história viva do carioca, a evoluir na calçada, romântico, gozador e peralta. Como uma saborosa receita, “basta-lhe o fato, o sucesso do dia, três gotas de paixão e um violão.”

Para nossa sorte, João do Rio considerou que a “musa das ruas” tinha seus preferidos. Entre outros, como Geraldo (provavelmente o Magalhães) e Catulo da Paixão Cearense, destacou Eduardo das Neves, que teria, na opinião do ilustre escritor, levado mais longe a própria fantasia. Pelo que sabia, Das Neves tornara-se membro do *music-hall*, andava de *smoking* azul e chapéu de seda e, sobretudo, chegara a publicar um livro intitulado *Trovador da malandragem!* Para o destacado membro da ABL, devia mesmo ser muita pretensão de um músico negro das ruas tantas conquistas. E o escritor não indicava saber da publicação dos outros livros de Das Neves.



Figura 18 – Eduardo das Neves em traje especial
Fonte: Teatro e Revista Brasileira (08 dez. 2010)

Com certa dose de inveja do sucesso e da elegância, também registrada por outros memorialistas e compartilhada pelo deputado Monteiro Lopes, João do Rio reconhecia que “os poetas das ruas” imprimiam e esgotavam edições, milheiros e milheiros de exemplares. Imprimiam como qualquer poeta, mas apenas eles vendiam, e vendiam muito mais que os autores das academias. Provavelmente João do Rio tinha em mente, além do *Trovador da malandragem*, o hino composto por Eduardo das Neves em homenagem a Santos Dumont. Editado em partitura para piano pela Quaresma, em 1902, teve milhares de exemplares vendidos, apresentando na folha de rosto da edição, no canto

superior direito, o retrato do compositor/cantor ao lado da Torre Eiffel com o dirigível de Santos Dumont a contorná-la. Eduardo das Neves não escondia sua autoria, nem sua cor.

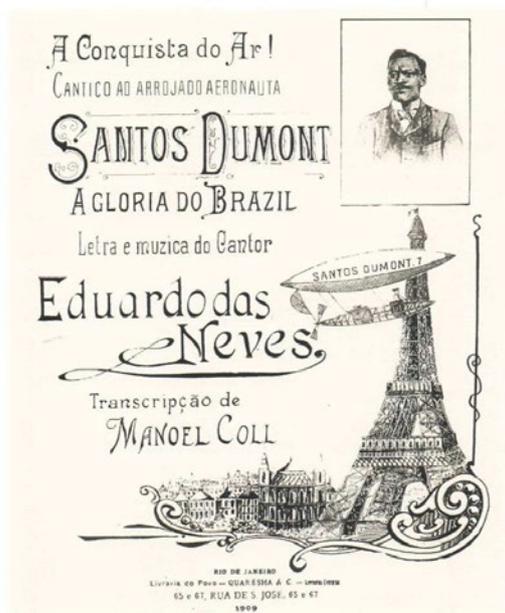


Figura 19 – Divulgação de seus livros
Fonte: Francheschi (2002, p. 65)

Para a escrita da partitura, Das Neves teve a parceria de Manuel Coll, maestro de uma orquestra que se apresentava com o compositor na casa de espetáculos Maison Moderne. Em 1903, o hino já tocava na chapa de disco n. X-621 pela Casa Edison. As homenagens a Santos Dumont por suas realizações aéreas na França ganharam os teatros, os jornais e as ruas em

grandes celebrações. Dudu, como costumava fazer em outros eventos, aproveitou a ocasião e produziu sua mais conhecida canção, ao menos até os dias de hoje, tornando visível seu orgulho patriótico pelos feitos de um brasileiro no exterior. E um detalhe importante: Monteiro Lopes também participou dessa famosa homenagem a Santos Dumont, como registrou o jornal *O Paiz*, de 7 de julho de 1903. Pelo testemunho de João do Rio, “o music-hall ficava apinhado de jovens soldados, de marinheiros, de mocinhos patriotas” para ouvir o hino a Santos Dumont. Tendo passado uma vez por um café cantante, teria ouvido o barulho da apoteose e entrado: lá estava Dudu das Neves. Sem poupar comentários racializados e racistas, registrou: “suado, com a cara de piche a evidenciar trinta e dois dentes de uma alvura admirável, no meio do palco e em todas as outras dependências do teatro a turba aclamava. O negro já estava sem voz...” Para o refinado membro da ABL, o patriotismo dos “poetas da calçada” era visto com desdém. Ali o amor à pátria era um amor jacobino, “esterilizado para o de casa e virulento para os de fora”. Para o homem do povo a questão principal era “o Brasil melhor do que qualquer outro país”. Como cantava Eduardo das Neves pelos feitos de Santos Dumont: “a Europa curvou-se ante o Brasil”.

Mesmo que tivesse ultrapassado o mundo das artes da rua, é evidente que Eduardo das Neves participava de um meio

artístico de menos prestígio, pois havia uma nítida estratificação no mercado cultural da cidade do Rio de Janeiro. Eduardo das Neves e seus amigos do violão, o “povo da lira”, reuniam-se na Livraria Quaresma, e não na charmosa e poderosa livraria Garnier, grande editora de literatura, onde podiam ser encontrados João do Rio, Machado de Assis, João Ribeiro, Duque Estrada, Afonso Arinos e Mário Pederneiras.

A Livraria Quaresma era, segundo o memorialista da cidade do Rio de Janeiro Luiz Edmundo, uma casa editora que explorava o pitoresco do folclore nacional. Editava “baixas letras” e tinha como objetivo abrasileirar o comércio de livros. A preços módicos, lançava discursos, manuais dos namorados, dicas para o jogo do bicho, livros sobre feitiçarias, maneiras de se discursar em tom elevado, novelas populares e exóticas brochuras, com títulos apavorantes, tais como *Elzira, a morta virgem*, e *Maria, a desgraçada*, e canções populares. Uma boa parte de sua produção era de modinhas para trovadores, como as de Das Neves, e de livros de autores de terceira categoria, segundo a crítica rigorosa e preconceituosa. A freguesia dessa livraria, formada por interessados no gênero, seria bem mais diversificada do que a que buscava livros na Rua do Ouvidor. Pelo registro também racializado, depreciador e racista, de outro conhecido escritor da *Belle Époque*, Brito Broca, em seu livro *A vida literária*

no *Brasil em 1900*, os sucessos da editora Quaresma dependiam muito de Dudu, da “inventiva daquele preto de cara achatada”.

Situações explícitas e constrangedoras de racismo, próximas ao que viveu Monteiro Lopes, puderam ser localizadas a partir do registro de um importante memorialista da história da música popular, Henrique Domingues (1908–1980), mais conhecido como Almirante. Na pasta “Eduardo das Neves”, do arquivo criado no Museu da Imagem e do Som, descobrimos que, em 1915, em uma das excursões pelo Rio Grande do Sul, o cantor teria tido problemas com o dono de um bilhar, que não queria atendê-lo por ser negro. Teria procurado o delegado de polícia local, que obrigou o proprietário a servi-lo. O cantor, com euforia, não teria se intimidado: jogara a partida até o final e, depois de pagar a conta, teria bradado um forte “Viva o Brasil!”, como um grito de protesto. Na mesma excursão pelo sul do país, a *Gazeta de Notícias*, em crônica sobre teatros, de 8 de maio de 1915, denunciava situações desagradáveis de racismo sofridas pelo cantor. Entre elas, os hotéis que não quiseram hospedá-lo.

Ainda outra vez, quando foi fundada a Casa dos Artistas no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1918, Eduardo das Neves, segundo Almirante, logo teria procurado ingressar na instituição. Sua nova pretensão teria esbarrado na objeção do presidente da Casa e de um grupo de associados por ser negro.

Só conseguiria ser incluído algum tempo depois, após intervenção de outras pessoas e, muito provavelmente, a partir de sua contestação.

Mesmo não tendo localizado a vitoriosa inscrição de Eduardo das Neves na Casa dos Artistas, depois de muitas tentativas, o obituário do jornal *O Correio da Manhã* de 12 de novembro de 1919 confirmou toda a história acontecida na Casa dos Artistas e defendeu seu direito de inclusão, mas, principalmente, por ter trabalhado dois anos antes de sua morte em uma companhia de revista do Teatro São Pedro. A Casa dos Artistas provavelmente só incluísse atores de teatro, afastando os artistas de circo e de casas de espetáculo mais populares, entre eles muitos negros.¹ A certidão de óbito de Eduardo das Neves reconheceria definitivamente sua reivindicação: a profissão declarada por seu filho, em 10 de novembro de 1919, dia de sua morte, era a de artista. Das Neves procurou reconhecimento como artista, e como artista negro.

1 A presença de atores negros nos teatros e em suas respectivas associações de classe ainda é um assunto pouco estudado, mas temos muitas evidências das dificuldades encontradas pelos atores negros ao longo da História do Brasil. A própria criação de uma Companhia Negra de Revistas nos anos 1920 é uma evidência significativa da tentativa de abrir espaço para atores negros nos teatros mais reconhecidos, e não apenas nos circos e casas de espetáculo baratas.



Figura 20 – Anúncio da morte de Eduardo das Neves
Fonte: Gazeta de Notícias (12 nov. 1919, p. 4)

EM BUSCA DE RECONHECIMENTO E DA PERFORMANCE DA POLÍTICA

Apesar de seus relacionamentos, dos contratos assinados para circos, cinemas, parques e cafés, teatros; de ter publicado livros, vendido canções para a Casa Edison² e milhares de partituras da homenagem a Santos Dumont, Das Neves, de uma forma próxima a Monteiro Lopes, morreu pobre e foi pouco

2 Os contratos entre os compositores e o empresário da Casa Edison, Fred Figner, envolviam a venda dos direitos autorais ou a transferência de direitos de canções ou de grupos de canções.

lembrado posteriormente. Como noticiam os obituários e os registros de memorialistas, sua situação financeira não correspondia à fama obtida em vida. Para o enterro, os amigos tiveram que recorrer à ajuda do empresário Fred Figner. Tempos depois, tendo deixado os filhos com muitas dificuldades financeiras, foi organizado um benefício para a família no Rancho Sociedade Dançante Familiar Flor do Lírio do Aragão, conhecida gafeira, na Rua Conde de Bonfim, bairro da Tijuca, nº 131. O apoio veio de seus parceiros foliões.

No campo empresarial, Eduardo das Neves também não teve muita sorte, apesar dos animados anúncios nos jornais do *seu Circo Brasil*. Um “sócio espertalhão”, segundo o amigo Vagalume, teria lhe trazido muitos prejuízos. No fim da vida, parece que morava na Estação da Piedade, com a segunda mulher, Angelina das Neves, numa casa que não sabemos ao certo ser de sua propriedade. Na noite em que passou mal e faleceu (uma síncope, segundo os jornais, um edema agudo no pulmão, segundo a certidão de óbito), estava com seu filho Cândido das Neves, num pequeno sobrado da Rua do Senado, centro da cidade do Rio de Janeiro. Pela publicação da *Gazeta de Notícias* do dia 12 de novembro de 1919, o atendimento não chegou a tempo mesmo depois de diversos chamados à Assistência Municipal e das promessas de seu filho de que pagaria a solicitação.

Apesar do trânsito dos músicos populares em circuitos culturais variados, editoras, casas de espetáculo e fonógrafos, por exemplo, os conflitos em torno dos significados de determinados gêneros, como vimos para o caso das livrarias, e do reconhecimento social dos artistas não eram pequenos. Assim, não é de surpreender que a *Gazeta de Notícias* anunciasse, em 12 de novembro de 1919, a morte de Eduardo das Neves como “um poeta da calçada”, mesmo depois de toda sua trajetória como cantor de companhias artísticas. Existiam palcos variados e hierarquizados, desde as casas de ópera e teatros dramáticos, até os teatros de revista, cinematógrafos e, por último, circos.

Sem dúvida, o maior palco de Eduardo das Neves nunca deixou de ser o picadeiro dos circos, mesmo que alguns deles recebessem nomes mais sofisticados e modernos, como Colyseo Luso Brasileiro, Pavilhão Fluminense ou Teatro de Variedades. Tendo transitado em ambientes de teatro e na indústria fonográfica, foi nos circos que iniciou sua carreira e onde fez a última apresentação no dia 11 de novembro de 1919. O campo musical e artístico oferecia diferentes possibilidades para músicos negros e populares, apesar dos limites impostos e definidos por críticos de teatro, literatos e memorialistas posteriores que se baseavam nos estreitos paradigmas do teatro sério europeizado e erudito. Para esses, o crioulo Dudu seria sempre um “poeta da calçada” ou um

palhaço de circo, mesmo que não tenha sido reconhecido apenas desta forma nos anúncios de jornais pesquisados.

O esforço de Dudu das Neves em não se intimidar e alcançar o reconhecimento de seu valor e talento vinha desde o início da carreira, como já vimos na publicação da canção *O Crioulo Dudu das Neves*. No Prefácio do livro *O trovador da malandragem*, de 1902, único texto não musical assinado pelo autor, também parecia convencido de seu valor e de seus direitos pela autoria de algumas canções que faziam sucesso. Chegou mesmo a ir reclamar com o sr. Fred Figner, proprietário da Casa Edison, depois de ter ouvido de uma forma muito adulterada uma composição sua – *O 5 de novembro*. Como já me referi, essa foi a explicação do próprio Dudu para ser contratado pela Casa Edison.



Figura 21 – Eduardo das Neves jovem
Fonte: MPB Cífrantiga (2006)

Com uma linguagem simples e direta, Eduardo das Neves, no livro *O trovador da malandragem*, se perguntava por que motivo não se acreditava que ele era autor de certas composições – choros ele menciona – do gosto do público, “cantadas por toda a gente e em toda parte – desde nobres salões, até pelas esquinas, em horas mortas da noite”.

Foi isso que sucedeu com minhas hoje popularíssimas modinhas: “O Aumento das Passagens”, “O Bombardeiro”, “O 5 de novembro” ou o “Marechal”, “A Guerra de Canudos”, “A Carne Fresca”, “O Cólera”, “A Gargalhada Hispano-americana”, “Uma Entrevista com Fegoli” e dezenas de outras modinhas que o Zé do Povo aprecia e canta.

Sim! Por que razão duvidais que sejam minhas, exclusivamente minhas? Nem tão boas, nem tão notáveis são elas para que não possam ser de minha lavra.

O muito merecimento que têm (e é por isso que tanto sucesso fazem) é que eu as faço segundo a oportunidade, à proporção que os fatos vão ocorrendo, enquanto a coisa é nova e está no domínio público). É o que se chama bater o malho, enquanto o ferro está quente...

E, no entanto, apesar das minhas pobres composições nada prestarem, há por aí uns tipos ainda mais ignorantes do que eu, que se intitulam pais de meus filhos, autores de minhas obras, como se dá com o “Aumento das Passagens”, “O 5 de Novembro”, “A Gargalhada do Biela”.

Como, porém, não entendem do riscado, estropiam tudo horrorosamente.

Faço essa declaração... para evitar dúvidas...

O seu, a seu dono.

Sinto muito ter que passar-vos este sabonete, mas... chorar não posso. Não quero que se diga por aí que sou um idiota, um trovador que escreve e canta cousas sem sentido, modinhas sem pé, nem cabeça.

É digno de nota que os exemplos escolhidos para afirmar sua autoria tenham sido títulos ligados a questões políticas nacionais, como *A Guerra de Canudos*, *O 5 de novembro* (data da morte do Marechal Bittencourt, liderança na Guerra do Paraguai e no combate a Canudos), o *Bombardeiro*, e até mesmo internacional (como a *Guerra hispano-americana* conflito envolvendo Cuba e os Estados Unidos), e problemas urbanos importantes do momento, como *O aumento das passagens*, *A carne fresca* e o *Cólera*.

Por outro lado, suas declarações também revelam uma razoável indignação pelo não reconhecimento de que um “Crioulo”, ou um “trovador da malandragem”, pudesse falar de políticos, eleições, costumes nacionais, problemas urbanos e política externa. Ao declarar que suas composições equivaliam a “bater o malho, enquanto o ferro está quente...”, demonstrava

ter um acurado senso de oportunidade política e ser um ótimo cronista da cidade e do próprio país.

Dudu deve ter ficado mesmo muito feliz de ver essa característica reconhecida, ao menos uma vez, de forma contundente em 1915! Na programação da Companhia de Revista que brilhava com *Beijos e Rosas*, no Teatro São Pedro, encontrava-se anunciado, ao lado dos atores e atrações: “enorme sucesso do trovador nacional Eduardo das Neves nos seus comentários ao violão e improvisos da atualidade”.

Em livros, nos palcos ou em discos, Eduardo das Neves fez da música campanha patriótica republicana, com homenagens a Santos Dumont, ao marechal de Ferro, a heróis da Guerra do Paraguai, ao barão do Rio Branco e a Rui Barbosa. E fez política através de canções, como as que traziam temas sobre a “Guerra de Canudos” (não tão favorável ao líder Antônio Conselheiro), a “*Volta à pátria*” (dos restos mortais do imperador), ou mesmo às eleições e sindicatos, em tom muito irônico e cheio de gargalhadas, como “*Pega na chaleira*” – a clássica bajulação aos políticos em crítica direta ao político gaúcho Pinheiro Machado.



Figura 22 – Eduardo das Neves em performance ao violão
Fonte: Lyra... (1914)

Sem dúvida é difícil entender completamente a lógica da escolha de seus heróis e temas políticos, até mesmo porque não localizamos nenhuma homenagem a Monteiro Lopes. Há que se levar em consideração muitas variáveis, como a interferência dos editores, as chances de fazer sucesso de público e as próprias convicções do cantor/compositor. Se líderes do panteão republicano estão presentes, como o marechal Deodoro, assim como militares oriundos da Guerra do Paraguai, como o marechal Bittencourt, a presença de uma homenagem a Campos Sales, reconhecido inimigo dos jacobinos ligados a Floriano

Peixoto, pode demonstrar que suas canções, como ele mesmo afirmava, obedeciam também às circunstâncias do momento.

Mesmo que, entre as canções editadas e gravadas por Eduardo das Neves, destaquem-se com vantagem as canções que falam de amor – juras, saudades, romances frustrados –, também chamam a atenção inúmeros exemplos de temas sociais e urbanos. Em geral, através da ironia e irreverência dos lundus, encontramos canções com apreciações sobre a modernidade urbana (os automóveis, o bonde, uma quermesse, a passagem do cometa, um rolo em um bonde e em uma casa de pasto, um clube de regatas e um maxixe); narrativas sobre os problemas da cidade (como as reformas urbanas, o aumento das passagens, os alugueiros, o desvio de um dinheiro, o malandro, a capoeira, o jogo do bicho, o cólera, o imposto do selo, uma casa de pasto, a vacina obrigatória e os ratos, a carne fresca, a festa da Penha, os estranguladores e os reclamantes) e brincadeiras com certos personagens (como um barão, um padre e um bispo). Temas regionais e folclóricos, assunto muito em voga entre setores intelectualizados no início do século XX, não faltaram (*Canção da cabocla*, *Flor do Norte*, *Gaúcho*, *Pernambuco é minha terra*, *O caipira*, *Catereté paulista*, *Luar do sertão*, *Cabocla do caxangá*).

Entre os temas sociais quentes e atuais, alguns bons exemplos podem ser dados. Na publicação *O trovador da malan-*

dragem, de 1902, Eduardo das Neves registrava *A carne verde* provavelmente uma versão da *Carne fresca*, canção que reivindicou como de sua autoria. Recomendava, como era comum em outras publicações, que a canção fosse executada com a melodia de alguma bem conhecida. No caso, recomendava a melodia da modinha *Em primeiro de março*. O problema das carnes, seu alto preço em função do monopólio dos abates e da venda, vinha sendo intensamente discutido pelos moradores e pelo Conselho Municipal. Os versos de Dudu deviam mesmo deliciar o público nos picadeiros, especialmente aquele que vivia nas áreas mais populares, em Santo Cristo e na Saúde, onde os problemas e os protestos teriam ocorrido:

No dia vinte e cinco de maio
Houve grande barulhada,
Por causa das carnes verdes:
Muita gente levou pancada.

Então os monopolistas,
A questão queriam vencer;
Mas o povo levantou-se,
Tiveram mesmo que perder.

Por toda a capital,
Muita carroça virada,
Em Santo Cristo e na Saúde,
Muita carne foi queimada.

Em *Mistérios do violão*, edição publicada em 1905, foram registradas canções que dialogavam diretamente com os acontecimentos dos anos anteriores, como as greves e a Revolta da Vacina, de 1904, provocados pelas difíceis condições de vida dos trabalhadores e pelas tentativas do governo federal e municipal de reformar a cidade capital em moldes europeus e melhorar suas condições sanitárias através da derrubada de cortiços, abertura de avenidas, limpeza da cidade e vacinação obrigatória. Das Neves devia receber muitos aplausos ao cantar em suas apresentações de circo *A vacina e os ratos* e *A capital federal*. Em *A vacina e os ratos*, os versos davam a entender que havia muita gente lucrando com a caça aos ratos e desconfiando da relação entre ratos e vacina: “O povo andava indignado, a reclamar, por ser obrigado a vacinar”. Em *A capital federal*, título de uma peça de Artur Azevedo, ninguém mais poderia casar em função do aumento dos aluguéis, dos alimentos, dos fósforos, das velas, do vinho, da aguardente etc.

Alguns anos mais tarde, em 1914, Eduardo das Neves ainda buscava dialogar com acontecimentos políticos e sociais da cidade e parecia estar mais próximo dos grupos sociais operários alcançados por Monteiro Lopes. Pelas comemorações dos trabalhadores no Primeiro de maio, com a presença de várias associações de trabalhadores, na Vila Operária Hermes da Fonseca,

Dudu marcou presença, entoando, ao lado de dois violões, várias modinhas brasileiras. No mesmo ano, nos dias 30 de junho e 2 de julho, foi uma das atrações de um festival realizado no Jardim Zoológico, em homenagem à Associação de Empregados da Lloyd Brasileiro. Além do trovador, jogos de futebol e atrações de circo animariam a festa dos trabalhadores, certamente muitos estivadores e carregadores negros, da poderosa firma de navegação brasileira – a mesma que havia tido problemas com uma passageira negra em Recife.

Como políticos de carreira, intelectuais eruditos, escritores da Garnier ou das companhias teatrais, Das Neves não se mostrava distante ou indiferente a acontecimentos e problemas da cidade. Pelo contrário, a música de Dudu – e sua repercussão em ambientes diversificados da cidade – revela quanto a população e representantes da população negra, como Monteiro Lopes, podiam envolver-se em debates políticos e incluir-se nas construções simbólicas da nova República e da própria nação. Sua música representava um canal de ação e vivência política. Em outros termos, podia expressar percepções de direito, participação, liberdade e pertencimento ao Brasil.

As canções de Dudu, seus versos, ora muito sérios, como os patrióticos, ora irreverentes, como os lundus, estavam nas ruas, nos circos baratos, lugares preferidos de gente de todas

as cores e nações, como definia o memorialista Luiz Edmundo, e nos cinematógrafos montados em locais muito próximos das habitações dos setores populares, como na Praça Onze ou em São Cristóvão. Em uma “minuciosa reportagem sobre todos os bairros do Rio de Janeiro”, intitulada “A Cidade e as Ruas”, publicada pela *Gazeta de Notícias*, em 12 de janeiro de 1911, ficamos sabendo que os modernos aparelhos de tocar músicas, os fonógrafos, podiam também estar em ambientes pobres e periféricos. Na Rua Major Fonseca, por exemplo, na “língua do morro do Pedregulho”, uma das mais insalubres do bairro de São Januário, era possível ouvir muito canções de Eduardo das Neves. Ainda

um graphophone [uma versão melhorada do fonógrafo] de 4\$ por semana, que desde pela manhã até horas mortas da noite esmoem na sua voz implicantemente nasal as canções de Eduardo das Neves, entremeadas de ladainhas, canas verdes, gargalhadas..., aplausos... ditos de baixo calão e mais cousas ao gosto da clientela das casas de bebidas... Uma delícia... com seus 200 metros de extensão essa Rua Major Fonseca [...].

O repertório e composições de Eduardo das Neves pertencem a marcos estéticos e políticos compartilhados pelas populações urbanas e pelos produtores do campo musical do final do século XIX e início do XX. Como outros músicos da

cidade do Rio de Janeiro, escreveu, interpretou e gravou valsas, modinhas, serestas, choros, marchas, canções, sambas, chulas, cateretês, maxixes, cenas cômicas, e, principalmente, lundus. O crioulo Eduardo das Neves também não foi o único a levar para os palcos e gramofones discussões do cotidiano social e político das cidades. Os teatros de revista, seus escritores, atores e dançarinos atraíam milhares de assistentes com essas temáticas. Outros trovadores de canções populares eram citados pelos jornais e por folcloristas; tinham suas coleções de modinhas e poesias populares publicadas e republicadas, entre o final do século XIX e início do XX.

Mas como tenho procurado demonstrar, Eduardo das Neves, além de ter conseguido transitar entre circos, casas de variedade, publicações de livros e fonogramas, jamais deixou de imprimir sua própria experiência de homem pobre e negro. Através de sua obra musical, temos acesso a um universo popular e negro muito pouco conhecido. Dudu expressava certa cultura musical e política, especialmente protagonizada por afrodescendentes.

Numa sociedade pós-escravista, como a carioca, do final do século XIX e início do século XX, em que os níveis de alfabetização e escolarização ainda eram significativamente baixos, e na qual os canais formais de representação política, embora existentes, não davam conta de todas as demandas da

população, a música popular e a música de Dudu, em especial, foram um canal de expressão política e de comunicação para muitos segmentos da população.

PERFORMANCES ANTIRRACISTAS

O circo era um espaço artístico popular muito importante, entre o final do século XIX e início do XX, em todo o mundo atlântico. Em Paris, por exemplo, na última década do século XIX, um palhaço negro conhecido como Chocolat, dançarino, cantor e comediante, nascido escravo no Caribe, também fazia sucesso ao lado de um palhaço branco de nome Footit com representações que parodiavam as relações raciais. Os palhaços de circo no Brasil, para além de atraírem o público com mímicas e acrobacias com cavalos, eram também verdadeiros atores que encenavam pequenos textos teatrais, farsas, duetos e apresentavam números musicais cômicos, muitas vezes dramatizados, acompanhados ao violão, com canções de duplo sentido, lundus alegres, modinhas românticas e maxixes. Eram os palhaços cantores e atores.

Alguns circos no Brasil, por reunirem cenas dramáticas e cômicas bem preparadas, além dos cães amestrados, cavali-

nhos, trapezistas e mágicos, podem ser chamados de circos-teatro. Mas a grande maioria não conseguia esconder sua precariedade, muitas vezes embaixo de lonas improvisadas, mesmo nos anúncios divulgados nos jornais.

Das Neves foi um mestre nesses espaços de circo, dos mais elegantes aos mais humildes, e certamente levou a comicidade de seus picadeiros e lundus para eternizarem-se nos livros e fonogramas da indústria fonográfica. Vale lembrar que outros artistas cantores de circo, como o famoso palhaço negro Benjamim de Oliveira, Baiano e Mario Pinheiro foram contratados pela Casa Edison para estrelarem com canções predominantemente cômicas, picantes e dramatizadas.

Se não tenho como descobrir pelos anúncios de jornais pesquisados as performances de Eduardo das Neves nos picadeiros, uma boa aproximação de imaginação pode ser feita quando ouvimos os versos de *Preto forro alegre*, em gravação feita entre 1912 e 1913, ou lemos a apurada transcrição realizada pelo etnomusicólogo Carlos Sandroni, a quem agradeço muito. Repleta de interrupções e interpelações com expressões engraçadas e irreverentes, a gravação indica sua evidente aproximação com os improvisos que também deviam marcar as apresentações nos picadeiros.

Alguns versos cantados revelam a dominação escrivista em tom solene e de denúncia; outros, de forma irônica, sub-

vertem, com astúcia e graça, as alegorias da inferioridade, desafiando as ideologias, as hierarquias e as desigualdades raciais, reconstruídas depois da Abolição. Das Neves, senhor de si e das “crioulas”, deveria deliciar variados públicos com seus versos irreverentes e audaciosos:

Quando minha sinhô mim disse,

[*verso recitado de forma solene*]

– Pai Francisco venha cá!

Vai buscar papel e tinta,

Que você vai se forrar!

[*refrão sempre cantado em ritmo de lundu alegre duas vezes seguidas*]

Iô ficou

Tudo sarapantaro [espantado]

Como um gambá,

Quando cai no merado! [melado]

Uiaúia, uiaúia, uiaúá!

Minha crioula venha venha, venha cá!

[repete esses dois versos]

[Risos e trecho falado:]

“Negra! Nossa senhora, olha a crioula como tá assanhada!”

Quando minha sinhô me disse,

[*verso recitado de forma solene*]

– Pai Francisco venha cá!

Vai buscar tua roupa branca [branca]

Que você vai se casar!

[Refrão]

[cantado em ritmo de lundu alegre duas vezes seguidas]

Quando iô vim da minha terra

[verso recitado de forma solene]

Iô comia bom peru

Chega na terra de brango [branco]

Carne seca com angu!

[Refrão] [cantado em ritmo de lundu alegre duas vezes seguidas]

[Risos e parte falada:]

Nega! Olha a negra como tá pra assoviando pra mim,
meu Deus!

Brango risse que negro fruta [“risse” com “r”brando, significando “disse”]

Negro fruta com rezão

Mas o brango também fruta

Com unha ri gavião [“ri” com “r”brando, significando “de”]

Refrão... [cantado em ritmo de lundu alegre duas vezes seguidas]

Uiaúia, uiaúia, uiaúá

Minha crioula, crioula vem cá! [repete esses dois versos]

Brango risse que não bebe [verso recitado de forma solene]

Nem vinho, nem bebe cana;

Mas vai ver, a garrafinha...

Que tá ribaixo da cama! [“rebaixo” com “r”brando, significando “debaixo”]

Refrão... [cantado em ritmo de lundu alegre duas vezes seguidas]

[Coda falada “A crioula sem vregonha [*sic*, significando ‘vergonha’] tá olhando pra mim, hein? Tá com o olho fiaco-fiaco, iararaco [trecho que não consegui compreender], hein, negra?”

A partir da obra de folcloristas e dos jornais, temos conhecimento que os versos desse lundu *Preto forro alegre*, com alguns diferentes versos e personagens, foram muito cantados por palhaços de circo brancos, pintados de preto, desde a década de 1870, com a denominação *Lundu do escravo*. Como afirmou Mario de Andrade, os versos em “língua de preto” serviam para “divertir filho de branco” (“fio de baranco”, os palhaços cantavam).

Estiveram presentes em programas de teatro e nas partituras para piano; circularam também na literatura e na poesia oral com versos que reforçavam a fala arrastada do sotaque estrangeiro dos velhos africanos, conhecida também como “língua de preto”, provocando o riso através da infantilização do personagem central, “Pai Francisco” ou “Pai João”. Aliás, se o leitor tem boa memória, foi em “língua de preto” que algumas críticas a Monteiro Lopes apareceram na imprensa, também em tom de ridicularização pela sua presença condenável em ambientes eruditos.

Essa possibilidade de diversão e riso era muito comum nos Estados Unidos, em capas de partitura e espetáculos teatrais, em que *blackfaces* (artistas com rostos pintados de preto) representavam “pretos velhos” de forma pejorativa e racista, em espetáculos musicais de diversões. Na versão norte-americana, eram os “Uncle Tom” e “Uncle Remus”.

Das Neves, para fazer sucesso como artista negro, precisou dialogar com esses padrões e referências que estavam presentes nas “cantigas de palhaços”, como o lundu *Preto forro alegre* exemplifica, e nos números teatrais, em que eram projetados artisticamente a pretensa inferioridade racial de africanos e seus descendentes em comportamentos estereotipados. Os estereótipos e atributos de uma suposta inferioridade eram produzidos, por um lado, pela ridicularização de personagens negros, homens e mulheres, tidos como naturalmente musicais, infantis, risonhos, perigosos, grotescos, lascivos ou malandros; por outro, pela circulação de capas de partitura que reproduziam imagens sobre a pretensa selvageria e animalização dos batuques afro-brasileiros e dos próprios dançarinos negros.

De fato, como outros artistas negros que apresentei em trabalho anterior, Dudu encontrava dificuldades para escapar completamente das caricaturas racistas comumente associadas aos negros no campo musical e artístico – e, certamente, não deixou de

levar para os picadeiros essas performances. Possivelmente era um bom caminho para o sucesso, mas jamais deixou de inserir em suas performances – entre as quais *Preto forro alegre* é um bom exemplo – outros significados e ousadas subversões. O estilo cômico e irônico de Dudu pode ter sido a melhor forma que encontrou para inverter essas caricaturas e falar dos negros e das desigualdades raciais no campo musical e artístico, naquele período.

A presença de lundus no repertório dos circos, teatros, partituras e fonógrafos, que chamei em outro trabalho de *canções escravas*, posto que originadas, tematizadas ou ilustradas no passado da escravidão, revela uma vigorosa forma de expressão do racismo no campo cultural, antes e depois do fim da escravidão. Em contrapartida, foi uma maneira original e poderosa que os artistas negros poderiam encontrar para a discussão da questão racial e afirmação de seus talentos em ambientes amplos. Os descendentes de escravizados e africanos, nos palcos e na indústria fonográfica, poderiam transformar as apresentações num importante caminho de ação política antirracista, como diria Paul Gilroy.

Os lundus talvez conferissem a Das Neves reais possibilidades de sucesso e aplauso, ao mesmo tempo que permitiam, em função de sua intensa polissemia, a subversão dos tradicionais papéis atribuídos aos negros. Eduardo das Neves parecia representar diferentes papéis a partir de seus lundus. Por

um lado, trazia imagens e canções do negro escravo, ingênuo e engraçado; por outro, representava situações do negro esperto e malandro, que trazia à tona críticas políticas e raciais, seduzia brancas e morenas, e valorizava as crioulas. Eduardo das Neves manipulava essas faces ou variadas máscaras do que se poderia esperar dos artistas negros identificados com a herança cultural da escravidão. A partir dos lundus, era possível projetar sonhos e criticar as desigualdades sociais e raciais, que pareciam perpetuar-se após o fim da escravidão.

Outra dimensão deste jogo de máscaras pode ser percebida na parceria entre Eduardo das Neves e outro palhaço negro. Ao lado de Benjamim de Oliveira, que havia nascido escravo, Eduardo das Neves participou de representações teatrais nos circos-teatro. Aliás, ambos deveriam ser próximos, pois Dudu, em *Mistérios do violão*, apresenta uma canção com o título *Crioulo faceiro* em homenagem ao “simpático *clown* Benjamin de Oliveira” (mesmo que o “simpático” possa expressar alguma ironia). Juntos produziram, entre outros trabalhos, a farsa *A sentença da viúva alegre*, em 1910, para o teatro Cinematógrafo Santana, na própria Rua de Santana. O local do espetáculo, que também contava com fitas cinematográficas mudas, históricas e dramáticas, era bem perto da Praça Onze, coração dos grupos carnavalescos e das associações dançantes negras da cidade.

A *Sentença* era uma paródia da opereta *Viúva alegre*, de Franz Lehár, que havia estreado com muito sucesso no Rio de Janeiro, em 1909, depois de lançada em Viena, em 1905. Nessa comédia, Risoleta de Oliveira fazia o papel de Anna de Povari e Eduardo das Neves, além do arranjo, o do conde D'Anillo, presumidamente pintado de branco, posto que representava o conquistador da viúva europeia. Ainda em março de 1914, no Circo Mendes, em benefício das obras da Irmandade Nossa Senhora de Bonsucesso de Inhaúma, Eduardo das Neves apresentou a concorrida farsa.

Nem todos os temas teatralizados nos circos estrelados por Benjamim, como dramas, farsas, paródias, operetas e comédias, diziam respeito diretamente às memórias da escravidão, mas três títulos levantados pela pesquisa de Hermínia Silva, como *Os africanos*, *A escrava mártir*, baseado no romance *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e *A Escrava Martha*, nos permitem imaginar como seria a interpretação com atores negros no centro do picadeiro. *A Escrava Isaura* foi adaptada ao picadeiro por Benjamim de Oliveira e estreou no Circo Spinelli, entre 1909 e 1912; *A Escrava Martha*, catalogada como “peça de costumes”, foi escrita pelo próprio Benjamim de Oliveira e também havia estreado no Circo Spinelli, em 1909. Ambientava-se em 1863, em uma fazenda e os personagens encenavam escravos, feitores e barões. A história de Martha não devia ser muito diferente da que foi

escrita em versos por Castro Alves para *Lúcia, a escrava* e chegou a ser declamada, também em 1909, por Eduardo das Neves, quando das comemorações dos 21 anos da Abolição da escravidão.

Mesmo em espetáculos que não eram focados na temática da escravidão, temos notícia de que tanto Benjamim, como Dudu costumavam pintar o rosto de branco na representação de certos personagens. Se é difícil controlar todos os efeitos, em cena, de homens negros pintados de branco, não há dúvida de que ambos os artistas, com inegável diálogo invertido dos *blackfaces* dos Estados Unidos, manipulavam máscaras e representações de homens negros e brancos – e deviam fazer rir de tudo isso, invertendo irreverentemente as hierarquias raciais.



Figura 23 – Benjamim de Oliveira e suas várias máscaras
Fonte: Silva (2007, p. 241)

Eduardo das Neves nunca explicitou seus vínculos com o mundo da escravidão, mas afirmava-se como um homem negro – “o Crioulo Dudu”. O patriota Eduardo das Neves era um homem negro na jovem República. E essa situação deve ter feito muita diferença em todas as performances, fossem nas canções de amor, patrióticas ou de humor.

Em suas músicas há uma dimensão identitária de afirmação dos não brancos, das coisas crioulas, mulatas e morenas, que evidenciam a valorização da presença do negro, sua história, costumes e valores na formação cultural brasileira. Nem só de cânones literários, artísticos e musicais europeus teria vivido a chamada *Belle Époque* republicana. Nem só as visões pessimistas sobre o Brasil e os produtos da mestiçagem estavam presentes no mercado editorial e cultural na capital da República.

Com temas que abordavam as relações raciais e desafiavam as teorias racistas, que insistiam na inferiorização da população negra e mestiça, encontrei versos, de autoria de Dudu ou de seu repertório, que valorizavam e não deixam esquecer as heranças africanas (como os jongos) e as conquistas dos escravos (as amorosas, a alforria e a própria liberdade); que cantavam as relações amorosas com iaiás e morenas, os encantos da mulata, a faceirice do crioulo, a valorização bem-humorada da cor preta ante as demais (na hora de um bilhete de loteria ou num jogo

de bilhar!), as espertezas e ironias de “Pai João”, “Pai Francisco”, “Negro Mina” ou do “Negro Forro”, assim como um hino popular à própria Abolição. Enfim, Eduardo das Neves, nesse sentido de forma próxima a Monteiro Lopes, não se omitia da denúncia e do protesto racial, em meio a trocas culturais intensas e possibilidades reais de inserção profissional de um músico negro no mercado editorial e na indústria fonográfica.

Nos livros *Mistérios do violão* e *Trovador da malandragem*, as musas mulatas e morenas despontam em *Carmem* e *Albertina*. *Roda Yáya* é outra canção em que a mulata aparece cheia de feitiços e ligada ao diabo, deixando o cantor, provavelmente o próprio Dudu, “preso e morto”, quase morrendo de sede. Chamando-se de “turuna”, que significa um homem forte, poderoso e valente, provavelmente um capoeira, sentença que “caindo na minha rede, das malhas (a mulata) não sairá”. A tipologia da mulata sedutora, comum nos lundus publicados em meios mais eruditos, mantém-se como referência de beleza e sensualidade nas composições de Dudu. Mas nos versos de sua autoria, a bela mulata caía mesmo na rede dos convencidos crioulos – e não na dos senhores brancos.

A faceirice do crioulo e o empoderamento do homem negro torna-se ainda mais desconcertante nos versos destinados às sinhazinhas. Nesse encantamento, Dudu destacava seus

belos olhos e o perfume. De tanto amor, pedia-lhe um beijo e chamava-a de “minha candonguinha”. Em outra canção, *Sempre chorando*, Dudu faz referência a uma suposta rivalidade entre “branquinhas e mulatinhas”. Considerando a hipótese de ser o autor desses versos, é significativo que um músico negro, desde sua autobiografia, pudesse dirigir versos de encantamento a uma sinhazinha e pudesse balançar (ou se achar capaz de balançar) o coração das “branquinhas”. Talvez aí residisse o centro da situação engraçada: a impossibilidade ou improbabilidade da relação podia produzir o riso. Ao mesmo tempo, contudo, a inversão sexual e racial da clássica relação de dominação (homem branco e mulher negra) cantada por Dudu agregava ao riso um inegável significado político, especialmente se acontecesse na performance dos circos.

No repertório gravado em discos por Eduardo das Neves, no período registrado pela Casa Edison entre 1907 e 1912, a temática do envolvimento entre negros e a sinhazinha reaparece forte em alguns lundus, considerados pela gravadora de autoria desconhecida. No *Lundu gostoso*, Das Neves cantava que iria “para a Bahia ver sua sinhá” e “comer o seu dendê”. No lundu *Pai João*, Eduardo das Neves trazia do passado escravista uma figura literária que, mesmo cansado e velho, não perdia sua força e audácia. O cantor, pelo que ouvimos da gravação, também

parecia rir e se divertir com o verso sobre o “dia de domingo” que, “quando o senhor” ia “passar”, ficava “tomando conta de sua bela iaiá”. Outras temáticas irreverentes ainda se destacam em canções como *Os quindins de Iaiá* e a *Pombinha da Iaiá*, jogando com o duplo sentido das palavras.

Mas certamente o maior compromisso de Eduardo das Neves com a história da população negra possa ser avaliado pela sua gravação da canção *A canoa virada*. Espécie de hino popular da Abolição da escravidão, a canção registrava musicalmente as conquistas e as alegrias de 1888, lembradas ao menos vinte anos depois! As palavras e expressões utilizadas são fortes e desconcertantes: havia chegado “a ocasião da negrada bumbar”.

A canção refere-se ao 13 de maio, “o dia da liberdade”, como um grande momento, de reais mudanças e sonhos de liberdade. A “negrada” tinha motivos para bumbar. A escravidão parece estar representada por uma frágil embarcação, uma canoa, que, literalmente, havia virado, encerrava-se seu longo percurso no Brasil. Entre ironias e sátiras com “crioulas altivas”, que não mais comeriam angu com feijão, e “pretos sem senhores”, típicas dos lundus, havia chegado “o dia da liberdade”; não havia mais razão para “baiano chorar”. Todos, em vários locais, tinham desejado – e conquistado – o “dia da liberdade”. A partir da voz de Dudu, que ainda deixou registrada uma marca de sua

interpretação no meio da canção, se chamando de “nego bom pra danado”, consegui transcrever parte dos versos gravados por Dudu pela *Odeon*.

A viola já deu baixa
Violão não tem valia (2x)
Até o 13 de maio meu bem...

A canoa revirando
Toda noite aguentou
Quando foi de madrugada
Foi-se embora, me deixou

As crioulas que só comiam
O puro angu com feijão (2x)
Agora comem tainha,
apertam o nariz então

A canoa virô
Deixá-la virá
De boca para baixo
Cacunda pro ar
Chegou ocasião da negrada bumar
(Fala: meu Deus! nego bom pra danado)

Subi no alto do monte
Fui ver o tempo passar (2x)
E a crioula do lado, meu bem...

A canoa virô...

A viola já deu baixa
Violão não tem valor
O preto já é livre
Já que não tem senhor

A canoa virô...
Acabô ocasião pro baiano chorar

Depois de vilas e cidades
Andei pelos arrabaldes (2x)
Não há quem não desejasse, (oderê?)
O dia da liberdade

A canoa virô...

Passada a sensação inicial, logo nos perguntamos sobre os motivos de tal gravação tanto tempo depois da Abolição. Que interesses moviam o empresário Fred Figner, da Casa Edison, para realizar tal registro? Que público estaria ávido para ouvi-lo? Se considerarmos a possibilidade de a gravação ter sido realizada em 1909, no ano das comemorações pelos 21 anos da Abolição, começamos a chegar ainda mais perto dos sentidos daquela mobilização que envolveu também a posse de Monteiro Lopes.

Os problemas são grandes para os que iniciam a pesquisa com a indústria fonográfica no Brasil, especialmente nos primeiros tempos, quando não temos registros precisos sobre o

ano das gravações. Se a autoria desconhecida de *A canoa virada*, como consta do registro fonográfico, reforça a possibilidade de ser uma canção das ruas, marco das lutas de maio de 1888, é impossível não admitir a participação de Eduardo das Neves na escolha desse repertório. Eduardo era um especialista em lundus, gênero pouco conhecido pelos ouvintes de hoje, mas de grande divulgação e vendagem no período, tanto na indústria fonográfica nascente quanto nas edições musicais impressas. Complementarmente, gravou lundus que faziam referência ao mundo da escravidão e das lutas pela liberdade. A presença da *Canoa virada* no repertório de Dudu não pode ser vista de uma forma ingênua.

A Canoa virada é um belo lundu! E hoje pode ser ouvida, através das gravações mecânicas, com as marcas evidentes da contrametricidade da música afro-brasileira. Mesmo que, infelizmente, nem todas as frases sejam claras e compreensíveis, apesar da voz imponente de Dudu, é através delas que podemos ter acesso a um raro documento. Muito diferente dos discursos oficiais, das poesias imponentes e românticas, como o poema *Lúcia, a escrava*, declamado nas comemorações pelo maio de 1909, e das missas e discursos solenes que marcavam os eventos, a *Canoa virada* nos permite conhecer outras formas de comemoração: o som e o vocabulário das ruas na época da Abolição. Mais ainda, pode ser vista como uma versão, musical e popular, da

própria Abolição, interpretada por um músico negro que fazia política do seu jeito. Dudu torna-se também com essa gravação um pouco historiador, já que registrou em versos e música o dia da Abolição.³

Muitos anos depois, na década de 1950, pelo que indica o trabalho do folclorista Rossini Tavares de Lima, versos muito próximos aos que eram cantados por Dudu ainda podiam ser ouvidos em São Paulo. Nas versões de Dudu e Rossini, que também não especificam o informante, estavam presentes o estribilho da *Canoa virô* e da alegria da “negrada”, assim como os versos das faceirices “das negrinhas”, chamadas por Dudu de “crioulas” – uma denominação coerente com a identidade que procurava divulgar em sua obra. No registro do folclorista Rossini, a ideia de liberdade foi expressa pelo fim do “capitão do mato”, que o “diabo levou”. Na letra do “Crioulo Dudu”, porém, a linguagem era ainda mais politizada, se considerarmos a época da gravação: “o preto já era livre, porque não tinha senhor”; “não havia quem não desejasse o dia da liberdade”... Na sua poesia cantada, a “negrada não só arregalava”, “bumbava!”.

Sem fazer referência a Eduardo das Neves, o folclorista Tavares de Lima demonstrou que em São Paulo, uma

3 Para ouvir a canção *Canoa virada*, consultar o *site* do Instituto Moreira Sales. O IMS detém o acervo da Casa Edison.

das áreas centrais da cafeicultura, do trabalho dos escravizados e das fugas em massa que precipitaram a votação na Câmara e no Senado em maio de 1888, a Abolição havia sido comemorada também com *A canoa virada*. Mesmo que possamos ter uma hipótese inversa em relação a essa – os libertos de São Paulo aprenderam a canção com a música de Dudu –, é possível confirmar a recorrência das festas pelo fim da escravidão através da música e dos versos comemorando a liberdade. Se quase cinquenta anos afastam os dois registros, a continuidade dessa forma de expressão e comunicação parece indicar a produção de uma versão musical politizada do dia 13 de maio que não era para ser esquecida.

Através da música, poesia e festa, o “dia da liberdade” seria lembrado e festejado pelos descendentes de escravizados, em diferentes locais do sudeste do Brasil. A memória da escravidão e da Abolição, complementarmente, não era esquecida e ainda parecia justificar os encontros festivos. Eduardo das Neves, ao lado de Monteiro Lopes, faria sua parte como poeta e músico negro.

CONCLUSÃO

O QUE MUDA NA ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL A PARTIR DE MONTEIRO LOPES E EDUARDO DAS NEVES?

Que lugares mulheres e homens negros ocupam na História do Brasil? Mesmo com os avanços recentes das pesquisas sobre o protagonismo da população negra, antes ou depois da Abolição, a invisibilidade de suas ações e a persistência de estereótipos negativos e simplistas ainda estão presentes e precisam ser combatidos. O esquecimento de personagens como Monteiro Lopes e Eduardo das Neves, apesar de seus esforços e significativa fama em seu próprio tempo, é um ótimo exemplo dessa invisibilidade.

Se a historiografia brasileira na década de 1980 renovou consideravelmente nossa compreensão sobre o protagonismo negro na transformação do sistema escravista, dedicou pouco espaço à investigação sobre a presença e a atuação

política dos afrodescendentes após a Abolição e durante a Primeira República. Apostou mais sistematicamente em narrativas que denunciavam a experiência da marginalidade e da pobreza, as continuidades do passado escravista, ante a reprodução do racismo nas políticas públicas após a Abolição. O maior problema é que foram essas versões e representações iconográficas, e apenas essas, que se espalharam pelos livros didáticos de História e pelo imaginário nacional.

Atualmente, já há um conjunto de trabalhos de pesquisa que recuperam a participação da população negra nesse período, em várias partes do Brasil, em revoltas urbanas e rurais, em mobilizações por melhores condições de vida, autonomia e igualdade de tratamento, na política, nos teatros, na música, nos movimentos operários, na imprensa, na organização de espaços próprios e afirmativos, como escolas, associações dançantes, clubes recreativos, centros cívicos, grupos carnavalescos e times de futebol.¹ Mas ainda há muitas histórias a serem contadas e as de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves, personagens que precisam ser reconhecidos como intelectuais atuantes em seu próprio tempo, estão entre elas. E se ainda não as conhecemos, se elas ainda não estão nos livros didáticos de História, em filmes e pro-

1 O Grupo de Trabalho *Emancipações e pós-abolição*, pertencente à Associação Nacional de História (ANPUH), tornou-se uma referência importante sobre esses estudos, debates e encontros.

gramas de televisão sobre nosso passado, não é mero acaso. Afinal, os silêncios das narrativas historiográficas não estão separados das injustas relações de poder em nossa sociedade.

Certamente, a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, fortalecida pelas lutas dos movimentos negros, tem promovido conquistas, embora ainda falte muito para entendermos a História do Brasil a partir da presença e ação dos sujeitos históricos negros. Por isso, a pergunta que abre essa seção ainda é pertinente.

A Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil, não estabeleceu nenhum tipo de política que visasse à inclusão dos descendentes de escravizados. Após as intensas comemorações do 13 de maio de 1888 e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, consolidaram-se, aos poucos, projetos sociopolíticos excludentes e ganhou visibilidade e abrangência a ideia de raça como critério de hierarquia social e justificativa para a desigualdade supostamente natural entre os homens.

Durante esse período, mulheres e homens negros foram alvos de práticas discriminatórias cotidianas. Mesmo que o racismo tenha sido praticado de maneira não oficial, e muitas vezes de forma não explícita, escamoteado nos discursos de intelectuais e políticos sobre mestiçagem e tolerância racial, a

população negra brasileira estava sujeita a sofrer impedimentos diversos, seja para frequentar plenamente espaços públicos e privados, incluindo escolas e teatros, ou para assumir cargos políticos e vagas conquistadas em concursos públicos. Sofreu constantemente intimidação e violência policial e foi sistematicamente impedida de exercer seus direitos estando exposta a formas de tratamento desiguais. Mas jamais ficou apática, nem esteve às margens das lutas sociais, como tentamos mostrar com as trajetórias do político Monteiro Lopes e do artista Eduardo das Neves. Cotidianamente lutou por uma cidadania plena.

Um dos aspectos mais perversos de tudo isso é que as denúncias de práticas racistas pela imprensa e a consequente fundação de instituições negras com o objetivo de combater a discriminação racial foram frequentemente malvistas ou silenciadas pelos meios intelectuais e políticos brancos. Os militantes negros que participavam desse tipo de mobilização podiam ser acusados de racismo às avessas e de promover separações raciais – que, pretensamente, não existiriam no Brasil. Desta forma, vale considerar quanto a negação da discriminação racial, presente em produções literárias, pedagógicas e acadêmicas durante as primeiras décadas republicanas, pode ser vista como uma manifestação do racismo, constantemente enfraquecendo e desqualificando as denúncias e as lutas por igualdade de direitos.

Ressaltar a presença política da população negra nas lutas sociais e políticas da História republicana não significa afirmar que as ações, como as de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves, resultaram em conquistas amplas de direitos ou transformações duradouras. Mas, por outro lado, essas ações não devem ser menosprezadas por não terem sido vitoriosas. Entre seus expressivos resultados, traziam esperança, fortaleciam identidades e autoestima, criavam redes de solidariedade e produziam experiência política e protagonismo. Pouco lembrados até há pouco tempo, Lopes e Dudu sabiam que estavam deixando um grande legado e que não seriam esquecidos para sempre.

Embora Monteiro Lopes e Eduardo das Neves tenham tido pouco contato e atuado em campos distintos, suas trajetórias revelam estratégias e respostas próximas, certamente disponíveis e possíveis à população negra no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Nasceram e morreram pobres, ainda que tenham conquistado reconhecimento público; eram admiradores do Marechal Floriano Peixoto e de seu jacobinismo; lutaram publicamente contra o racismo estrutural e cotidiano que os atingia; investiram grandes esforços para conquistarem reconhecimento público; assumiram-se orgulhosamente como negros em variados espaços; mantiveram relações próximas com a região negra da cidade do Rio, especialmente a região portuá-

ria; festejaram a Abolição e a República; defenderam valores de igualdade e liberdade para que essas bandeiras permanecessem na mira de todos e virassem realidade um dia; valorizaram a história e a cultura dos afrodescendentes como partes constituintes da história nacional; vestiram-se com grande elegância e escolheram lidar com as afrontas daquela sociedade publicamente e com ousadia.

Ambos foram exemplos notórios de diferentes formas de participação dos negros na Primeira República, em ações políticas e culturais. Monteiro Lopes ainda tentou a luta direta pela representação política no campo nacional. Mostraram de uma forma contundente como era possível remar contra a maré da exclusão racial, lutando contra as ridicularizações e intimidações, mesmo com as dores e as tristezas do árduo caminho.

E, talvez, o mais importante: não estavam sozinhos. Adensaram os exemplos de trajetórias que politizaram a questão racial e impuseram a presença da população negra na sociedade daquele momento, como o fizeram o abolicionista José do Patrocínio e o capoeira Francisco Ciríaco; o ator do Teatro Negro de Revista, João Cândido Ferreira (*De Chocolate*) e o maestro Tranquilino Bastos, no Recôncavo Baiano; o líder operário e carnavalesco Moisés Zacharias Silva, na zona portuária do Rio de Janeiro; o mestre-sala do Rancho carnavalesco Macaco é Outro,

Germano Lopes da Silva; o advogado José Honório Menelik e o pai de santo João Alabá e sua famosa filha, Tia Ciata; o almirante negro, João Cândido; os professores Hemetério dos Santos e Israel Soares; o escritor baiano Manuel Querino e o psiquiatra Juliano Moreira; as professoras pernambucanas Maria Julia e Taciana Monteiro Lopes, a gaúcha Luciana Lealdina de Araújo e várias outras professoras negras, muitas delas com seus nomes ainda desconhecidos. Todos eles e elas, ao lado de outros indivíduos e coletividades, interferiram na História e ampliaram as possibilidades da cidadania e de inclusão naquela jovem República.

Cabe aos historiadores/ras de hoje, negros/as e brancos/as, como as autoras deste livro, a reconstrução dessas experiências silenciadas e de muitas outras histórias; cabe aos professores, alunos e aos públicos interessados a certeza de poder trilhar e divulgar narrativas diversas sobre a História da população negra no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. et al. *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico*, 3 vols. Niterói: EdUFF, 2014.

_____. et al. *Cultura negra: novos desafios para os historiadores*, 2 vols. Niterói: EdUFF, 2018.

_____. *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas*. Campinas: Editora Unicamp, 2017. (Coleção Históri@ Ilustrada).

_____.; DANTAS, C. V. É chegada a hora da negrada bumar: comemorações da abolição, música e política na primeira república. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 97-120, jan./jun. 2011.

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALKMIM, T. M. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: CARMO, L.; LIMA, I. S. (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

ARANTES, E. B. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. Niterói, *Tempo*, v. 21, n. 37, 2015.

AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BALABAN, M. *Estilo moderno: humor, literatura e publicidade em Bastos Tigre*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. (Coleção Históri@ Ilustrada).

BOHRER, F. R. *Inserção social negra através da música: análise dos territórios negros no pós-abolição em Porto Alegre*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, V. G. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife, 1846- 1890*. 2013. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, , 2013.

CRUZ, M. C. V. *Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.

CUNHA, M. C. P. *Ecoss da folia: uma história social do carnaval carioca (1890-1920)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. *“Não tá sopa”*: sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. (Coleção Históri@Ilustrada).

DOMINGUES, P. “O “tríduo da loucura”: Campos Elyseus e o carnaval afro-diaspórico. *Revista Tempo*, Niterói, v. 19 n. 35, p.117-142, 2013.

_____. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

DUARTE, R. H. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

EL FAR, A. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FLORES, E. C. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*, v. 1: da proclamação da república à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FRANCHESCHI, H. M. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

GELER, L. Que sería de la sociedad sin moda? Afrodescendientes de Buenos Aires, inclusión nacional y moda a fines del siglo XIX. In: ABREU, M. et al. (orgs.). *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidade e projetos políticos*. Niterói: EdUFF, 2014.

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes/CEAO, 2001.

GOLDMACHER, M.; BADARÓ, M. M.; TERRA, P. C. *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

GOMES, Â. C. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e ideologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____.; HANSEN, P. Apresentação. In: _____. HANSEN, P. (orgs.). *Intelectuais mediadores: projeto cultural e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____.; ABREU, M. A “nova velha” república: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 11-24, 2009.

GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e a emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

_____. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, T. M. *Um espelho no palco: identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

HERTZMAN, M. *Making samba: a new history of race and samba in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2013.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, I. S.; CARMO, L. (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

LIMA, R. T. *Da conceituação do lundu*. São Paulo: [s.n.], 1953.

LONER, B. A. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2. ed. Pelotas: EdUFPEl, 2016.

LOPES, A. H. et al. *Música e história no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2011.

LUSTOSA, I. *Trapaças da sorte: ensaios de história política e história cultural*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

MACHADO, H. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2014.

MACHADO, M. H. P. T. De rebeldes a fura-greves. In: GOMES, F.; CUNHA, O. M. G. (orgs.). *Quase-cidadão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MAGALHÃES, M.; TERRA, P.; ABREU, M. Os poderes municipais e a cidade: Império e República. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad X, 2019.

MATTOS, H.; RIOS, A. L. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, M. B. *Escravidados e livres*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MEADE, T. *'Civilizing' Rio: reform and resistance in a brazilian city, 1889-1930*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997.

MENDONÇA, J. M. N. *Evaristo de Moraes: tribuno da república*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

MORAES, R. F. *Os 13 de Maio: a abolição na escrita de Duque Estrada*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

NAPOLITANO, M.; WASSERMAN, M. C. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 167-189, 2000.

NASCIMENTO, Á. P. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada. In: GOMES, F. S.; GOMES, O. M. G. C. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NEPOMUCENO, E. B. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição*. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). 2016. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

OLIVEIRA, L. L. As festas que a república manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, M. CP. P. (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

PEREIRA, J. C. *Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PEREIRA, L. A. M. Os anjos da meia noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Tempo*, Niterói, v. 19, n. 35, p. 97-116, 2013.

PESSANHA, A. S. *Da abolição da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005.

PINTO, A. F. M. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

PINTO, R. N. O. *De chocolate: identidade negra, teatro e educação*

na Primeira República. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PINTO, S. C. S.. *Só para iniciados ... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

PORTELLI, A. *A história oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e voz, 2016.

RIOS, A. L. R.; MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

SANDRONI, C. S. Música, performance vocal e “língua de preto” em um lundu interpretado por Eduardo das Neves. In: MATOS, C. N.; MEDEIROS, F. T.; OLIVEIRA, E. D. (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SANTOS, A. P. *Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870 – 1930)*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, J. A. Trabalhadores e movimento negro: negociação e conflito no sul do Brasil. *Saeculum*, n. 10, 2004.

SEIGEL, M. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press, 2009.

SILVA, A. C. F. *De “papa-pecúlios” a tigre da abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, A. L. da. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. *Revista Eletrônica Documento/Monumento (UFMT/NDIHR)*, vol. 21, n.1, jul. 2017.

SILVA, H. S. *Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007.

SILVA JÚNIOR, J. C. *Um negro de poder no Amazonas da primeira república: Monteiro Lopes, o jurista e deputado (1892-1910)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SOARES, F. E. “*Fui criador de macumbas em discos*”: macumba, samba e carnaval pela trajetória de Getúlio Marinho da Silva. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SPITZER, L. Os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 35-62, 1980.

TINHORÃO, J. R. Circo brasileiro, local do universal. In: _____. *Cultura popular, temas e questões*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

XAVIER, G. Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, 2013.

VÍDEOS

CECULT-UNICAMP. *Sambas e sambistas no Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. 09 ago. 2016. (7m55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCwgGyeRThI>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. *Humor, literatura e publicidade*. 04 abr. 2017. (10m01s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WRUEXa6j8wA>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. *Canções escravas e racismo nas Américas*. 07 out. 2017. (10m40s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=agZPb-uEVto>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FONTES

MEMORIALISTAS, LITERATOS E MANUAIS DIDÁTICOS

ALENCAR, E. *O carnaval carioca através da música*, Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965.

ALVES, C. *Os escravos*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

BELLO, J. M. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

DEODATO, A. *Políticos e outros bichos domésticos: crônicas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

EDMUNDO, L. *De um livro de memórias*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

_____. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987.

EFEGÊ, J. *Figuras e coisas da música popular brasileira*, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

FRANCO, A. A. M. *Um estadista da república*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

GUIMARÃES, F. (Vagalume). *Na roda de samba*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

LACERDA, M. *Evolução legislativa do direito social brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MARTINEZ, S. *Pimenta, amor e chibata*. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1977.

RIO, J. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

SENNA, E. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, [1912?].

VASCONCELOS, A. *Panorama da música popular brasileira*. São Paulo: Martins, 1964.

VIEIRA, J. *A cadeia velha*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1980.

PEDROSO, T. *História do Brasil destinada às 3a e 4a séries do curso ginasial*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1946.

PEIXOTO, A. V. *Floriano, memórias e documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939.

DOCUMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DE MONTEIRO LOPES

ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER. Rio de Janeiro, 1910.

A ALVORADA. Pelotas, 1914-1947.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 1910.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 1911.

A LANTERNA. Rio de Janeiro, 1918.

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 1909.

A PROVÍNCIA. Recife, 1890, 1902, 1910.

A TRIBUNA. Rio de Janeiro, 1909.

A UNIÃO. Rio de Janeiro, 1917.

A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909-1910, 1950.

COMMERCIO DE CAMPINAS. Campinas, 1909.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1907, 1909, 1919-1911.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 22/01/1910.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 1910-1911.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1862, 1866, 1884, 1885, 1891, 1910-1911.

DIÁRIO ILUSTRADO. Rio de Janeiro, 1910.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1905-1912.

JORNAL DO COMMERCIO: edição da tarde. Rio de Janeiro, 1910-1911.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 1910.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 1909.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1909-1911.

GUTENBERG. Macció, 1910-1911.

LOPES, M. [*Correspondência*]. Destinatário: Floriano Peixoto. [S.l.], 1892. (Arquivo Nacional).

_____. [*Correspondência*]. Destinatário: Rui Barbosa. [S.l.]. 25 ago. 1909 e 27 ago. 1910. 2 telegramas. (Casa de Rui Barbosa).

O CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 1907.

O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, 1913.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1910-1912.

O SÉCULO. Rio de Janeiro, 1909-1911.

REVISTA CARETA. Rio de Janeiro, 1909.

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro, 1907 e 1909.

REVISTA O MALHO. Rio de Janeiro, 1909-1910.

Pedidos de *habeas corpus* impetrados por Monteiro Lopes no Supremo Tribunal Federal, 1896, 1897, 1898, 1907, 1908. (Arquivo Nacional).

Registro de óbito de Monteiro Lopes, 1910. (Database FamilySearch).

Registro de casamento de Monteiro Lopes, 1910. (Database FamilySearch).

Registro de nascimento de Aristides Gomes Monteiro Lopes, 1918. (Database FamilySearch).

Registro de óbito de Luciana Felisarda Rodrigues Almeida Lopes, 1948. (Database FamilySearch).

DOCUMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DE EDUARDO DAS NEVES

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1900-1920.

EDUARDO das Neves. *MPB Cifrantiga*. 9 mar. 2006. Disponível em: <https://cifrantiga3.blogspot.com/2006/03/eduardo-das-neves.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

EDUARDO das Neves. *Teatro e Revista Brasileira*. 08 dez. 2010. Disponível em: <https://teatrobr.blogspot.com/2010/12/eduardo-das-neves.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1898-1920.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1896-1920.

LYRA do trovador: colecções de modinhas brasileiras. 12. ed. São Paulo: C. Teixeira, 1914.

NEVES, E. *Cantor das modinhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, [1895?].

_____. *Mistérios do violão*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1905.

_____. *O cancionero popular moderno*. 10. ed. São Paulo: C. Teixeira, 1921.

_____. *O trovador popular moderno*. 16. ed. São Paulo: C. Teixeira, 1925.

_____. *Trovador da malandragem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1926 (canções registradas entre 1889 e 1902).

Gravações na Casa Edison. (Acervo do Instituto Moreira Sales).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Monteiro Lopes em trajes de advogado

Figura 2 – Monteiro Lopes em trajes de advogado

Figura 3 – Em sua chegada à cidade de Pelotas, Monteiro Lopes agradeceu a recepção da sacada do hotel

Figura 4 - Monteiro Lopes fazendo campanha eleitoral pelas ruas do Rio

Figura 5 – Monteiro Lopes fazendo campanha eleitoral pelas ruas do Rio

Figura 6 – Monteiro Lopes conversando com alguns políticos no cais Pharoux, no Rio de Janeiro

Figura 7 – Monteiro Lopes dirigindo-se ao funeral do presidente da República Affonso Pena

Figura 8 – Capa da revista *O Malho*

Figura 9 – Monteiro Lopes, único negro no recinto, acompanha de perto os trabalhos de apuração das atas eleitorais

Figura 10 – Capa da revista *O Malho*

Figura 11 – Eduardo das Neves com uniforme da guarda nacional

Figura 12 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves

Figura 13 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves

Figura 14 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves

Figura 15 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves

Figura 16 – Anúncio de apresentação de Eduardo das Neves

Figura 17 – Cartão de visita de Eduardo das Neves

Figura 18 – Eduardo das Neves em traje especial

Figura 19 – Divulgação de seus livros

Figura 20 – Anúncio da morte de Eduardo das Neves

Figura 21 – Eduardo das Neves jovem

Figura 22 – Eduardo das Neves em performance ao violão

Figura 23 – Benjamim de Oliveira e suas várias máscaras

CRONOLOGIA – MONTEIRO LOPES

1867 – Nasceu livre, em Recife, no mês de dezembro.

1883 – Bacharelou-se em Humanidades no Ginásio Pernambuco.

1883-1889 – Foi um ativo militante pela Abolição e pela República.

1889 – Formou-se em advogado na prestigiada Faculdade de Direito de Recife.

1891 – Candidatou-se a vereador em Recife, mas não foi eleito nem diplomado.

1891-1893 – Esteve pelo norte do Brasil tentando estabelecer-se como advogado. Chegou a ser promotor público em Manaus, mas por pouco tempo.

1893-1894 – Chegou e se estabeleceu no Rio de Janeiro trabalhando como advogado e constituindo-se como uma liderança negra.

1903-1904 – Candidatou-se, foi eleito e diplomando vereador na cidade do Rio, então Distrito Federal.

1905 – Candidatou-se à deputado federal pelo Distrito Federal, foi eleito, mas não foi diplomado nem assumiu o mandato.

1906-1907 – Candidatou-se, foi eleito e diplomado mais uma vez vereador na capital federal.

1909 – Candidatou-se à deputado federal pela capital da república e foi bem votado em 30 de janeiro, dia da votação. Mas foi ameaçado, por ser negro, de não assumir o cargo; lançou uma grande campanha para que não fosse excluído por sua raça do parlamento; após pressões públicas vindas de uma maioria negra de várias cidades do Brasil, conseguiu ser diplomado deputado; em 13 de maio organizou e participou de uma grande festa cívica do Rio de Janeiro em comemoração aos 21 anos da Lei Áurea e à sua diplomação como deputado.

1909-1910 – Compareceu a vários órgãos da imprensa e entidades que apoiaram a sua diplomação na cidade do Rio e em outras cidades do país e fora dele, como em Buenos Aires e Montevideú.

1910 – Faleceu em dezembro, na cidade do Rio, aos 43 anos sem completar o seu mandato como deputado federal, em função de uma diabetes e de consequentes problemas nos renais.

CRONOLOGIA EDUARDO DAS NEVES

1874 – Nasceu Eduardo das Neves.

1892 – Tornou-se membro do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro.

1893 – Trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil.

1997 – Primeiros sucessos no mundo do circo.

1899 – Publicou o livro *O cantor das modinhas brasileiras* com canções de seu repertório.

1902 – Publicou o livro *Trovador da malandragem* com canções de seu repertório; iniciou as gravações fonográficas pela Casa Edison; compôs o hino em homenagem a Santos Dumont.

1905 – Publicou o livro *Mistérios do violão* com canções de seu repertório.

1909 – Provavelmente gravou a canção *Preto forro alegre* pela Casa Edison; participou das comemorações pelos 21 anos da Abolição da escravidão.

1910 – Tornou-se proprietário e diretor artístico do Circo Brasil.

1912/1913 – Gravou a canção *Preto forro alegre* pela Casa Edison.

1915 – Estrelou no Teatro São Pedro como “trovador nacional”.

1919 – Faleceu no Rio de Janeiro, aos 45 anos.

Formato: 14 x 21cm
Tipología: Adobe Caslon Pro 11/18
Número de páginas: 200

